

## ATA N.º 49/2012

### Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Benavente

Início: 14 horas e 30 minutos

Encerramento: 17 horas e 37 minutos

No dia vinte e seis do mês de novembro de dois mil e doze, em Benavente, no edifício dos Paços do Município e sala das reuniões da Câmara Municipal, onde se encontrava pelas catorze horas e trinta minutos, o senhor António José Ganhão, presidente da Câmara Municipal de Benavente, reuniu a mesma, estando presentes os vereadores senhores:

Carlos António Pinto Coutinho

João Augusto Ferreira de Sousa, em substituição de Ana Isabel

Oliveira Reis Casquinha

Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos

Maria Gabriela Gambóias dos Santos

Miguel António Duarte Cardia

Pelo senhor presidente foi declarada aberta a reunião, às catorze horas e trinta minutos, com a seguinte ordem do dia, antecipadamente remetida a todos os vereadores, nos termos do artigo décimo oitavo do Código do Procedimento Administrativo:

Ordem	Assunto	Processo	Interessado
	<b>Câmara Municipal Presidência/Vereação</b>		
	<b>Gabinete de Apoio ao presidente e vereadores</b>		
1	Aprovação da ata da reunião anterior		
2	Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana de Benavente e Samora Correia		
3	Proposta de subsídio à Junta de Freguesia de Samora Correia		
4	Proposta de indemnização à Santa Casa da Misericórdia de Benavente por utilização de inertes		
	<b>Departamento Municipal Administrativo e Financeiro</b>		

	<b>Apoio Jurídico</b>	
5	Legislação síntese	Inf. A.J. n.º 135/2012, de 21 de novembro
	<b>Gestão e Controle do Plano e Orçamento</b>	
6	Proposta de participação variável no IRS para 2013	
7	Proposta de lançamento de Derrama para 2013	
8	Proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2013	
	<b>Subunidade Orgânica de Compras e Aprovisionamento</b>	
9	Proposta de abertura de procedimento de Ajuste Direto tendo em vista o fornecimento de Combustíveis Rodoviários através de cartão eletrónico de abastecimento, designadamente Gasolina, Gasóleo e Gás de Petróleo Liquefeito (GPL) – Concursos Públicos da Central de Compras Eletrónicas da CIMLT-Acordo Quadro	
10	Proposta de abertura de procedimento de Ajuste Direto tendo em vista a aquisição de Combustíveis Rodoviários, designadamente Gasóleo a granel – Concursos Públicos da Central de Compras Eletrónicas da CIMLT – Acordo Quadro	
11	Concurso Público Internacional da prestação de Serviços de Higiene Urbana e Salubridade Pública das Zonas Urbanas de Benavente, Santo Estevão e Samora Correia, incluindo o Porto Alto, pelo período de 12 meses – Relatório final	Processo DMAF-SOCA 0958/2012.
	<b>Subunidade Orgânica de Contabilidade</b>	
12	Resumo Diário de Tesouraria	

13	<p>Processamento de vencimentos, salários, prestações complementares, abonos ou subsídios ao pessoal ao serviço da autarquia – Vencimentos do mês de novembro e subsídio de Natal</p> <p><b>Divisão Municipal de Obras Municipais, Ambiente, Serviços Urbanos e Transportes</b></p> <p><b>Apoio Administrativo às Obras Municipais</b></p>			
14	<p>Empreitada de: “Execução de arranjo exterior na Urbanização do Brejo – 3.ª Fase, em Samora Correia” - Receção Definitiva / Extinção de Caução</p>	4.1.5/07-2009	COSTA LEANDRO, LDA	&
15	<p>Empreitada de: “Recuperação de arranjos marginais à EN 10 – Porto Alto” - Receção Definitiva / Cancelamento de Garantias Bancárias</p>	4.1.5/09-2008	COSTA LEANDRO, LDA	&
16	<p>Empreitada de: “Execução de tapete de betão betuminosos em camada de desgaste em arruamentos da freguesia de Benavente – 1.ª fase” - Liberação de 75% da caução prestada / Termo do 3.º ano do prazo de garantia</p>	4.1.1/03-2009	Consórcio GEOMOV, LDA / ESTRELA DO NORTE, LDA	
17	<p>Empreitada de: “Execução de arranjos exteriores – Loteamento em nome de Ideal de Frave, Alto do Catalão – Porto Alto” - Receção Definitiva / Cancelamento de Garantias Bancárias</p>	4.1.5/02-2008	COSTA LEANDRO, LDA	&
18	<p>Empreitada de: “Execução de arranjos exteriores no Loteamento em nome de José Jerónimo Candeias dos Santos – Vila das Areias, em Benavente” - Receção Definitiva / Cancelamento de Garantias Bancárias</p>	4.1.5/01-2008	COSTA LEANDRO, LDA	&
19	<p>Empreitada de: “Arranjo Exterior na Escola EB1 das Acácias – Samora Correia” - Receção Definitiva / Cancelamento de Garantia Bancária</p>	4.1.5/17-2009	COSTA LEANDRO, LDA	&

20	Empreitada de: “Ampliação e requalificação da EB1 Fonte dos Escudeiros, em Samora Correia” - Plano de segurança e saúde / Aprovação	4.1.2/02-2011	SECAL – Engenharia e Construções, SA
21	Empreitada de: “Execução de pavimento e vedação na envolvente ao Edifício da Casa do Povo de Samora Correia” - Liberação da caução prestada / Termo do 4.º ano do prazo de garantia  <b>Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento</b>  <b>Subunidade Orgânica de Obras Particulares</b>	4.1.5/07-2007	COSTA & LEANDRO, LDA
22	Aprovação da arquitetura – A conhecimento	1111/2012	José Silvestre dos Santos
23	Deferimento do pedido de licença administrativa – A conhecimento	131/2010	Andreia Filipa Campos de Carvalho
24	“ “	669/2012	Alcapredial – Investimentos e Imobiliário, S.A.
25	Alteração de uso	732/2012	J. P. Cunha - Oftalmologia, Lda.
26	Informação simples	727/2010	Dar Nível - Sociedade Construções, Lda.
27	Averbamento de processo de obras em nome de novo titular	476/2012	Paulo Manuel Marto André
28	Reclamação	532/2012	Reclamante: João Miguel Gaspar Belo / Reclamado: Daniel Rodrigues
29	Constituição de arruamento / Cedência ao domínio público	413/2012	Luciano de Oliveira Cardoso e Rosa dos Santos Manata
30	“ “	414/2012	Manuel Caniço da Fonseca Rato e Rosa da Conceição Gonçalves da Fonseca
31	“ “	415/2012	Rui Falua Correia
32	“ “	416/2012	Manuel de Matos
33	“ “	417/2012	Manuel Reis Gonçalves e Maria de Almeida Peloura Gonçalves
34	“ “	418/2012	Abel de Jesus Cardoso Rita

	<b>Divisão Municipal da Cultura, Educação e Turismo</b>	
	<b>Educação</b>	
35	Refeições servidas aos alunos da escola EB1 das Acácias – Mês de setembro	Inf. DMCET 107/2012, de 12 de novembro
	<b>Divisão Municipal de Desporto, Ação Social e Juventude</b>	
	<b>Intervenção Social e Saúde</b>	
36	Denúncia de contrato de arrendamento e de subarrendamento / Proposta de celebração de novo contrato de novo contrato de arrendamento e subarrendamento	Informação Social n.º 193/2012
37	Auxílios económicos / Reavaliação	Inf. Social n.º 198/2012
38	Auxílios económicos / Reclamação	Inf. Social n.º 199/2012
39	Proposta de valor de renda / Realojamento na habitação sita na Ribassor, lote 11-A, r/c. fte. – Benavente	Informação Social n.º 202/2012
40	Proposta de renda e celebração de contrato de arrendamento	Inf. Social n.º 204/2012
41	Proposta de valor de renda / Realojamento na habitação, sita, no Bairro da Solidariedade, n.º 11 – Benavente	Informação Social n.º 205/2012
42	Fornecimento de refeições diárias / Pedido de pagamento	Inf. Social n.º 206/2012
43	Proposta de valor de renda / Realojamento na habitação, sita, na Rua Joaquim Rodrigues Parracho, lote 11-A, 3.º Frente - Benavente	Informação Social n.º 207/2012
44	<b>Período destinado às intervenções dos membros da Câmara</b>	
45	<b>Aprovação de deliberações em minuta</b>	

## RESUMO DOS PONTOS EXTRAS À ORDEM DO DIA

Ordem	Assunto	Processo	Interessado
	<b>Câmara Municipal Presidência/Vereação</b>		
	<b>Gabinete de Apoio ao presidente e vereadores</b>		
1	Proposta de atribuição de subsídio à Santa Casa da Misericórdia de Benavente para aquisição de equipamento do bloco operatório do hospital		
2	Proposta de Tarifário para 2013		Águas de Ribatejo
	<b>Departamento Municipal Administrativo e Financeiro</b>		
	<b>Gestão e Controlo do Plano e Orçamento</b>		
3	7.ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2012		

Secretariou o diretor do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro, Hermínio Nunes da Fonseca, coadjuvado por Anabela Rodrigues Gonçalves, coordenadora técnica.

**AUSÊNCIA DE MEMBROS DO EXECUTIVO:** Verificou-se a ausência do senhor vereador José Rodrigues da Avó, que se apresentou no decurso da reunião, conforme em local próprio desta ata se assinala.

O SENHOR PRESIDENTE deu conhecimento que através de *mail* enviado em vinte e dois do mês em curso, a senhora vereadora Ana casquinha justificou a sua ausência na presente reunião, por razões de ordem profissional, solicitando a sua substituição pelo elemento seguinte da lista do Partido Socialista.

### 01 – Câmara Municipal/Presidência-Vereação

#### 01.01 – Gabinete de Apoio ao Presidente e Vereadores

**Ponto 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** Após a confirmação de que todos os membros da Câmara tinham conhecimento do conteúdo da ata da reunião anterior, oportunamente distribuída, foi dispensada a sua leitura nos termos do artigo quarto do Decreto-Lei quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três.

Submetida a votação a ata da reunião anterior, foi a mesma aprovada por unanimidade.

O SENHOR PRESIDENTE pediu aos senhores vereadores a melhor compreensão para a necessidade de alterar a Ordem do Dia, por motivos que se prendem com o trabalho que está a ser realizado pelo senhor vereador Miguel Cardia com a equipa do Plano Diretor Municipal (PDM), e aproveitando a presença do Dr. João Rua, para análise de alguns detalhes finais no Regulamento do PDM.

Assim sendo, propôs que os assuntos agendados pela Subunidade Orgânica de Obras Particulares sejam discutidos logo após a aprovação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e treze, para que o senhor vereador Miguel Cardia possa dar continuidade à reunião com a equipa do PDM, proposta que mereceu concordância unânime.

## **Ponto 2 – DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA DE BENAVENTE E SAMORA CORREIA**

Entidade: Sociedade de Reabilitação Urbana

Assunto: Enviam texto justificativo e planta para a aprovação da Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana de Benavente e Samora Correia.

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE recordou que a Câmara Municipal já havia anteriormente deliberado sobre as denominadas áreas críticas de renovação urbana, sendo que, à época, o Executivo visava a integração na Sociedade de Reabilitação Urbana, constituída no seio da Comunidade Intermunicipal, aguardando, para tal, um estudo económico detalhado que nunca foi apresentado.

Entretanto, e após várias insistências, foi encontrada uma solução alternativa que visa o próximo Quadro Comunitário de Apoio e se prende com a grande possibilidade de uma parte das verbas contemplar a reabilitação urbana, através de programas operacionais ou subvenções globais, não tendo presentemente a Câmara Municipal que tomar outra decisão que não seja a de definir as áreas de reabilitação urbana de Benavente e Samora Correia, que são as que têm um núcleo populacional mais antigo.

Referiu que a presente delimitação permitirá a eventual isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) dos prédios onde venham a decorrer operações que se constituam como reabilitação urbana, de acordo com os critérios de ponderação definidos, e ainda que efetuadas por iniciativa dos proprietários, como forma de premiar quem reabilita.

**Nesta altura da reunião apresentou-se, para nela participar, o senhor vereador José Rodrigues da Avó, pelo que a Câmara Municipal passou a funcionar com 7 elementos.**

Acrescentou que a aprovação dos documentos em apreço implica que a Câmara Municipal venha a adquirir à Sociedade de Reabilitação Urbana um serviço de levantamento de todos os prédios localizados nas áreas delimitadas, bem como do seu estado de conservação, para que o Executivo tenha a leitura exata do documento estratégico.

O SENHOR VEREADOR JOÃO AUGUSTO DE SOUSA questionou acerca do funcionamento da isenção do IMI.

O SENHOR PRESIDENTE explicitou que a ponderação estabelecida na delimitação das áreas de reabilitação urbana de Benavente e Samora Correia tem por finalidade apetrechar a Câmara Municipal na fundamentação da decisão a tomar sobre os pedidos de isenção do IMI, caso a caso.

O SENHOR VEREADOR JOSÉ RODRIGUES DA AVÓ recordou que o tratamento das áreas a regenerar tem constituído uma das principais preocupações do Partido Social Democrata desde o primeiro momento.

Considerou positivo qualquer incentivo à melhoria, seja ele através de isenção de impostos para quem proceda à regeneração urbana (com a qual concorda), quer através da penalização de quem, podendo, não o faça, porque protelam-se algumas situações, permitindo que as construções permaneçam apresentando perigo público, insegurança e degradação nas zonas históricas.

Crê que para além das medidas de incentivo previstas na delimitação das áreas de reabilitação urbana de Benavente e Samora Correia, a Câmara Municipal poderia pensar noutras, de forma a atrair serviços ou comércio, como por exemplo alguma redução em taxas ou licenças necessárias para que empresas se possam instalar naquelas zonas.

Acrescentou que o projeto de regeneração pode ser visto duma perspetiva mais alargada, afirmando que concorda com todas as ações que sejam adotadas, de forma a promover a revitalização das zonas históricas e a renovação de todas as habitações ali situadas.

O SENHOR PRESIDENTE disse crer que as propostas em apreço contemplam não apenas as questões relacionadas com a habitação, mas também com comércio e serviços, sendo que a alteração de utilização não deixa de estar abrangida pela isenção fiscal, tanto mais quando se transforma uma habitação em comércio e serviços, a concessão da correspondente licença de utilização implica obras que, seguramente, garantem a isenção do IMI por cinco anos.

Acrescentou que os interesses do Município passam não apenas pela revitalização dos cascos velhos de Benavente e Samora Correia, mas também, com a necessária ponderação, e face às verbas que vierem a ser contempladas no futuro Quadro Comunitário de Apoio, pela integração da Câmara Municipal na Sociedade de Reabilitação Urbana, sendo que para uma boa tomada de decisão, é necessário o estudo económico que referiu anteriormente e que o Executivo considerou insuficiente.

O SENHOR VEREADOR MANUEL DOS SANTOS observou que a Rua de São Bento e o Largo de São Bento, zonas absolutamente degradadas, com a grande maioria das habitações devolutas, sem telhado e a ruir, estão fora do perímetro que se estendeu pelo estaleiro da Nesical, nas traseiras do cemitério, questionando se houve algum motivo para tal.

O SENHOR PRESIDENTE afirmou que os documentos em apreciação são um ponto de partida, podendo a Câmara Municipal alargar aquelas áreas.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta de delimitação das áreas de reabilitação urbana de Benavente e Samora Correia, bem como a previsibilidade de isenção de IMI para os prédios que entretanto entrem em processo de reabilitação, submetendo a mesma à apreciação e eventual aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do número um do artigo treze e do artigo catorze do Decreto-Lei número 307/2009, de vinte e três de outubro, na redação dada pela Lei número 32/2012, de catorze de agosto, em conjugação com a alínea a) do número dois do artigo sexagésimo quarto da Lei número 169/99, de dezoito de setembro.



### **Ponto 3 - PROPOSTA DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE SAMORA CORREIA**

De: Vereador Carlos Coutinho

Assunto: Considerando que:

Os trabalhadores da Junta de Freguesia de Samora Correia realizaram diversos trabalhos no âmbito da limpeza urbana e limpeza de valetas, na área da freguesia, fora do âmbito do protocolo de transferências para as juntas de freguesia.

Proponho:

A atribuição de um apoio financeiro, no valor de 2.188,43 € (dois mil, cento e oitenta e oito euros e quarenta e três cêntimos) à Junta de Freguesia de Samora Correia, para fazer face com as referidas despesas.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário à Junta de Freguesia de Samora Correia, no valor de 2.188,43 € (dois mil, cento e oitenta e oito euros e quarenta e três cêntimos), para a finalidade referida.

### **Ponto 4 – PROPOSTA DE INDEMNIZAÇÃO À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BENAVENTE POR UTILIZAÇÃO DE INERTES**

De: Vereador Carlos Coutinho

Considerando que:

- A Câmara Municipal de Benavente utilizou, para a realização de obras municipais, um conjunto de inertes disponibilizados pela Santa Casa da Misericórdia,

Proponho que a Câmara Municipal de Benavente indemnize a Santa Casa da Misericórdia de Benavente na totalidade do valor apurado.

Submete-se à consideração do Executivo.

O vereador, Carlos Coutinho

Benavente, 21 de novembro de 2012

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR PRESIDENTE solicitou que o presente ponto seja retirado da Ordem do Dia, na medida em que o assunto em apreço não configura qualquer tipo de indemnização à Santa Casa da Misericórdia de Benavente.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade retirar o presente ponto da Ordem do Dia.

### **INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA**

#### **PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BENAVENTE PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DO BLOCO OPERATÓRIO DO HOSPITAL**

Relativamente ao objeto de deliberações dos Órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, estabelece uma regra e uma exceção.

Assim:

- **A regra** é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia distribuída a todos os membros do órgão com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.
- **A exceção**, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- a urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 22 de novembro de 2012

O presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na Ordem do Dia.

### **Ponto Extra 1 - PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BENAVENTE PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DO BLOCO OPERATÓRIO DO HOSPITAL**

Considerando que:

- A Câmara Municipal de Benavente utilizou, para a realização de obras municipais, um conjunto de inertes disponibilizados pela Santa Casa da Misericórdia,
- Foi efetuado um levantamento topográfico das quantidades utilizadas, assim como foi realizada uma consulta de mercado para obtenção do custo dos mesmos, conforme informação técnica D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 264/2012, de 13 de novembro, que se anexa à presente proposta,
- Devido à conjuntura económica, a Câmara Municipal cancelou a atribuição de apoio às coletividades e associações para aquisição de equipamentos. No entanto, atentando a que os materiais disponibilizados foram utilizados na reparação de estradas e caminhos públicos, intervenção de grande interesse público,

Proponho a atribuição de subsídio à Santa Casa da Misericórdia de Benavente, no valor de 27.798,00 € (vinte e sete mil, setecentos e noventa e oito euros), correspondente a 10% (dez por cento) do custo de aquisição de equipamento para o bloco operatório do Hospital.

Submete-se à consideração do Executivo.

O vereador, Carlos Coutinho

Benavente, 22 de novembro de 2012

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE explicitou que a firma Acoril tinha arrendado um terreno à Santa Casa da Misericórdia de Benavente, onde construiu um estaleiro e fez a exploração e deposição de inertes, tendo em vista não apenas as obras que estava a desenvolver na zona, mas outras.

Contudo, a firma entrou em processo de falência, originando que a Santa Casa da Misericórdia se visse privada das rendas que tinha para receber e ficasse com os inertes espalhados na sua propriedade agrícola.

Acrescentou que a Santa Casa da Misericórdia disponibilizou aqueles inertes à Câmara Municipal, tendo a expectativa de que a Autarquia pudesse apoiar as suas obras.

Referiu que, à época, os senhores vereadores mandaram fazer um levantamento de todos os materiais, não apenas cartografando, mas também medindo os mesmos, na sequência do que foi feita uma avaliação dos materiais cedidos à Câmara Municipal.

Cumpra agora ao Executivo reconhecer que a cedência daqueles inertes é do interesse público, tal como o é a realização de obras na Santa Casa da Misericórdia que proporcionem a melhoria das suas instalações ou dos seus equipamentos, que servem a população do Município.

Enquadrando a cedência dos inertes e não se tratando de qualquer contrapartida, propôs a atribuição de um subsídio extraordinário à Santa Casa da Misericórdia de Benavente, dentro dos critérios da Câmara Municipal, correspondente a dez por cento do valor do equipamento de oftalmologia adquirido para o bloco operatório.

O SENHOR VEREADOR JOÃO AUGUSTO DE SOUSA afirmou que à semelhança do que tem sido hábito desde o início do mandato, o Partido Socialista abstém-se na atribuição do subsídio em apreço, uma vez que não se enquadra naquilo que entende dever ser o critério geral.

Contudo, e não obstante a explicação dada pelo senhor presidente, opinou que dada a menção à cedência dos inertes, não deixa de estar implícita uma contrapartida, porquanto se tal não era relevante para a atribuição do subsídio, não era necessário fazer tal referência, pois não existe um nexo de causalidade patente e, como tal, sai fora do conceito das transferências, dado que estas não podem ter contrapartidas diretas.

O SENHOR PRESIDENTE disse que a proposta poderia, efetivamente, ser apresentada tão-somente como atribuição de um subsídio, mas não pode deixar de apresentar ao Executivo uma verdade e um reconhecimento que é devido à Santa Casa da Misericórdia de Benavente, razão pela qual contextualiza a atribuição do subsídio, ligando-a ao que foi uma postura e uma atitude daquela entidade para com a Câmara Municipal, considerando relevante e importante saber-se que foram disponibilizados bens à Autarquia numa altura muito difícil, que serviram para reparações e manutenções de muitas estradas do Município, bens esses que seguramente teriam que ser adquiridos.

Reiterou que não está a fugir a nenhum critério da Câmara Municipal no que tem sido a atribuição de subsídios extraordinários a coletividades e associações.

O SENHOR VEREADOR JOSÉ RODRIGUES DA AVÓ manifestou concordância com a opinião expendida pelo senhor vereador João Augusto de Sousa, porque a forma como está apresentada a fundamentação da proposta deixa algumas dúvidas acerca da atribuição do valor em apreço.

Crê que o sentido da proposta em apreço se prende com a aprovação do subsídio extraordinário, justificado em parte pelo apoio dado pela Santa Casa da Misericórdia

na cedência dos inertes, facto que valida ainda mais a razoabilidade da atribuição do subsídio.

Contudo, o texto apresentado parece justificar a atribuição do subsídio com a cedência dos inertes e, como tal, parece tratar-se duma contrapartida.

Afirmou que se trata dum apoio que cabe integralmente no programa de apoio ao investimento das associações, que existe, está ativo e previsto no Regulamento de Apoio ao Associativismo, na componente de comparticipação, fator que também não está indicado, sendo que certamente a Santa Casa da Misericórdia terá apresentado uma proposta de candidatura para atribuição do subsídio extraordinário.

Disse que com tal fundamentação, não tem qualquer objecção à atribuição do subsídio, consubstanciado com a ajuda dada pela Santa Casa da Misericórdia.

O SENHOR VEREADOR JOÃO AUGUSTO DE SOUSA referiu que o enquadramento regulamentar do subsídio em apreço também levanta problemas, porque de facto não é possível atribuir pontualmente subsídios para investimento, mas sim para despesa corrente.

O SENHOR VEREADOR CARLOS COUTINHO observou que estão definidas quatro linhas de apoio, sendo que uma delas é exatamente para aquisição de equipamento, e os apoios pontuais podem ter lugar para todas essas linhas de apoios.

Explicitou que os apoios são considerados pontuais quando saem da discussão dos critérios para atribuição dos subsídios ordinários (que tem lugar uma vez por ano), e são sempre analisados segundo o critério existente para atribuição de subsídios.

Acrescentou que a Câmara Municipal pode mesmo atribuir um apoio para uma atividade corrente, desde que se justifique a sua excecionalidade.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria, com a abstenção do senhor vereador João Augusto de Sousa, atribuir à Santa Casa da Misericórdia de Benavente um subsídio extraordinário no valor de 27.798,00 € (vinte e sete mil, setecentos e noventa e oito euros), correspondente a dez por cento do custo de aquisição de equipamento para o bloco operativo do Hospital.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

## **INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA**

### **PROPOSTA DE TARIFÁRIO PARA 2013**

Relativamente ao objeto de deliberações dos Órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, estabelece uma regra e uma exceção.

Assim:

- **A regra** é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia distribuída a todos os membros do órgão com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

- **A exceção**, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- a urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 23 de novembro de 2012

O presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na Ordem do Dia.

## **Ponto Extra 2 – PROPOSTA DE TARIFÁRIO PARA 2013**

Entidade: Águas de Ribatejo

Assunto: Informam que foi aprovada na reunião do Conselho de Administração da AR – Águas do Ribatejo, EM SA do dia 8 de novembro de 2012, e ratificada na Assembleia-geral de 22 de novembro de 2012, a proposta de Tarifário a praticar em 2013.

Deste modo, e de forma a dar cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, submete-se à aprovação do Executivo Municipal a proposta de tarifário, que se anexa ao presente.

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR PRESIDENTE observou que a proposta de aumento do tarifário para o próximo ano corresponde à taxa de inflação de três vírgula seis por cento, de acordo com os indicadores do Banco de Portugal, crendo que essa decisão não põe em causa a sustentabilidade daquela empresa intermunicipal, dado que não visa o lucro.

Referiu que em quatro anos de exercício, não houve nenhum ano em que houvesse prejuízo, embora não haja lucros substanciais.

O SENHOR VEREADOR JOÃO AUGUSTO DE SOUSA considerou relevante o facto de que o serviço prestado pela Águas do Ribatejo no concelho de Benavente tem sido péssimo ao longo do tempo, crendo que na época que se vive, e de forma a premiar ou ressarcir os consumidores que muitas vezes têm pago água que, como é do conhecimento geral, nem para tomar banho serve (e ele próprio é um testemunho vivo disso), não seria desajustado encontrar uma solução intermédia, aplicando uma taxa percentual de aumento que se situe a meio caminho entre o valor zero e a taxa de inflação encontrada pelo Banco de Portugal, a fim de repor alguma justiça para com os consumidores.

Reiterou que os municípios têm repetidamente pago um serviço do qual não têm tido contrapartida.

O SENHOR PRESIDENTE explicitou que a ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos recomendou que o tarifário deveria ser superior ao ora proposto e repercutir aumentos mais significativos no saneamento.

Contudo, a Águas do Ribatejo, após análise das recomendações, e tendo em conta a situação de crise que o País atravessa, com as respetivas consequências na vida dos cidadãos, não pôde deixar de aplicar o aumento mínimo, que corresponde à taxa de referência de inflação do Banco de Portugal.

Acrescentou que tal decisão terá que ser justificada à ERSAR, dado que a Águas do Ribatejo continua a ter um tarifário abaixo do previsto no Estudo Económico, combatendo tal com o facto de se tratar duma empresa diferente das restantes, cuja estrutura de custos é menor, não visando o lucro, nem tendo um parceiro privado que

tenha que ter uma taxa de rentabilidade do seu negócio, bastando demonstrar a sustentabilidade da empresa.

Referiu que tem tido permanente preocupação face à qualidade da água e enquanto representante do Município no Conselho de Administração, não tem deixado de chamar a atenção para o problema e de obrigar à realização de investimentos que estão a ser feitos na área do Município, com vista a resolver a questão do manganês, que percorre todo o subsolo e passou a constituir um problema quando as captações atingiram cerca de duzentos metros, dado ter-se tocado nos lençóis freáticos que estão por cima das pirites alentejanas.

Mencionou que as estações de tratamento estão a ser executadas e os tratamentos estão a ser feitos, bem como as limpezas de rede e de depósitos, por muita insistência sua, exatamente porque a Câmara Municipal não está satisfeita com a qualidade do serviço que está a ser prestado às populações.

Disse tratar-se dum problema que abrange outros municípios, alguns dos quais até com problemas maiores, porque têm níveis de arsénio ou de nitritos e nitratos que obrigam a outro tipo de tratamentos.

Afirmou que a Câmara Municipal não tem outra alternativa que não seja exigir melhoria da qualidade da água e medidas concretas, que têm sido aceites e estão a ser implementadas.

O SENHOR VEREADOR JOÃO AUGUSTO DE SOUSA disse que apesar de poder perceber a tentativa de melhoria, existe um facto incontornável que se prende com a devolução e reembolso de um produto adquirido em más condições, situação que não pode ocorrer com a água.

Reiterou que acha justíssimo que os consumidores sejam compensados, porque durante muito tempo tiveram que pagar a água duas vezes: a da rede e aquela que foi necessário comprar no supermercado.

Acrescentou que a lógica empresarial da atual distribuição de água tem que ter as suas contrapartidas e as suas responsabilidades e, como tal, tratando-se duma empresa que presta um serviço, este tem que ser prestado com qualidade e, se não a tiver, não pode cobrar o mesmo.

Crê ser chegada a altura de poder compensar os consumidores, pois não se trata de um mau serviço prestado durante alguns dias ou semanas, mas por um largo período que se vem arrastando no tempo, razão pela qual apela a que se penalize a Águas do Ribatejo através de um menor aumento do tarifário, ou que se estipule alguma outra forma de compensação, por forma a repor justiça.

O SENHOR PRESIDENTE reafirmou que a Águas do Ribatejo está a ir contra as recomendações da ERSAR, aplicando a menor taxa de aumento possível.

Reiterou que se trata duma empresa do setor público, propriedade dos sete municípios que a integram, que tem uma gestão empresarial necessária e fundamental para a sua manutenção e sustentabilidade.

Embora reconhecendo que existem situações que não têm apenas que ser evitadas, como combatidas, afirmou que nunca comprou água no supermercado, utilizando sempre a da rede, e mesmo quando vai de férias não deixa de levar consigo água da rede em garrafas.

Acrescentou que não há forma nenhuma de ressarcir os munícipes que não seja através da política de preços praticada, que contrariam recomendações da ERSAR, mas que se fundamentam em decisões que têm a ver sobretudo com o momento que o País atravessa e com a vida das populações, sendo que a água continuar a ser o serviço essencial bem mais barato.

O SENHOR VEREADOR JOSÉ RODRIGUES DA AVÓ considerou que não pode ser esquecido que se por um lado o Executivo tem que defender os direitos dos seus

municípios e consumidores e, como tal, trazer à Câmara Municipal as suas preocupações, por outro lado o Município de Benavente é acionista da Águas do Ribatejo e, no âmbito daquilo que lhe compete em termos de garantir um sistema de abastecimento que seja viável e sustentável, tem de garantir o equilíbrio económico e financeiro do projeto como um todo.

Observou que de acordo com a indicação da ERSAR, obviamente a tarifa teria que ser aumentada nos escalões mais baixos, crendo que já é dado o contributo social de manter as tarifas mais baixas nesses escalões.

Opinou que a proposta em apreço deve garantir a preocupação de que os desvios acumulados que se têm verificado nos últimos anos (uma vez que o projeto continua com as tarifas abaixo daquilo que estava programado) não penalizem demasiado as tarifas futuras, ou que aquela empresa intermunicipal consiga ter um equilíbrio económico que garanta que aquele projeto vai até ao fim de forma sustentável.

Para além do mais, crê que deve ser garantido o bom fornecimento e qualidade do serviço aos consumidores, garantindo também que quando estes se sintam lesados, sejam de alguma forma recompensados ou indemnizados, sendo que essa compensação não pode ser apenas via preço, mas caso a caso, devendo ser a própria Águas do Ribatejo a pugnar para que os seus serviços atuem de forma a garantir a qualidade do produto e, quando essa qualidade não é garantida, despenalizar o consumidor pelo excesso de água e pela faturação a mais de um serviço de que não usufruiu durante aquele período.

Crê ser essa a mensagem que o senhor presidente deverá transmitir nas reuniões do Conselho de Administração da Águas do Ribatejo e nas respetivas Assembleias Gerais, porque é a preocupação que a Câmara Municipal continua a ter no dia-a-dia, dando conta que ainda no decurso da semana anterior recebeu algumas queixas de municípios residentes no Bairro Nossa Senhora de Oliveira, em Samora Correia, de água a chegar castanha às torneiras, numa zona que tem restaurantes e alguns serviços que dela dependem para gerar o seu negócio.

Concluiu, dizendo ser perceptível que há um esforço para manter as tarifas a níveis socialmente aceitáveis.

O SENHOR PRESIDENTE manifestou concordância com as palavras proferidas pelo senhor vereador José Rodrigues da Avó, afirmando que a sustentabilidade da empresa tem que estar garantida.

Referiu que após a análise das recomendações da ERSAR e do Contrato de Gestão Delegada (que há-de ser presente à próxima reunião da Câmara Municipal, com uma projeção mais vasta), a Águas do Ribatejo considera que não é tanto os aumentos significativos nas tarifas da água em função dos picos de investimento e das amortizações que estão em causa, mas sim, no próximo futuro, a questão da tarifa de saneamento.

Acrescentou que não havia nenhuma justificação para aumentar a tarifa de saneamento, sacrificando os municípios dos concelhos que têm maiores faixas de cobertura, como é o caso de Benavente, levando estes a pagar a fatura de outros, para um empresa que é de todos.

Observou que à semelhança do que ocorre com os serviços prestados nomeadamente pela EDP e pela TV Cabo, quando o consumidor é prejudicado, tem o direito de se dirigir à empresa dando conta da situação, devidamente fundamentada, e solicitar a respetiva indemnização, tal como o Direito Civil estabelece.

Disse que embora concorde que sejam também deduzidos os custos da água referentes ao período de duração do problema, que é possível estimar em função do consumo médio, não é essa a questão em apreço, mas sim o tarifário.

Explicitou que a presente proposta de tarifário apenas é possível, atendendo ao facto de que a entrada do Município de Torres Novas no sistema permitiu outra

rentabilidade em termos de consumos de água, passando a empresa a ter maior equilíbrio.

O SENHOR VEREADOR JOÃO AUGUSTO DE SOUSA disse perceber perfeitamente bem que se trata duma empresa intermunicipal e, como tal, tem que ser sustentável, razão pela qual não votará contra. Antes se abstém, porque se por um lado não há aumento real, por outro lado gostaria que da deliberação a tomar pela Câmara Municipal resultasse alguma forma de compensar os munícipes e de responsabilizar a Águas do Ribatejo pela má qualidade do serviço que vem prestando. Sendo certo que o Direito Civil permite aos consumidores reclamar, na prática é muito complicado fundamentar tal reclamação, estando os munícipes a ser fortemente prejudicados.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria, com a abstenção do senhor vereador João Augusto de Sousa, aprovar a presente proposta de tarifário para o ano de dois mil e treze que, por fotocópia e depois de rubricada, constitui pasta anexa à presente ata. A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

## **02- Departamento Municipal Administrativo e Financeiro**

### **02.01.03- Apoio Jurídico**

#### **Ponto 5 – LEGISLAÇÃO SÍNTESE COM INTERESSE PARA A AUTARQUIA PUBLICADA EM DIÁRIO DA REPÚBLICA ENTRE 14 E 21 DE NOVEMBRO E RESPETIVAS UNIDADES ORGÂNICAS MUNICIPAIS A QUEM A MESMA INTERESSA**

##### **Informação A.J. n.º 135/2012, de 21 de novembro**

**Decreto-Lei n.º 248/2012**, do Ministério da Administração Interna, publicado no D.R. n.º 225, Série I de 2012-11-21 - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho, que define o regime jurídico aplicável à constituição, organização, funcionamento e extinção dos corpos de bombeiros, no território continental (**GAPV; vereador Miguel Cardia; SMPC; AJ**);

**Decreto-Lei n.º 249/2012**, do Ministério da Administração Interna, publicado no D.R. n.º 225, Série I de 2012-11-21 - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental (**GAPV; vereador Miguel Cardia; SMPC; AJ**).

### **02.01.05- Gestão e Controle do Plano e do Orçamento**

#### **Ponto 6 - PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA 2013 (RENDIMENTOS DE 2013 – RECEITA MUNICIPAL EM 2014)**

A repartição de recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais, consagrada na nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro), é obtida através de três participações:

- Uma subvenção geral determinada a partir do Fundo de Equilíbrio Financeiro;



- Uma subvenção específica determinada a partir do Fundo Social Municipal;
- Uma participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial.

Nos termos do n.ºs 1 e 2 do artigo 20.º da referida Lei, a participação variável até 5% no IRS, respeita aos rendimentos do ano imediatamente anterior e depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo Município, a qual deve ser comunicada, por via eletrónica pela respetiva câmara municipal, à Direcção-Geral dos Impostos, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos.

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal, ao abrigo da alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 13 de janeiro, aprobe e submeta à aprovação da Assembleia Municipal, conforme determina a alínea e), do n.º 2, do artigo 53.º da referida Lei, que, relativamente aos rendimentos do ano de 2013, seja aprovada uma participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial de Benavente.

Benavente, 21 de novembro de 2012.

O presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR VEREADOR JOÃO AUGUSTO DE SOUSA disse que a posição final do Partido Socialista relativamente aos pontos seis e sete da Ordem do Dia depende duma proposta orçamental que vai apresentar, pelo que questionou da possibilidade da proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e treze ser discutida em primeiro lugar.

O SENHOR PRESIDENTE explicitou que um orçamento se constrói com receitas e, como tal, a proposta de lançamento de derrama tem que ser discutida antes da proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano.

Acrescentou que no atual quadro, a Câmara Municipal não tem condições para diminuir as suas receitas, o que significaria pôr em causa a prestação de serviços essenciais e insubstituíveis à população.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do senhor presidente, respeitante à participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativamente aos rendimentos do ano de dois mil e treze, submetendo a mesma à apreciação e eventual aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo vigésimo, números um e dois, da Lei n.º 2/2007, de quinze de janeiro, conjugado com os artigos quinquagésimo terceiro número dois alínea e) e sexagésimo quarto número seis alínea a), ambos da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

## **Ponto 7 - PROPOSTA DE LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA 2013**

O art. 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, permite, no seu n.º 1, que os Municípios possam lançar uma derrama, até ao máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), na parte relativa ao rendimento gerado na sua área geográfica.

O n.º 4 do mesmo artigo permite que a Assembleia Municipal, por proposta da Câmara Municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para sujeitos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse € 150.000.

Nos termos da alínea f) do n.º 2 do art. 53.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta do órgão executivo, deliberar sobre a criação de derramas destinadas à obtenção de fundos para reforço da capacidade financeira.

Desta forma, sugiro que, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º do já citado Decreto-Lei n.º 169/99, a Câmara Municipal delibere submeter à apreciação da Assembleia Municipal a proposta de criação de uma derrama correspondente a 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a € 150.000, e de 0,5% de taxa reduzida para sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os € 150.000, a cobrar em toda a área do Município, destinadas ao financiamento de projetos municipais constantes nas Grandes Opções do Plano.

Benavente, 21 de novembro de 2012.

O presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do senhor presidente, respeitante ao lançamento de derrama para o ano de dois mil e treze, correspondente a 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros e de 0,5% de taxa reduzida para sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros, submetendo a mesma à apreciação e eventual aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea f) número dois do artigo quinquagésimo terceiro, conjugado com a alínea a) número seis do artigo sexagésimo quarto, ambos da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro, na redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de onze de janeiro.

## **Ponto 8 - PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2013**

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR PRESIDENTE explicitou que os últimos documentos disponibilizados aos membros do Executivo englobam o contributo do senhor vereador Manuel dos Santos, que referenciou alguns arruamentos e caminhos que já constituíam propostas consideradas no Orçamento anterior.

Acrescentou que estando o Quadro Comunitário de Apoio no final, o grau de concretização na maioria dos programas é muito baixo, havendo ainda a possibilidade de abertura de algumas candidaturas para equipamentos sociais.

Tendo tal em consideração, foram abertos os projetos para uma futura creche no Porto Alto e para o Lar da Santa Casa da Misericórdia, ainda que com uma verba simbólica de cinco mil euros.

Observou que o Orçamento que foi construído ao longo das cinco reuniões que a Câmara Municipal realizou sobre essa matéria tem uma diminuição de cerca de cinco por cento relativamente ao Orçamento anterior, o que demonstra a preocupação havida no cálculo das Receitas e no estimar das Despesas, sendo que foi também tido em conta o grau de concretização do atual Orçamento, cuja Receita em vinte e três de novembro se situava em oitenta e quatro vírgula sete por cento e a Despesa em setenta e sete vírgula trinta e cinco por cento (que considera bons indicadores).

Referiu que procurou dar indicação aos senhores vereadores de alguns dados do que tem sido a evolução das transferências do Orçamento de Estado, que têm vindo a descer desde o ano de dois mil e nove, sendo que no ano em curso, fruto das negociações do PAEL (Programa de Apoio à Economia Local), conseguiu-se que não houvesse diminuição das transferências.

Considerou que os gráficos são demonstrativos da evolução dos Impostos Diretos, sendo que enquanto parece haver uma estabilização da receita do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), há uma quebra significativa na receita do IMT (Imposto Municipal sobre Transações de Imóveis).

Disse que o orçamento da Receita tem uma variação nas Receitas Correntes e nas Receitas de Capital, sendo que estas últimas diminuíram significativamente, não apenas fruto do final do Quadro Comunitário de Apoio, como também da própria repartição que tem ocorrido e não alienação de bens de investimento.

Deu nota que no final do próximo ano a dívida a médio e longo prazo da Câmara Municipal será de um milhão, oitocentos e setenta e sete mil, duzentos e cinquenta e quatro euros e quarenta e cinco cêntimos.

O SENHOR VEREADOR JOÃO AUGUSTO DE SOUSA afirmou que a primeira realidade que o Partido Socialista detetou na proposta de Orçamento em apreço foi que se há quatro anos atrás a Câmara Municipal tinha um Orçamento de cerca de vinte e dois milhões de euros, atualmente tem um que pouco passa dos dezassete milhões de euros, sendo que não há milagres e alguma coisa terá que encolher.

Nesse quadro, o Partido Socialista entende que há que fazer opções, e por uma questão ideológica, sendo a igualdade de oportunidades a matriz do Partido, que acha que se expressa mais na educação pré-escolar e no ensino básico, crê que seria possível que nenhum aluno daqueles graus de ensino tivesse que desembolsar qualquer despesa com a sua educação.

Para além do mais, o Partido Socialista crê tratar-se também duma questão de justiça perante a evasão fiscal, porque há cidadãos que são duplamente penalizados, porque pagam mais pela via dos impostos, sendo obrigados a declarar tudo, e quando é a altura de assumir os encargos com a educação dos filhos, voltam a pagar mais porque não são enquadrados nos escalões que lhes permitam ser beneficiados.

Por outro lado, atualmente há uma questão de emergência social, sendo imperioso que se acautele a possibilidade de não haver qualquer problema com as crianças, porque há, acima de tudo, uma questão estratégica face à descida dos níveis de natalidade, e o facto de se desonerar as crianças e se abstrair do poder económico do agregado familiar seria uma forma de promover a natalidade.

Transmitiu que fez um pequeno exercício no que se prende com a comparação da Receita e da Despesa Corrente na educação, e chegou a um valor de Receita, em termos de refeições escolares, e de acordo com os documentos previsionais, de cerca de trezentos e treze mil e quatrocentos euros, havendo uma Despesa prevista de trezentos mil euros, o que gera um *superavit* de treze mil e quatrocentos euros.

Contudo, se retirar as contrapartidas dos alunos, então haverá um défice de duzentos e dez mil e seiscentos euros.

Tendo em conta todo o contexto da educação pré-escolar e do ensino básico, obtém-se uma Receita Corrente de um milhão, quinhentos e sessenta e nove mil, trezentos e dois euros, e uma Despesa Corrente de setecentos e sessenta e seis mil e oitocentos euros.

Importa esclarecer que a verba de quatrocentos e oitenta e três mil euros relativa ao FSM (Fundo Social Municipal) não consta nas Receitas e, conseqüentemente, não sabe qual é a participação a que se destina em termos de educação escolar.

Por outro lado, o pessoal auxiliar também não está refletido na Despesa nem nas Grandes Opções do Plano, bem como alguns transportes escolares efetuados com equipamentos da Câmara Municipal.

Mas balanceando os dados e face ao *superavit* por si encontrado, crê haver todas as condições para que os alunos pudessem ter as suas refeições de forma gratuita, ainda que isso tenha implicações a nível orçamental.

Afirmou que o Partido Socialista entende que seria preferível que os alunos da educação pré-escolar e do ensino básico não pagassem as refeições escolares, em detrimento das atividades extracurriculares, sendo essa a proposta que apresenta.

Fez notar que não estando atribuídos os diversos subsídios para as coletividades e associações, as transferências violam a lei, porque de acordo com a mesma, apenas podem constar do Orçamento as transferências que estejam devidamente atribuídas.

Recordou que no sentido de ultrapassar aquela questão, o Partido Socialista já fez uma proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, a fim de que as coletividades pudessem apresentar as suas candidaturas até quinze de novembro.

O SENHOR VEREADOR JOSÉ RODRIGUES DA AVÓ disse que se no ano anterior o Executivo já considerou que tinha um Orçamento de serviços mínimos, o Orçamento em apreço também não foge muito disso, dada a conjuntura e a concretização dos receios da queda de atividade, sendo que tudo o que a Câmara Municipal possa fazer está, desde logo, delimitado pelo acesso às receitas que, conforme facilmente demonstrado pelos gráficos, desde o ano de dois mil e sete têm vindo consistentemente a cair.

Opinou que o Orçamento consubstancia o que é possível fazer, tendo obviamente em conta as opções do Executivo.

Afirmou que certamente o Executivo gostaria de dar maior apoio social, quer na componente da educação, quer na componente de apoio às famílias mais desfavorecidas, tendo em conta os pedidos que a Câmara Municipal tem recebido nos últimos meses para apoio a determinadas famílias destruturadas, em alguns casos, ou famílias que têm tido dificuldade no acesso ao emprego e se veem privadas das fontes de rendimento a que estavam habituadas e sempre tiveram, assim como gostaria de melhorar os serviços camarários, requalificar, melhorar algum parque mobiliário urbano, alcatroar e calçetar uma série de arruamentos.

Recordou que tem defendido a promoção do investimento e do turismo, bem como o gerar condições para que as empresas possam mais facilmente fixar-se na área do Município, crendo que a Câmara Municipal também deveria investir nessa atratividade e no gerar de condições para haver mais empresas, quer sejam microempresas ou estabelecimento do próprio local de trabalho, como forma de gerar emprego e gerar receita para o Município.

Observou que o Executivo está obviamente limitado pelos custos de funcionamento da Câmara Municipal, pelos custos com o pessoal e aqueles desde sempre assumidos ao longo do ano e que não pode deixar de fazer, garantindo os serviços básicos às populações.

Disse que continua refletido no presente Orçamento o défice da taxa de resíduos urbanos e da respetiva atividade, situação que dificilmente poderá ser ultrapassada nos próximos anos sem que a Câmara Municipal tenha que agravar as tarifas de modo muito significativo, solução de todo desaconselhável dada a situação em que atualmente as famílias se encontram.

No entanto, o défice da atividade de resíduos urbanos penaliza a Câmara Municipal, porque os fundos que seriam dirigidos para outras atividades terão que ser canalizados para suprir aquela insuficiência.

Afirmou que qualquer proposta que seja feita vai obrigar a que se retire um serviço que certamente não será mais necessário a quem dele beneficie, sendo que beneficiar uns em prejuízo de outros é sempre uma decisão difícil.

O SENHOR VEREADOR CARLOS COUTINHO crê que o Orçamento em discussão é condicionado pela diminuição drástica da Receita.

Opinou que se for tido em consideração que as transferências do Orçamento de Estado estão atualmente abaixo do que se verificava há dez anos atrás, sendo que ao longo desse período a Câmara Municipal teve que atender às necessidades da população (que aumentou significativamente, ainda que de forma controlada), disponibilizando uma série de equipamentos na área da educação, do desporto e da cultura, facilmente se compreenderá que a Despesa Corrente assume um papel duma importância significativa.

Disse que não deixando margem para investimentos, ainda assim é um Orçamento apenas possível face à política de grande rigor ao longo de muitos anos de exercício do Executivo, que permitiu que num período de grande dificuldade em que o País se apresenta atualmente, a Câmara Municipal tenha uma situação financeira invejável, sendo um Município que não tem dívidas.

Considerou que a margem do Orçamento é pouca para poder dar resposta a questões que, a seu ver, seriam importantes, pelo que tem que ser um Orçamento de grande equilíbrio e que, perante as populações, possa responder com equidade a todos os seus problemas.

Afirmou que, ainda assim, o Orçamento contempla muita intervenção na área social, embora a Câmara Municipal não vá poder responder aos grandes problemas que irão surgir na questão da habitação, que configurará uma situação dramática.

No entanto, pensa tratar-se de um Orçamento que ainda consegue cumprir alguns objetivos importantes, nomeadamente na área da educação e no sentido de poder proporcionar a todos os alunos do primeiro ciclo as mesmas condições, como será o caso da requalificação das duas escolas do primeiro ciclo em Benavente e Samora Correia (não apenas através dos Fundos Comunitários, mas também com o esforço do Orçamento), bem como do apoio ao Lar do CRIB e a nova creche de Benavente.

Disse crer que não podendo dar outro tipo de resposta, a Câmara Municipal orienta-se para as prioridades da sua ação.

Acrescentou que tratando-se de um Orçamento definido com grande rigor, crê que a Câmara Municipal deverá ter todo o cuidado na sua execução, na medida em que considerando a situação económica do País e a continuação de uma política de austeridade, sendo que os últimos dados aprofundam a situação negativa em que o País se encontra, com a quebra significativa das receitas do Estado, há que perceber até que ponto é que a Receita que está a ser inscrita com toda a prudência vai efetivamente ocorrer na execução do Orçamento, como será a questão do IMI, que assume grande importância para a Câmara Municipal.

Relativamente à proposta apresentada pelo senhor vereador João Augusto de Sousa no sentido de o Orçamento poder contemplar as refeições gratuitas para as crianças da educação pré-escolar e do primeiro ciclo, explicitou que nas contas apresentadas não está considerado um número significativo de alunos da escola das Acácias, que tomam as refeições na EB 2,3 de Samora Correia e as pagam diretamente nesta escola.

Acrescentou que todos os alunos quer da educação pré-escolar, quer do primeiro ciclo, que tenham dificuldades, não deixam de ser apoiados pela ação social escolar, sendo que a Câmara Municipal teve o cuidado de disponibilizar um canal preferencial para as escolas, para atender a todos os problemas que possam surgir e sejam detetados, para que nenhum aluno tenha dificuldades em poder tomar as suas refeições e que a questão económica não pese nessa situação.

Disse valorizar muito a opção política que está contida no Orçamento em apreço, e que aponta no sentido de poder manter o apoio às coletividades e associações e às Juntas de Freguesia, pela relação de proximidade e pela forma como se envolvem diretamente com as populações, sendo que será mantido o mesmo apoio que no ano em curso, crendo que isso é fundamental num período que vai ser de grande

dificuldade, e durante o qual os munícipes não vão ter possibilidade de aceder a um conjunto de atividades importantíssimas não só para a formação cultural e desportiva, mas para a formação daqueles que serão os futuros homens e mulheres do concelho de Benavente.

O SENHOR PRESIDENTE afirmou que um Orçamento e um Plano são sempre resultado de opções, e estas resultam, também, da reflexão que têm que ser feita relativamente ao quadro de vida em que o Executivo se insere, sendo que, de contrário, seria perfeitamente irrealista.

Observou que o atual quadro é de crise, com tendência para se aprofundar, fruto de políticas erradas que foram prosseguidas no País (que não deixa de estar englobado numa economia global e europeia), que de maneira nenhuma souber precaver-se contra uma situação que aceitou a regra da desregulamentação total dos mercados, em nome de valores e de princípios que vieram a colapsar.

Reafirmou que as autarquias não têm nenhuma responsabilidade na crise que o País atravessa, nem no seu défice, tendo, antes pelo contrário, dado um contributo positivo para a sua diminuição.

Disse que o senhor vereador João Augusto de Sousa apresenta uma proposta que já no ano anterior trouxera à Câmara Municipal (e que foi suficientemente discutida), afirmando tratar-se duma questão ideológica, afirmação da qual discorda, porque não foi essa a ideologia que o Partido Socialista defendeu enquanto foi Governo.

Lamentou que as crianças e os seus pais, bem como os idosos, estejam a sofrer em consequência da gula dos agiotas e dos governos que obedeceram aos grandes interesses económicos.

Considerou que a gratuidade as refeições dos alunos da educação pré-escolar e do primeiro ciclo seria possível, mas não seria correta perante a situação que a Câmara Municipal tem.

Referiu que o senhor vereador João Augusto de Sousa contabilizou verbas, mas esqueceu-se de ter em conta que nessas verbas se englobam dívidas do Ministério de Educação (que tem sido lento a pagar) que só no ano de dois e onze montam a trezentos e vinte e cinco mil euros.

Afirmou que não há nenhuma criança na área do Município que não tenha ajuda da Câmara Municipal no dia imediato àquele em que a situação é detetada. Generalizar tal seria profundamente injusto perante o quadro que o País apresenta, porquanto há quem tenha mais recursos e quem tenha menos; há quem possa pagar e quem não possa; há quem possa hoje e não possa amanhã.

Acrescentou que apesar das cautelas todas, o Orçamento em discussão vai ter que contar com algumas surpresas, que podem advir da incapacidade dos munícipes em pagar os impostos, o que diminuirá a Receita e poderá pôr em causa outras questões, que não a ação social escolar, porque essa é uma questão de honra para o Executivo, nem o apoio a prestar às instituições de solidariedade social.

Disse que tal como no ano anterior, a proposta apresentada pelo senhor vereador João Augusto de Sousa não pode ser aceite, até porque a ideia está contemplada no espírito da Câmara Municipal, que é mais abrangente, dada a preocupação que tem que haver na funcionalidade e prestação dos serviços mínimos à população.

Afirmou que se o Executivo não tiver o rigor de olhar todos os dias para as receitas municipais e para os seus desvios relativamente à previsão, então poderão ser abertos buracos idênticos aos do País, que podem levar a pôr em causa os postos de trabalho da Câmara Municipal, algo que acha ser também uma questão ideológica.

Transmitiu que para finalizar o seu mandato e a sua jornada ao serviço da população, gostaria de ter outro Orçamento, mas não seria sério para consigo e para com aqueles que o elegeram se preparasse um Orçamento para deixar compromissos para as gerações futuras, razão pela qual defende o agora em discussão como sendo o

possível, e não o desejável, como aquele que é o que melhor se adequa à situação que se vive, e está rodeado de prudência e de cautelas.

Disse não ter gostado da afirmação do senhor vereador João Augusto de Sousa de que é ilegal a inscrição de verbas de transferências aglutinadas para as coletividades e associações, porquanto não há ilegalidade nenhuma. Essas verbas têm de ser atribuídas e sê-lo-ão pelo órgão Executivo, que tem poderes para tal, de acordo com critérios, com um regulamento e com as reuniões em que participam as próprias coletividades e associações.

Acrescentou que quer o técnico oficial de contas, quer o Tribunal de Contas, nunca fizeram nenhuma chamada de atenção relativamente àquela situação, e se o senhor vereador João Augusto de Sousa olhar para o Orçamento de Estado, cujas regras de contabilidade pública são fundamentalmente as mesmas, verá aglutinação de verbas.

O SENHOR VEREADOR JOÃO AUGUSTO DE SOUSA observou que o Decreto-Lei oitenta e quatro A diz expressamente (e passou a ler) que “(...) *as importâncias relativas às Transferências Correntes e de Capital só podem ser consideradas no Orçamento, desde que estejam em conformidade com a efetiva atribuição (..)*”.

Contudo, trata-se duma questão formal que o Partido Socialista tem defendido desde o início, sendo bom que as verbas estejam atribuídas e constem das Grandes Opções do Plano, razão pela qual teve a preocupação de anteriormente ter apresentado uma proposta de alteração ao regulamento, no sentido de que as candidaturas das coletividades e associações aos apoios fossem apresentadas até quinze de novembro do Orçamento, por forma a permitir a descrição dos itens respetivos.

Entendendo o Partido Socialista que é prioritário garantir a gratuidade das refeições escolares às crianças, independentemente do contexto económico e social (que está a mudar totalmente), considerou que a discriminação de todos os itens permitiria gerir a compensação daquela Receita e decidir sobre o documento de previsão de forma mais consciente.

Reafirmou que a gratuidade das refeições escolares é, de facto, uma questão ideológica, sendo que ele está na Câmara Municipal para discutir os assuntos em representação do Partido Socialista do concelho de Benavente, e não do Partido Socialista a nível nacional, sendo que a sua matriz é a igualdade de oportunidades, em primeiro lugar, porque a emergência social assim o requer, razão pela qual não abdica da proposta apresentada.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria, com o voto contra do senhor vereador João Augusto de Sousa e a abstenção do senhor vereador José Rodrigues da Avó, aprovar a proposta de Orçamento, bem como das Grandes Opções do Plano para o ano financeiro de dois mil e treze, englobando o Plano Plurianual de Investimento e as Atividades Mais Relevantes, submetendo ambos os documentos à discussão e eventual aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) número dois do artigo sexagésimo quarto, conjugado com a alínea b) número dois do artigo quinquagésimo terceiro, ambos da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

## **04- Divisão Municipal de Obras e Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento**

### **04.01- Subunidade Orgânica de Obras Particulares**

#### **APROVAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA - DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM POSTERIORES ALTERAÇÕES**

## A CONHECIMENTO

A Câmara Municipal tomou conhecimento do despacho exarado pelo vereador, sr. Miguel António Duarte Cardia, cujo teor abaixo se transcreve, em:

19-11-2012

### **Ponto 22 – LEGALIZAÇÃO – MORADIA UNIFAMILIAR, GARAGENS E ANEXOS DE APOIO**

Processo n.º 1111/2012

Requerente: José Silvestre dos Santos

Local: Estrada das Vagonetas, 37 – Samora Correia

Teor do Despacho: *“Homologo e aprovo. Prossiga a tramitação.”*

## **DEFERIMENTO DO PEDIDO PEDIDO DE LICENÇA ADMINISTRATIVA, NOS TERMOS DO ARTIGO 23.º DO DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM POSTERIORES ALTERAÇÕES**

## A CONHECIMENTO

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos exarados pelo vereador, sr. Miguel António Duarte Cardia, cujos teores abaixo se transcrevem, em:

15-11-2012

### **Ponto 23 – LEGALIZAÇÃO DE ANEXO**

Processo n.º 131/2010

Requerente: Andreia Filipa Campos de Carvalho

Local: R. D. Francisca Montanha, r/c-B - Benavente

Teor do Despacho: *“Homologo e defiro”*

### **Ponto 24 – ALTERAÇÃO / EDIFÍCIO COMERCIAL / PROJETOS DAS ESPECIALIDADES**

Processo n.º 669/2012

Requerente: Alcapredial – Investimentos e Imobiliário, S.A.

Local: Fazendas Novas - Benavente

Teor do Despacho: *“Homologo e defiro”*

## **ALTERAÇÃO DE USO**

### **Ponto 25 – AUTORIZAÇÃO DE ALTERAÇÃO AO USO PARA CONSULTÓRIO DE OFTALMOLOGIA**

Processo: 732/2012

Requerente: J. P. Cunha - Oftalmologia, Lda.

Local: R. João Sabino Almeida Fernandes, n.º 10 – Benavente

## **Informação técnica de Gestão Urbanística, de 16-11-2012**

Na sequência do parecer do sr. chefe da Divisão Municipal de Obras Particulares e Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento, datado de 11-10-2012, exarado na informação da Subunidade Orgânica de Obras Particulares, da mesma data, cumpre informar:



1. Na sequência da nossa anterior informação técnica, vem a requerente informar que pretende o enquadramento da atividade em causa no âmbito do Decreto-Lei n.º 32171/1942, de 29 de julho, pelo que se encontra em causa uma **Autorização de Alteração de Utilização**.

1.1. Tendo em consideração toda a tramitação decorrida com o presente processo, julga-se, salvo melhor opinião, que estes serviços poderão organizar o respetivo procedimento de controlo prévio – Autorização, uma vez que inicialmente foi instruído como tal.

## 2. Da arquitetura

2.1. A pretensão consiste na alteração de uso de habitação para serviços destinado a consultório de oftalmologia, a efetuar num edifício antigo, anterior ao Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) sito no local acima referido.

2.2. Face ao Plano Diretor Municipal de Benavente (PDMB) em vigor verifica-se que o local em causa insere-se em Espaço Urbano, Área Urbanizada Mista, Zona a Preservar e não observa qualquer tipo de condicionantes.

2.3. No processo em causa consta o plano de acessibilidade, sendo composto por peças escritas e desenhadas e acompanhado pelo termo de responsabilidade, dando cumprimento ao definido no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08 de agosto, cuja responsabilidade é do seu técnico autor.

2.4. Regista-se a entrega da Ficha de Segurança Contra Incêndios em Edifícios, dando cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, que estabelece o Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios (SCIE), bem como da correspondente Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro e Despacho n.º 2072/2009. Nos termos da legislação citada, os elementos entregues são da responsabilidade do técnico que os subscreve.

## 3. - Engenharia

3.1. Projeto da Rede Predial de Abastecimento de Água – Tela final  
À responsabilidade do técnico autor.

3.2 – Projeto da rede Predial de Drenagem das Águas Residuais Domésticas – tela Final  
À responsabilidade do técnico autor.

3.3 – Projeto de Infraestruturas Telefónicas e de Telecomunicações – Tela Final  
O requerente não entregou a tela final deste projeto e não prestou qualquer esclarecimento para o facto de não a ter entregado.

As questões relacionadas com a entrega da tela final de infraestruturas de telecomunicações mereceram por parte da Câmara Municipal a devida atenção no que diz respeito às exceções à obrigatoriedade (artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 59/200 de 19/04, que refere “ , *Exceções ao princípio da obrigatoriedade - Excetua-se do disposto no presente diploma os edifícios que, em razão da sua natureza e finalidade específica, apresentem uma remota probabilidade de vir a necessitar de infraestruturas de telecomunicações...*”) da sua entrega para autorizações de alterações de utilização de edifícios/frações para comércio, serviços e estabelecimentos de restaurações e bebidas.

Na sequência da informação técnica de Gestão Urbanística, elaborada no âmbito do processo n.º 996/2012 (autorização de alteração de utilização para comércio e

serviços) em que estas questões foram amplamente explanadas, foi o assunto apreciado pela Câmara Municipal de Benavente, na sua reunião de 05/11/2012.

Depois de analisada e ponderada a informação técnica bem como os preciosos esclarecimentos prestados pelo senhor vereador Miguel Cardia, a Câmara Municipal de Benavente deliberou isentar o titular do processo n.º 996/2012 da entrega da tela final do projeto de infraestruturas de telecomunicações.

Assim, tendo em consideração a deliberação tomada pela Câmara Municipal de Benavente no âmbito da tramitação do processo n.º 996/2012, submete-se à consideração superior a necessidade de entrega da tela final deste projeto.

#### 3.4 – Segurança Contra Incêndios

A requerente não entregou termo de responsabilidade do técnico autor da ficha de segurança contra incêndios, relativo ao cumprimento das condições de segurança no edifício, conforme disposto no n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12/11, conjugado com o despacho exarado pelo vereador Miguel Cardia, no âmbito do processo n.º 312/2010.

#### Conclusão

Face ao exposto, considera-se que não estão reunidas as condições para o deferimento do pedido de autorização de alteração de utilização e propomos:

- a) Que superiormente seja tomada decisão acerca do exposto no ponto 3.3) da presente informação,
- b) Que seja solicitado à requerente a entrega do termo de responsabilidade em falta conforme referido no ponto 3.4), fixando-se o prazo de 10 (dez) dias para o efeito.

À consideração superior.

Vânia Raquel, técnica superior - arquiteta

Vasco Feijão, t. superior – eng.º civil

<b>Parecer:</b>  Face ao teor da informação, coloca-se à consideração superior a decisão a tomar sobre o assunto.  19 nov. 2012  <b>O chefe da D.M.O.P.P.U.D.</b>	<b>Despacho:</b>  À reunião.  2012NOV19  <b>O vereador</b>
---	--

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA explicitou que a pretensão em apreço se prende com uma alteração de uso de habitação para serviços destinados a consultório de oftalmologia, tal como a designação comercial da requerente assim indica, a efetuar num edifício antigo anterior ao RGEU, em Benavente, sendo que se coloca a questão do projeto de infraestruturas telefónicas e telecomunicações ou correspondente tela final.

Tendo em conta que hoje em dia as novas tecnologias permitem a dispensa da execução daquelas infraestruturas, em termos de obra, e, por conseguinte, julga que não vale a pena estar a penalizar o requerente, exigindo-lhe a apresentação dum projeto ou duma tela final, pelo que propôs que a Câmara Municipal tome exatamente a mesma deliberação de situações análogas, isentando da entrega do projeto de infraestruturas telefónicas e telecomunicações ou da tela final, nos termos em que foram isentos os anteriores.

Mais propôs, que seja solicitada à requerente a entrega do termo de responsabilidade do técnico autor da ficha de segurança contra incêndios.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar as propostas do senhor vereador Miguel Cardia.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

## **INFORMAÇÃO SIMPLES NOS TERMOS DO ARTIGO 110.º DO DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM POSTERIORES ALTERAÇÕES**

### **Ponto 26 – INSTALAÇÃO / LAR / INFORMAÇÃO SIMPLES**

Processo: 727/2010

Requerente: Dar Nível - Sociedade Construções, Lda.

Local: Camarinhais - Benavente

### **Informação técnica de Gestão Urbanística, de 09-11-2012**

Na sequência da nossa informação técnica de 18-10-2012, comunicada através de fax datado de 26-10-2012 e do ofício n.º 5394, de 26-10-2012 foi realizada visita ao local, no dia 06-11-2012, com o sr. vereador responsável pelo pelouro do Urbanismo e da Edificação (VUE), o sr. chefe da Divisão Municipal de Obras Particulares e Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento e a técnica subscritora da presente informação, encontrando-se apenas um representante da requerente onde nos informou que não tinha conhecimento da visita em causa, tendo efetuado um telefonema à requerente, na própria hora, onde nos informou que a visita tinha sido desmarcada pela Câmara.

Através do registo de entrada n.º 15192, de 06-11-2012, deu entrada nestes serviços um requerimento a desmarcar a visita ao local, por indisponibilidade da requerente e a solicitar novo agendamento, assim como questiona sobre o acesso à propriedade. Registe-se que este documento apenas foi anexado ao processo após os devidos registos e após a visita realizada.

Reapreciada novamente a pretensão, cumpre informar que não ocorreram alterações ao Plano Diretor Municipal de Benavente desde a nossa última informação técnica, pelo que se reitera o teor das nossas anteriores informações técnicas (de 08-06-2010; de 04-03-2011; de 05-04-2011; de 02-02-2012; de 22-08-2012 e de 18-10-2012) que as obras de ampliações efetuadas (telheiros e construções na extrema norte junto ao telheiro) não são passíveis de licenciamento e subsequente instalação da nova atividade (Lar de Idosos), na medida em que as ampliações se encontram edificadas na extrema da parcela de terreno assim como a parcela de terreno não confronta com arruamento público, pelo que, respetivamente, não dá cumprimento ao estipulado nas alíneas b) e g), do n.º 5, do artigo 32.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Benavente em vigor.

Face ao exposto, deverá a presente informação técnica ser dada a conhecimento da requerente e de acordo com o despacho do sr. VUE deverá o presente assunto ser agendado para reunião de Câmara.

À consideração superior.

Vânia Raquel, técnica superior - arquiteta

<b>Parecer:</b>  Face ao teor da informação, coloca-se à consideração superior a decisão a tomar sobre o assunto.  14 nov. 2012  <b>O chefe da D.M.O.P.U.D.</b>	<b>Despacho:</b>  À reunião. (cópia do último requerimento da Darnivel para srs. vereadores)  2012NOV13  <b>O vereador</b>
---	---

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA afirmou que trouxe o assunto em apreço à consideração da Câmara Municipal, porque como o Executivo pode comprovar pela quantidade de informações técnicas já produzidas anteriormente sobre a pretensão da requerente, bem como pelo conteúdo do último ofício recebido nos serviços, trata-se duma situação que lhe parece dever ser objeto duma decisão política para, no fundo, explicar à requerente a impossibilidade legal da Câmara Municipal em resolver o problema que subsiste.

Acrescentou que a requerente tem uma propriedade nos Camarinhais, em Benavente, onde pretende instalar um lar, e apresentou um pedido de informação simples à Câmara Municipal que, após análise técnica, configura duas situações impossíveis de ultrapassar, uma das quais tem a ver com a existência de construções à estrema, que face ao atual PDM não são legalizáveis, e a outra é o facto do acesso que serve a propriedade ser uma serventia particular, situação que nos termos do PDM e do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação não é possível, uma vez que tem que confrontar com a via pública.

Transmitiu que das várias reuniões havidas, uma das quais no local, sobressai um lamento da parte da requerente, que acha que a Câmara Municipal devia fazer mais do que, pura e simplesmente, dizer que a pretensão não é viável face, nomeadamente, à questão do acesso público.

Deu nota que em atendimento ao público, a requerente considerou que a Câmara Municipal tem obrigação de considerar o acesso como público e, se necessário for expropriar, ao que ele explicou que a Câmara Municipal tem efetivamente essa faculdade legal, mas se algum dia o fizer, fá-lo-á com base no interesse público, e esgotadas que sejam todas as outras possibilidades de diálogo com os proprietários para resolver a situação, à semelhança do que sempre tem sido o critério do Município.

Propôs que o Executivo possa visitar o local, acompanhado da senhora técnica subscritora da informação e do senhor chefe da Divisão Municipal de Obras e Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento, juntamente com a requerente.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade que a Câmara Municipal efetue visita ao local.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

## **AVERBAMENTO DE PROCESSO DE OBRAS EM NOME DE NOVO TITULAR**

### **A CONHECIMENTO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento do despacho exarado pelo vereador, sr. Miguel António Duarte Cardia, cujo teor abaixo se transcreve, em:

16-11-2012

**Ponto 27 – LICENÇA ADMINISTRATIVA / CONSTRUÇÃO DE MORADIA, GARAGEM, ANEXO E MURO / PEDIDO DE AVERBAMENTO DO TITULAR DO PROCESSO (PAULO M. M. ANDRÉ – CONSTRUÇÕES, LDA.)**

Processo n.º 476/2012

Requerente: Paulo Manuel Marto André

Local: Estrada das Vagonetas – Samora Correia

Teor do Despacho: “*Defiro*”

**RECLAMAÇÕES**

**Ponto 28 – RECLAMAÇÃO / CONSTRUÇÃO DE GALINHEIRO**

Processo: 532/2012, de 2012.07.11

Reclamante: João Miguel Gaspar Belo

Reclamado: Daniel Rodrigues

Local: Avenida N.ª Sra. Guadalupe, n.º 34, Porto Alto – Samora Correia

**Informação A.J. n.º 131/2012, de 09 de novembro**

**1** – Em 2012.04.27, João Gaspar Belo solicitou a intervenção da Câmara Municipal, ao abrigo do RGEU e demais legislação e regulamentos administrativos aplicáveis, contra a existência de uma instalação para animais (galinheiro) junto à estrema do seu prédio, alegando razões de higiene e salubridade, bem como o direito à tranquilidade e ao descanso noturno dos moradores, sendo que tal instalação é propriedade de Daniel Rodrigues.

**2** – Na sequência de deslocação, o Serviço de Fiscalização informou que constatou a existência, no logradouro do reclamado, de um galinheiro em madeira e rede no logradouro com a área de cerca de 10m<sup>2</sup>, não havendo qualquer alvenaria e cimento na estrutura.

De igual modo se enunciaram os preceitos legais constantes no RJUE (D.L. n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo D.L. n.º 26/2010, de 30 de março) no que respeita às medidas de tutela da legalidade urbanística (demolição da obra e reposição do terreno / posse administrativa e execução coerciva).

**3** – Na citada Informação e na sequência de despacho do chefe da DMOPPUD, o sr. vereador Miguel Cardia determinou que os serviços técnicos, previamente à tomada de decisão, analisassem a possibilidade de legalização das construções.

**4** – Em Informação técnica da Gestão Urbanística de 2012.05.29 deu-se conta que:

- o local, face ao PDMB, insere-se em Espaço Urbano, Área Urbanizada Habitacional, Zona Consolidada e observa a condicionante da Zona de Proteção Especial para a Avifauna (arts. 8.º, 9.º 10.º e 12.º do RPDMB);

- as edificações são consideradas obras de escassa relevância urbanística, pelo que estão isentas de controlo prévio, segundo os arts. 2.º alínea a), 6.º n.º 1 alínea c) e 6.º-A n.º 1 alínea a) do RJUE;

- do ponto de vista técnico, a utilização das edificações em causa não se conforma com os tipos de utilização definidos pelo PDMB para aquela classe de espaço, sendo que a ocupação é geradora de um impacte visual negativo, pelo que se considerou não serem viáveis as construções.

**5** – Pelo ofício n.º 2818, de 2012.06.04, foi Daniel Rodrigues notificado para, no prazo de 30 dias, proceder à remoção das instalações.

**6** – Em 2012.07.09, Daniel Rodrigues veio contestar o teor da notificação, alegando que o seu terreno tem uma área aproximada de 5000 metros, pelo que não entende que não possa ter “ (...) *meia dúzia de galinhas* (...)” naquele espaço, já que a generalidade dos seus vizinhos têm animais, em particular nesta altura em que “ (...) *bastante falta fazem para ajudar a subsistência de determinados agregados familiares* (...)”.

Assim, solicita informação “ (...) *de modo a saber onde* (...) *deve e todos os outros habitantes da freguesia* (...) *colocar os animais que possuímos* (...)”.

**7** – O sr. vereador Miguel Cardia solicitou que o Apoio Jurídico apreciasse a situação, nomeadamente no que concerne à desconformidade reportada ao PDMB, ou seja, se não é possível face àquela categoria de espaço, onde poderão os munícipes instalar os galinheiros e as coelheiras.

**8** – Assim, em cumprimento daquele despacho superior, informa-se:

**8.1** – Numa interpretação estrita do RPDMB, a instalação de galinheiros e de coelheiras apenas é viável em terrenos inseridos em espaço agrícola e em espaço florestal, nos termos dos arts. 32.º e 37.º do RPDMB, respetivamente;

**8.2** – Ora, segundo a Informação da Gestão Urbanística de 2012.05.29, o local, face ao PDMB, insere-se em Espaço Urbano, Área Urbanizada Habitacional, Zona Consolidada e observa a condicionante da Zona de Proteção Especial para a Avifauna (arts. 8.º, 9.º 10.º e 12.º do RPDMB), onde o solo se destina predominantemente à edificação (sublinhado nosso);

**8.3** – Conforme é referido da referida Informação, aquela instalação está isenta de controlo prévio por ser considerada obra de escassa relevância urbanística, pelo que a aplicação do RPDMB apenas tem em vista o uso do solo que lhe está a ser dado, ou seja, criação de algumas galinhas para subsistência do reclamado e, eventualmente, do respetivo agregado familiar;

**8.4** - O art. 8.º do RPDMB determina que, em espaço urbano o solo se destina predominantemente (e não exclusivamente) à edificação.  
Por outro lado segundo o art. 9.º n.º 2 alínea b) do citado RPDMB, a área urbanizada habitacional corresponde ao espaço urbano onde se implanta predominantemente (e não exclusivamente) habitação, equipamento e comércio local;

Assim, segundo estes normativos, naquela categoria de espaço o uso dominante – mas não exclusivo – é a edificação (habitação, equipamento e comércio local), sendo admissível a existência de instalações complementares da referida edificação;

**8.5** – Assim e salvo melhor opinião, entende-se que nada obsta a que, complementarmente à habitação, possa existir, no respetivo logradouro, uma pequena horta, bem como uma pequena criação de galinhas ou coelhos, donde os moradores retirem alguns bens alimentares exclusivamente para subsistência;

**8.6** - Aliás, nos últimos tempos e em consequência da atual crise económica, tem-se assistido ao surgimento de pequenas hortas em logradouros de prédios situados em espaço urbano, o qual, face ao PDMB, o uso predominante é a edificação;

**8.7** – Porém, a existência das referidas hortas ou galinheiros não podem pôr em causa a saúde e a higiene, bem como o direito à tranquilidade e ao descanso dos vizinhos;

**8.8** – Assim, entende-se que o galinheiro em causa possa existir, nos termos acima descritos. Porém e atendendo que, segundo o reclamado, o seu terreno possui cerca de 5000 metros, deverá o mesmo instalar o galinheiro noutra local dentro da sua propriedade, devendo ter em atenção os afastamentos às extremas.

À consideração superior.

Maximiano Horta Cardoso - O técnico superior / jurista

<b>Despacho:</b>  Ao sr. vereador Miguel Cardia.  9-11-012  <b>O presidente</b>	<b>Despacho:</b>  À reunião. (cópia da IT aos srs vereadores)  2012NOV13  <b>O vereador</b>
---	--

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA observou que numa primeira abordagem técnica, os serviços municipais referem que a utilização das edificações em causa não conforma com os tipos de utilização definidos pelo PDM para aquela classe de espaço, em que a ocupação é geradora de impacto visual negativo, pelo que consideram não serem viáveis as construções.

Face àquela conclusão, e perante a aparente impossibilidade de, face ao PDM, haver galinheiros nos perímetros urbanos, pediu ao Apoio Jurídico para avaliar a situação, sendo que a apreciação jurídica aponta que, em virtude de naquela classe de espaço o regulamento prever a predominância das habitações mas, face à essa mesma predominância, possibilitar a existência de outro tipo de ocupação, é viável a existência do galinheiro, mas em virtude da parcela em causa ter cinco mil metros, sugere, quanto a si duma forma sensata, que o galinheiro seja instalado noutra local.

Propôs que a Câmara Municipal homologue a presente informação jurídica e, considerando o proposto na mesma, que os reclamados sejam notificados a deslocalizar o galinheiro para uma zona com afastamento entre quinze a vinte metros da estrema com os vizinhos ou de qualquer habitação, para extinguir a reclamação.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do senhor vereador Miguel Cardia.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

## **CONSTITUIÇÃO DE ARRUAMENTO, CEDÊNCIA AO DOMÍNIO PÚBLICO**

**Os pontos 29 a 34 da Ordem do Dia foram apreciados em conjunto.**

### **Ponto 29 – CONSTITUIÇÃO DE ARRUAMENTO, CEDÊNCIA AO DOMÍNIO PÚBLICO**

Processo: 413/2012

Requerente: Luciano de Oliveira Cardoso e Rosa dos Santos Manata

Local: Belo Jardim, Samora Correia

**Informação Técnica do Planeamento Urbanístico, de 06-11-2012:**

Solicita o requerente que a Câmara Municipal de Benavente confirme que do prédio misto inscrito na matriz sob os artigos urbano 6031 e rústico 9, secção N, descritos na Conservatória do Registo Predial de Benavente sob o n.º 2703 de 290694, foi efetuada uma cedência ao domínio público de 144,00 m<sup>2</sup> para o caminho público designado por Rua do Belo Jardim.

Analizada a pretensão cumpre informar:

1. O caminho em questão embora sem registo legal está materializado no local há mais de duas décadas, funcionando como serventia para uma parte do miolo edificado do Belo Jardim, como se pode comprovar em ortofotomapa (folha 135215) de 1991 do antigo IPCC (Instituto Português de Cartografia e Cadastro).
2. Mais recentemente, a prestação de uma função pública pelo caminho foi reconhecida pela comissão de trânsito, toponímia, mobilidade e segurança da Assembleia de Freguesia de Samora Correia, quando propôs à Câmara Municipal de Benavente a atribuição do topónimo Rua do Belo Jardim ao referido caminho, proposta que sendo presente à reunião de Câmara de 12.02.2007, suportada em informação DMPUD n.º 16/2007, de 6 de fevereiro, foi favoravelmente decidida.
3. Após várias solicitações de moradores, verificaram os serviços de topografia da Câmara Municipal o perfil do caminho existente. Do levantamento efetuado verificou-se a possibilidade do perfil transversal do caminho manter em toda a sua extensão uma largura mínima de 5,50 metros, existindo atualmente a possibilidade de inversão do sentido de marcha em mais do que um ponto do perfil longitudinal, não inviabilizando a circulação de veículos de emergência ou de recolha de resíduos sólidos urbanos, e desse levantamento (que se anexa) verificaram ainda que o mesmo ocupa a referida área de 144,00 m<sup>2</sup> de terreno propriedade do requerente.
4. Em função do que é referido atrás, sugere-se que para responder positivamente ao solicitado pelo requerente, seja deliberada a aceitação da cedência para o domínio público do conjunto das várias parcelas que integram o caminho, para que apenas no caso dessa decisão da Câmara Municipal ser favorável, então possa ser emitida a certidão solicitada.

À consideração superior.

António Neves, geógrafo

<b>Parecer:</b>  Face ao teor da informação, coloca-se à consideração superior a decisão a tomar sobre o assunto.  12 nov. 2012  <b>O chefe da D.M.O.P.P.U.D.</b>	<b>Despacho:</b>  À reunião. (cópia da planta global da proposta do arruamento p/ srs vereadores).  2012NOV13  <b>O vereador</b>
---	---

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA explicitou que se trata da pretensão de um conjunto de requerentes para cederem ao domínio público municipal, para arruamento público, as áreas que constam da planta



atempadamente distribuída membros do Executivo, tendo como objetivo, no concreto, regularizar a situação de um acesso que há muitos anos é utilizado como público, junto à Urbanização do Belo Jardim, em Samora Correia, e que nunca foi cedido formalmente para o domínio público.

Propôs que a Câmara Municipal aceite as respetivas áreas para o domínio público, para serem integradas em conjunto num arruamento, sem qualquer compromisso de infraestruturação por parte da Câmara Municipal, para lá da que existe atualmente.

O SENHOR VEREADOR JOÃO AUGUSTO DE SOUSA questionou da razão de apenas agora ser feita a cedência para o domínio público.

O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA observou que já passaram pelas reuniões do Executivo algumas situações em que os munícipes cederam em tempos para o domínio público, para serem abertos arruamentos, e nunca formalizaram a cedência, pedindo certidões da Câmara Municipal para o efeito.

Referiu que existem outras situações que ao longo dos tempos, algumas delas imemorais, em que se trata de espaços ou artérias utilizadas de forma pública, sem que nunca tenha havido a correspondente cedência.

Acrescentou tratar-se de duas situações diferentes, mas que entroncam na mesma realidade de que, por um lado, os munícipes apenas vêm pedir à Câmara Municipal a formalização da aceitação de áreas para o domínio público, quando precisam de atualizar os documentos relativos à sua propriedade, e por outro lado, não tem explicação para os motivos, quando são caminhos utilizados desde há muitos anos.

O SENHOR PRESIDENTE disse tratar-se de um acesso utilizado há muitos anos como público, e que as cedências agora em apreço resultam de um trabalho árduo de concertação, que foi precedido de várias diligências e visitas ao local da sua parte, na tentativa de convencer os proprietários a cederem o espaço para alargamento do caminho, como condição necessária para a Câmara Municipal poder tomar conta do mesmo, sem resultado.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aceitar a cedência para o domínio público do conjunto das várias parcelas que integram o caminho, e autorizar a emissão das correspondentes certidões.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

### **Ponto 30 – CONSTITUIÇÃO DE ARRUAMENTO, CEDÊNCIA AO DOMÍNIO PÚBLICO**

Processo: 414/2012

Requerente: Manuel Caniço da Fonseca Rato e Rosa da Conceição Gonçalves da Fonseca

Local: Belo Jardim, Samora Correia

#### **Informação Técnica do Planeamento Urbanístico, de 06-11-2012:**

Solicita o requerente que a Câmara Municipal de Benavente confirme que do prédio rústico situado no Belo Jardim, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 8381 a fls 168 do livro B22, foi efetuada uma cedência ao domínio público de 196,00 m<sup>2</sup> para o caminho público designado por Rua do Belo Jardim.

Analizada a pretensão cumpre informar:

1. O caminho em questão embora sem registo legal está materializado no local há mais de duas décadas, funcionando como serventia para uma parte do miolo edificado do Belo Jardim, como se pode comprovar em ortofotomapa (folha 135215) de 1991 do antigo IPCC (Instituto Português de Cartografia e Cadastro).

2. Mais recentemente, a prestação de uma função pública pelo caminho foi reconhecida pela comissão de trânsito, toponímia, mobilidade e segurança da Assembleia de Freguesia de Samora Correia, quando propôs à Câmara Municipal de Benavente a atribuição do topónimo Rua do Belo Jardim ao referido caminho, proposta que sendo presente à reunião de Câmara de 12.02.2007, suportada em informação DMPUD n.º 16/2007, de 6 de fevereiro, foi favoravelmente decidida.

3. Após várias solicitações de moradores, verificaram os serviços de topografia da Câmara Municipal o perfil do caminho existente. Do levantamento efetuado verificou-se a possibilidade do perfil transversal do caminho manter em toda a sua extensão uma largura mínima de 5,50 metros, existindo atualmente a possibilidade de inversão do sentido de marcha em mais do que um ponto do perfil longitudinal, não inviabilizando a circulação de veículos de emergência ou de recolha de resíduos sólidos urbanos, e desse levantamento (que se anexa) verificaram ainda que o mesmo ocupa a referida área de 196,00 m<sup>2</sup> de terreno propriedade do requerente.

4. Em função do que é referido atrás, sugere-se que para responder positivamente ao solicitado pelo requerente, seja deliberada a aceitação da cedência para o domínio público do conjunto das várias parcelas que integram o caminho, para que apenas no caso dessa decisão da Câmara Municipal ser favorável, então possa ser emitida a certidão solicitada.

À consideração superior.

António Neves, geógrafo

<b>Parecer:</b>  Face ao teor da informação, coloca-se à consideração superior a decisão a tomar sobre o assunto.  12 nov. 2012  <b>O chefe da D.M.O.P.P.U.D.</b>	<b>Despacho:</b>  À reunião.  2012NOV13  <b>O vereador</b>
---	--

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aceitar a cedência para o domínio público do conjunto das várias parcelas que integram o caminho, e autorizar a emissão das correspondentes certidões.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

### **Ponto 31 – CONSTITUIÇÃO DE ARRUAMENTO, CEDÊNCIA AO DOMÍNIO PÚBLICO**

Processo: 415/2012

Requerente: Rui Falua Correia

Local: Belo Jardim, Samora Correia

### **Informação Técnica do Planeamento Urbanístico, de 06-11-2012:**

Solicita o requerente que a Câmara Municipal de Benavente confirme que do prédio misto situado no Belo Jardim, inscrito na matriz sob os artigos urbano 687 e rústico 13, secção N, descritos na Conservatória do Registo Predial de Benavente sob o n.º 5562, foi efetuada uma cedência ao domínio público de 510,00 m<sup>2</sup> para o caminho público designado por Rua do Belo Jardim e ainda que seja emitida certidão comprovativa de que, após a cedência da área referida e por atravessamento da Rua do Belo Jardim, o prédio foi separado fisicamente, ficando a ser constituído por duas parcelas.

Analizada a pretensão cumpre informar:

1. O caminho em questão embora sem registo legal está materializado no local há mais de duas décadas, funcionando como serventia para uma parte do miolo edificado do Belo Jardim, como se pode comprovar em ortofotomapa (folha 135215) de 1991 do antigo IPCC (Instituto Português de Cartografia e Cadastro).
2. Mais recentemente, a prestação de uma função pública pelo caminho foi reconhecida pela comissão de trânsito, toponímia, mobilidade e segurança da Assembleia de Freguesia de Samora Correia quando propôs à Câmara Municipal de Benavente a atribuição do topónimo Rua do Belo Jardim ao referido caminho, proposta que sendo presente à reunião de Câmara de 12.02.2007, suportada em informação DMPUD n.º 16/2007, de 6 de fevereiro, foi favoravelmente decidida.
3. Após várias solicitações de moradores, verificaram os serviços de topografia da Câmara Municipal o perfil do caminho existente. Do levantamento efetuado verificou-se a possibilidade do perfil transversal do caminho manter em toda a sua extensão uma largura mínima de 5,50 metros, existindo atualmente a possibilidade de inversão do sentido de marcha em mais do que um ponto do perfil longitudinal, não inviabilizando a circulação de veículos de emergência ou de recolha de resíduos sólidos urbanos, e desse levantamento (que se anexa) verificaram ainda que o mesmo ocupa a referida área de 510,00 m<sup>2</sup> de terreno propriedade do requerente.
4. Em função do que é referido atrás, sugere-se que para responder positivamente ao solicitado pelo requerente, seja deliberada a aceitação da cedência para o domínio público do conjunto das várias parcelas que integram o caminho, para que apenas no caso dessa decisão da Câmara Municipal ser favorável, então possa ser emitida a certidão solicitada.

À consideração superior.

António Neves, geógrafo

<b>Parecer:</b>  Face ao teor da informação, coloca-se à consideração superior a decisão a tomar sobre o assunto.  12 nov. 2012  <b>O chefe da D.M.O.P.U.D.</b>	<b>Despacho:</b>  À reunião.  2012NOV13  <b>O vereador</b>
---	--

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aceitar a cedência para o domínio público do conjunto das várias parcelas que integram o caminho, e autorizar a emissão das correspondentes certidões.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

### **Ponto 32 – CONSTITUIÇÃO DE ARRUAMENTO, CEDÊNCIA AO DOMÍNIO PÚBLICO**

Processo: 416/2012

Requerente: Manuel de Matos

Local: Belo Jardim, Samora Correia

#### **Informação Técnica do Planeamento Urbanístico, de 06-11-2012:**

Solicita o requerente que a Câmara Municipal de Benavente confirme que do prédio urbano situado no Belo Jardim, inscrito na matriz sob o artigo 9760, descrito na Conservatória do Registo Predial de Benavente sob o n.º 5909, foi efetuada uma cedência ao domínio público de 107,00 m<sup>2</sup> para o caminho público designado por Rua do Belo Jardim e ainda que seja emitida certidão comprovativa de que, após a cedência da área referida e por atravessamento da Rua do Belo Jardim, o prédio foi separado fisicamente, ficando a ser constituído por duas parcelas.

Analisada a pretensão cumpre informar:

1. O caminho em questão embora sem registo legal está materializado no local há mais de duas décadas, funcionando como serventia para uma parte do miolo edificado do Belo Jardim, como se pode comprovar em ortofotomapa (folha 135215) de 1991 do antigo IPCC (Instituto Português de Cartografia e Cadastro).
2. Mais recentemente, a prestação de uma função pública pelo caminho foi reconhecida pela comissão de trânsito, toponímia, mobilidade e segurança da Assembleia de Freguesia de Samora Correia, quando propôs à Câmara Municipal de Benavente a atribuição do topónimo Rua do Belo Jardim ao referido caminho, proposta que sendo presente à reunião de Câmara de 12.02.2007, suportada em informação DMPUD n.º 16/2007, de 6 de fevereiro, foi favoravelmente decidida.
3. Após várias solicitações de moradores, verificaram os serviços de topografia da Câmara Municipal o perfil do caminho existente. Do levantamento efetuado verificou-se a possibilidade do perfil transversal do caminho manter em toda a sua extensão uma largura mínima de 5,50 metros, existindo atualmente a possibilidade de inversão do sentido de marcha em mais do que um ponto do perfil longitudinal, não inviabilizando a circulação de veículos de emergência ou de recolha de resíduos sólidos urbanos, e desse levantamento (que se anexa) verificaram ainda que o mesmo ocupa a referida área de 107,00 m<sup>2</sup> de terreno propriedade do requerente.
4. Em função do que é referido atrás, sugere-se que para responder positivamente ao solicitado pelo requerente, seja deliberada a aceitação da cedência para o domínio público do conjunto das várias parcelas que integram o caminho, para que apenas no caso dessa decisão da Câmara Municipal ser favorável, então possa ser emitida a certidão solicitada.

À consideração superior.

António Neves, geógrafo

<b>Parecer:</b>  Face ao teor da informação, coloca-se à consideração superior a decisão a tomar sobre o assunto.  12 nov. 2012  <b>O chefe da D.M.O.P.P.U.D.</b>	<b>Despacho:</b>  À reunião.  2012NOV13  <b>O vereador</b>
---	--

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aceitar a cedência para o domínio público do conjunto das várias parcelas que integram o caminho, e autorizar a emissão das correspondentes certidões.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

### **Ponto 33 – CONSTITUIÇÃO DE ARRUAMENTO, CEDÊNCIA AO DOMÍNIO PÚBLICO**

Processo: 417/2012

Requerente: Manuel Reis Gonçalves e Maria de Almeida Peloura Gonçalves

Local: Belo Jardim, Samora Correia

#### **Informação Técnica do Planeamento Urbanístico, de 06-11-2012:**

Solicita o requerente que a Câmara Municipal de Benavente confirme que do prédio rústico situado no Belo Jardim, descritos na Conservatória do Registo Predial de Benavente sob o n.º 14783 a fls 106vs do livro B40, foi efetuada uma cedência ao domínio público de 39,00 m<sup>2</sup> para o caminho público designado por Rua do Belo Jardim.

Analisada a pretensão cumpre informar:

1. O caminho em questão embora sem registo legal está materializado no local há mais de duas décadas, funcionando como serventia para uma parte do miolo edificado do Belo Jardim, como se pode comprovar em ortofotomapa (folha 135215) de 1991 do antigo IPCC (Instituto Português de Cartografia e Cadastro).
2. Mais recentemente, a prestação de uma função pública pelo caminho foi reconhecida pela comissão de trânsito, toponímia, mobilidade e segurança da Assembleia de Freguesia de Samora Correia, quando propôs à Câmara Municipal de Benavente a atribuição do topónimo Rua do Belo Jardim ao referido caminho, proposta que sendo presente à reunião de Câmara de 12.02.2007, suportada em informação DMPUD n.º 16/2007, de 6 de fevereiro, foi favoravelmente decidida.
3. Após várias solicitações de moradores, verificaram os serviços de topografia da Câmara Municipal o perfil do caminho existente. Do levantamento efetuado verificou-se a possibilidade do perfil transversal do caminho manter em toda a sua extensão uma largura mínima de 5,50 metros, existindo atualmente a possibilidade de inversão do sentido de marcha em mais do que um ponto do perfil longitudinal, não inviabilizando a circulação de veículos de emergência ou de recolha de resíduos sólidos urbanos, e desse levantamento (que se anexa) verificaram ainda que o mesmo ocupa a referida área de 39,00 m<sup>2</sup> de terreno propriedade do requerente.

4. Em função do que é referido atrás, sugere-se que para responder positivamente ao solicitado pelo requerente, seja deliberada a aceitação da cedência para o domínio público do conjunto das várias parcelas que integram o caminho, para que apenas no caso dessa decisão da Câmara Municipal ser favorável, então possa ser emitida a certidão solicitada.

À consideração superior.

António Neves, geógrafo

<b>Parecer:</b>  Face ao teor da informação, coloca-se à consideração superior a decisão a tomar sobre o assunto.  12 nov. 2012  <b>O chefe da D.M.O.P.P.U.D.</b>	<b>Despacho:</b>  À reunião.  2012NOV13  <b>O vereador</b>
---	--

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aceitar a cedência para o domínio público do conjunto das várias parcelas que integram o caminho, e autorizar a emissão das correspondentes certidões.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

#### **Ponto 34 – CONSTITUIÇÃO DE ARRUAMENTO, CEDÊNCIA AO DOMÍNIO PÚBLICO**

Processo: 418/2012

Requerente: Abel de Jesus Cardoso Rita

Local: Belo Jardim, Samora Correia

#### **Informação Técnica do Planeamento Urbanístico, de 06-11-2012:**

Solicita o requerente que a Câmara Municipal de Benavente confirme que do prédio urbano situado no Belo Jardim, descrito na Conservatória do Registo Predial de Benavente sob o n.º 3524, foi efetuada uma cedência ao domínio público de 32,00 m<sup>2</sup> para o caminho público designado por Rua do Belo Jardim.

Analizada a pretensão cumpre informar:

1. O caminho em questão embora sem registo legal está materializado no local há mais de duas décadas, funcionando como serventia para uma parte do miolo edificado do Belo Jardim, como se pode comprovar em ortofotomapa (folha 135215) de 1991 do antigo IPCC (Instituto Português de Cartografia e Cadastro).

2. Mais recentemente, a prestação de uma função pública pelo caminho foi reconhecida pela comissão de trânsito, toponímia, mobilidade e segurança da Assembleia de Freguesia de Samora Correia, quando propôs à Câmara Municipal de Benavente a atribuição do topónimo Rua do Belo Jardim ao referido caminho, proposta que sendo presente à reunião de Câmara de 12.02.2007, suportada em informação DMPUD n.º 16/2007, de 6 de fevereiro, foi favoravelmente decidida.

3. Após várias solicitações de moradores, verificaram os serviços de topografia da Câmara Municipal o perfil do caminho existente. Do levantamento efetuado verificou-se a possibilidade do perfil transversal do caminho manter em toda a sua extensão uma largura mínima de 5,50 metros, existindo atualmente a possibilidade de inversão do sentido de marcha em mais do que um ponto do perfil longitudinal, não inviabilizando a circulação de veículos de emergência ou de recolha de resíduos sólidos urbanos, e desse levantamento (que se anexa) verificaram ainda que o mesmo ocupa a referida área de 32,00 m<sup>2</sup> de terreno propriedade do requerente.

4. Em função do que é referido atrás, sugere-se que para responder positivamente ao solicitado pelo requerente, seja deliberada a aceitação da cedência para o domínio público do conjunto das várias parcelas que integram o caminho, para que apenas no caso dessa decisão da Câmara Municipal ser favorável, então possa ser emitida a certidão solicitada.

À consideração superior.

António Neves, geógrafo

<b>Parecer:</b>  Face ao teor da informação, coloca-se à consideração superior a decisão a tomar sobre o assunto.  12 nov. 2012  <b>O chefe da D.M.O.P.P.U.D.</b>	<b>Despacho:</b>  À reunião.  2012NOV13  <b>O vereador</b>
---	--

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aceitar a cedência para o domínio público do conjunto das várias parcelas que integram o caminho, e autorizar a emissão das correspondentes certidões.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

**Nesta altura da reunião ausentou-se o senhor vereador Miguel Cardia, pelo que a Câmara Municipal passou a funcionar com 6 elementos.**

## **INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA**

### **7.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2012**

Relativamente ao objeto de deliberações dos Órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, estabelece uma regra e uma exceção.

Assim:

- **A regra** é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia distribuída a todos os membros do órgão com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

- **A exceção**, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- a urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 23 de novembro de 2012

O presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na Ordem do Dia.

### **Ponto Extra 3 – 7.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2012**

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR PRESIDENTE explicou os documentos, por cada rubrica, no que se refere a diminuições e reforços.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria, com a abstenção do senhor vereador João Augusto de Sousa, aprovar a proposta do senhor presidente da Câmara Municipal relativa à VII Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano que, depois de rubricada e por fotocópia, fica apensa à presente ata.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

## **02.01.09- Subunidade Orgânica de Compras e Aprovisionamento**

**Ponto 9 - PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO TENDO EM VISTA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS ATRAVÉS DE CARTÃO ELETRÓNICO DE ABASTECIMENTO, DESIGNADAMENTE GASOLINA, GASÓLEO E GÁS DE PETRÓLEO LIQUEFEITO (GPL) – CONCURSOS PÚBLICOS DA CENTRAL DE COMPRAS ELETRÓNICAS DA CIMLT - ACORDO QUADRO**

### **Informação D.M.A.F. n.º 0272/2012**

Em 07 de dezembro de 2011 a Subunidade Orgânica de Compras e Aprovisionamento submeteu ao sr. presidente, através da informação n.º 503/2011, uma proposta de abertura de um procedimento tendo em vista a Aquisição de Combustíveis rodoviários, Gás Propano a Granel e Lubrificantes, aderindo ao procedimento a lançar no âmbito da Central de Compras Eletrónica da CIMLT. O sr. presidente despachou no sentido da mesma ser presente a reunião de Câmara.

Face à proposta submetida, o Executivo, em 12/12/2011, no uso da competência atribuída pela alínea b) do n.º 1 do art. 18.º do D.L. n.º 197/99, de 8 de junho, deliberou no sentido da homologação da mesma, autorizando a abertura do procedimento nos termos do proposto.



Mais foi deliberado, igualmente por unanimidade, solicitar autorização à Assembleia Municipal, para a repartição de encargos pelos anos económicos de 2012, 2013, 2014 e 2015, nos termos do n.ºs 1 e 6 do art. 22.º do D.L. n.º 197/99, de 8 de junho.

Remetida à Assembleia Municipal, a referida proposta foi objeto de deliberação em 15.12.2011, deliberação essa que apontava no sentido da aprovação da mesma.

O referido procedimento, após ter sido devidamente aprovado, foi remetido à CIMLT, onde decorreu a sua tramitação até à celebração do acordo Quadro do qual constam como cocontratantes a CIMLT e as empresas Galp Energia – Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. para os lotes n.ºs 1 e 2 e a empresa FUCHS LUBRIFICANTES, UNIPessoal, LDA para o lote n.º 4, lotes aos quais o Município de Benavente agregou necessidades.

O Acordo quadro negociado pela CCE-CIMLT estabelece no seu clausulado as condições contratuais, destacando-se das mesmas, a sua duração, no caso, 36 meses, e o valor contratual global de 767.512,12 Euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, dividido pelos respetivos anos económicos:

- Para a aquisição de Combustíveis e Lubrificantes, o valor de € 767.451,54 (setecentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta euros e cinquenta e quatro cêntimos), a satisfazer pelas dotações 02 02 01 02 02 – Gasóleo (a granel) -, 02 02 01 02 02 Gasóleo (Cartão), 02 02 01 02 01 – Gasolina (Cartão) -, e 02 02 01 02 04 – Óleos Lubrificantes, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do já referido Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, prevendo-se os seguintes valores de realização financeira:
- Para a aquisição Gasóleo (a granel), o valor de € 691.320,00, a satisfazer pela dotação 02 02 01 02 02, um valor de realização financeira de € 38.406,67 no ano de 2012, de € 230.440,00 no ano de 2013, de € 230.440,00 no ano de 2014 e de € 192.033,33 no ano de 2015;
- Para a aquisição de Gasóleo e Gasolina em cartão, o valor de € 53.882,10 a satisfazer pelas dotações 02 02 01 02 02 Gasóleo (Cartão), um valor de realização financeira de € 1.449,25 no ano de 2012, € 8.695,50 no ano de 2013, e de € 8.695,50 no ano de 2014 e de € 7.246,25 no ano de 2015, e pela dotação 02 02 01 02 01 – Gasolina (Cartão), um valor de realização financeira de € 1.544,20 no ano de 2012, € 9.265,20 no ano de 2013, € 9.265,20 no ano de 2014 e de € 7.721,00 no ano de 2015.
- Para a aquisição de Óleos Lubrificantes, o valor de € 22.249,44, a satisfazer pela dotação 02 02 01 02 04, um valor de realização financeira de € 1.236,08 no ano de 2012, € 7.416,48 no ano de 2013, e de € 7.416,48 no ano de 2014 e de € 6.180,40 no ano de 2015.

Posto isto, competia ao Município de Benavente iniciar a tramitação tendente à formalização individual ao contrato celebrado entre CIMLT e as empresas Galp Energia – Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. para os lotes n.ºs 1 e 2 e a empresa FUCHS LUBRIFICANTES, UNIPessoal, LDA. para o lote n.º 4, nos termos do que dispõem subsidiariamente os n.ºs 258.º, alínea a) do n.º 1 do 252.º e alínea a) do n.º 1 do art. 20.º, todos do Código dos Contratos Públicos.

Pelo que, ao abrigo das atrás referidas disposições legais submeteu a Subunidade Orgânica de Compras e Aprovisionamento ao executivo Municipal a proposta de

autorização para a abertura do procedimento de ajuste direto tendente à formalização de contratação ao abrigo do supra referido acordo quadro.

Estando em causa uma despesa a realizar-se ao longo de 36 meses, logo um compromisso plurianual, e não obstante a Assembleia Municipal já ter tomado deliberação nos termos dos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do D.L. n.º 197/99, de 8 de junho, entendeu-se que o processo deveria ser objeto de nova autorização prévia do mesmo órgão, nos termos do que dispõe a alínea c) do n.º 1 do art. 6.º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, antes do órgão executivo proferir decisão sobre a proposta que ora se faz.

Na reunião de 15 de outubro de 2012, o órgão executivo deliberou por unanimidade solicitar a prévia autorização à assembleia Municipal para a assunção de compromisso plurianual nos termos do clausulado anteriormente referido. Remetida à Assembleia Municipal, a referida proposta foi objeto de deliberação favorável em 26.10.2012, tendo sido concedida a autorização prévia pedida.

Posto isto, importa agora nos termos do que dispõem a alínea b) do n.º 1 do art. 18.º do D.L. n.º 197/99, de 8 junho, propor à Câmara Municipal a abertura de um procedimento de ajuste direto ao abrigo do que dispõem conjugadamente os artigos 20.º, n.º 1, alínea a), 252.º, n.º 1 alínea a) e 258.º, todos do Código dos Contratos Públicos.

Importa referir, ainda, que era intenção da Subunidade Orgânica de Compras e Aprovisionamento, tal como pressuponha toda a tramitação antecedente, propor apenas um procedimento para o conjunto de bens que se pretendem adquirir, no entanto, da consulta à plataforma eletrónica em uso no Município, detetou-se que a mesma, em concreto, não permite que se adote um único procedimento, obrigando este serviço a propor procedimentos individualizados para cada um dos lotes dos bens em causa.

Nesta conformidade, solicita-se nos termos das disposições legais atrás referidas, autorização para a abertura de um procedimento de Ajuste Direto tendo em vista a aquisição de Combustíveis Rodoviários através de cartão eletrónico de abastecimento, designadamente Gasolina, Gasóleo e Gás de Petróleo Liquefeito (GPL) ao abrigo do Acordo Quadro celebrado entre a CIMLT e a Galp Energia – Petróleos de Portugal – Petrolgal, S.A., pelo que se anexa à presente informação, sujeitos às respetivas aprovações e decisões, os documentos do concurso (Convite para apresentação de proposta e Caderno de Encargos), bem como a informação de cabimento/compromisso relativa à despesa a contratar.

À consideração superior.

Benavente, 9 de novembro de 2012

Subunidade Orgânica de Compras e Aprovisionamento

Ana Leonor Simões da Silva Casanova, técnico superior

À consideração superior.

O Diretor de Departamento	O Presidente
Concordo	À reunião
21.11.2012	21.11.2012

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação e, de acordo com a mesma, proceder à abertura do respetivo procedimento de ajuste direto, aprovando o convite e o caderno de encargos.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

**Ponto 10 - PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO TENDO EM VISTA A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS, DESIGNADAMENTE GASÓLEO A GRANEL – CONCURSOS PÚBLICOS DA CENTRAL DE COMPRAS ELETRÓNICAS DA CIMLT – ACORDO QUADRO**

**Informação n.º 0273/2012 – D.M.A.F.**

Em 07 de dezembro de 2011, a Subunidade Orgânica de Compras e Aprovisionamento submeteu ao sr. presidente, através da informação n.º 503/2011, uma proposta de abertura de um procedimento tendo em vista a Aquisição de Combustíveis rodoviários, Gás Propano a Granel e Lubrificantes, aderindo ao procedimento a lançar no âmbito da Central de Compras Eletrónica da CIMLT. O sr. presidente despachou no sentido da mesma ser presente a reunião de Câmara.

Face à proposta submetida, o Executivo, em 12/12/2011, no uso da competência atribuída pela alínea b) do n.º 1 do art. 18.º do D.L. n.º 197/99, de 8 de junho, deliberou no sentido da homologação da mesma, autorizando a abertura do procedimento nos termos do proposto.

Mais foi deliberado, igualmente por unanimidade, solicitar autorização à Assembleia Municipal, para a repartição de encargos pelos anos económicos de 2012, 2013, 2014 e 2015, nos termos do n.ºs 1 e 6 do art. 22.º do D.L. n.º 197/99, de 8 de junho.

Remetida à Assembleia Municipal, a referida proposta foi objeto de deliberação em 15.12.2011, deliberação essa que apontava no sentido da aprovação da mesma.

O referido procedimento, após ter sido devidamente aprovado, foi remetido à CIMLT, onde decorreu a sua tramitação até à celebração do acordo Quadro do qual constam como cocontratantes a CIMLT e as empresas Galp Energia – Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. para os lotes n.ºs 1 e 2 e a empresa FUCHS LUBRIFICANTES, UNIPessoal, LDA para o lote n.º 4, lotes aos quais o Município de Benavente agregou necessidades.

O Acordo quadro negociado pela CCE-CIMLT estabelece no seu clausulado as condições contratuais, destacando-se das mesmas, a sua duração, no caso, 36 meses, e o valor contratual global de 767.512,12 Euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, dividido pelos respetivos anos económicos:

- Para a aquisição de Combustíveis e Lubrificantes, o valor de € 767.451,54 (setecentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta euros e cinquenta e quatro cêntimos), a satisfazer pelas dotações 02 02 01 02 02 – Gasóleo (a

granel) -, 02 02 01 02 02 Gasóleo (Cartão), 02 02 01 02 01 – Gasolina (Cartão) -, e 02 02 01 02 04 – Óleos Lubrificantes, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do já referido Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, prevendo-se os seguintes valores de realização financeira:

- Para a aquisição Gasóleo (a granel), o valor de € 691.320,00, a satisfazer pela dotação 02 02 01 02 02, um valor de realização financeira de € 38.406,67 no ano de 2012, de € 230.440,00 no ano de 2013, de € 230.440,00 no ano de 2014 e de € 192.033,33 no ano de 2015;
- Para a aquisição de Gasóleo e Gasolina em cartão, o valor de € 53.882,10 a satisfazer pelas dotações 02 02 01 02 02 Gasóleo (Cartão), um valor de realização financeira de € 1.449,25 no ano de 2012, € 8.695,50 no ano de 2013, e de € 8.695,50 no ano de 2014 e de € 7.246,25 no ano de 2015, e pela dotação 02 02 01 02 01 – Gasolina (Cartão), um valor de realização financeira de € 1.544,20 no ano de 2012, € 9.265,20 no ano de 2013, € 9.265,20 no ano de 2014 e de € 7.721,00 no ano de 2015.
- Para a aquisição de Óleos Lubrificantes, o valor de € 22.249,44, a satisfazer pela dotação 02 02 01 02 04, um valor de realização financeira de € 1.236,08 no ano de 2012, € 7.416,48 no ano de 2013, e de € 7.416,48 no ano de 2014 e de € 6.180,40 no ano de 2015.

Posto isto, competia ao Município de Benavente iniciar a tramitação tendente à formalização individual ao contrato celebrado entre CIMLT e as empresas Galp Energia – Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. para os lotes n.ºs 1 e 2 e a empresa FUCHS LUBRIFICANTES, UNIPessoal, LDA para o lote n.º 4, nos termos do que dispõem subsidiariamente os n.ºs 258.º, alínea a) do n.º 1 do 252.º e alínea a) do n.º 1 do art. 20.º, todos do Código dos Contratos Públicos.

Pelo que, ao abrigo das atrás referidas disposições legais submeteu a Subunidade Orgânica de Compras e Aprovisionamento ao executivo Municipal a proposta de autorização para a abertura do procedimento de ajuste direto tendente à formalização de contratação ao abrigo do supra referido acordo quadro.

Estando em causa uma despesa a realizar-se ao longo de 36 meses, logo um compromisso plurianual, e não obstante a Assembleia Municipal já ter tomado deliberação nos termos dos n.ºs 1 e 6 do art. 22.º do D.L. n.º 197/99, de 8 de junho, entendeu-se que o processo deveria ser objeto de nova autorização prévia do mesmo órgão, nos termos do que dispõe a alínea c) do n.º 1 do art. 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, antes do órgão executivo proferir decisão sobre a proposta que ora se faz.

Na reunião de 15 de outubro de 2012, o órgão executivo deliberou por unanimidade solicitar a prévia autorização à assembleia Municipal para a assunção de compromisso plurianual nos termos do clausulado anteriormente referido.

Remetida à Assembleia Municipal, a referida proposta foi objeto de deliberação favorável em 26.10.2012, tendo sido concedida a autorização prévia pedida.

Posto isto, importa agora nos termos do que dispõem a alínea b) do n.º 1 do art. 18.º do D.L. n.º 197/99, de 8 junho, propor à Câmara Municipal a abertura de um procedimento de ajuste direto ao abrigo do que dispõem conjuntamente os artigos 20.º, n.º 1, alínea a), 252.º, n.º 1 alínea a) e 258.º, todos do Código dos Contratos Públicos.

Importa referir, ainda, que era intenção da Subunidade Orgânica de Compras e Aprovisionamento, tal como pressuponha toda a tramitação antecedente, propor apenas um procedimento para o conjunto de bens que se pretendem adquirir, no entanto, da consulta à plataforma eletrónica em uso no Município, detetou-se que a mesma, em concreto, não permite que se adote um único procedimento, obrigando este serviço a propor procedimentos individualizados para cada um dos lotes dos bens em causa.

Nesta conformidade, solicita-se nos termos das disposições legais atrás referidas, autorização para a abertura de um procedimento de Ajuste Direto tendo em vista a aquisição de Combustíveis Rodoviários, designadamente Gasóleo a granel ao abrigo do Acordo Quadro celebrado entre a CIMLT e a Galp Energia – Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., pelo que se anexa à presente informação, sujeitos às respetivas aprovações e decisões os documentos do concurso (Convite para apresentação de proposta e Caderno de Encargos), bem como a informação de cabimento/compromisso relativa à despesa a contratar.

À consideração superior.

Benavente, 9 de novembro de 2012

Subunidade Orgânica de Compras e Aprovisionamento

Ana Leonor Simões da Silva Casanova, técnico superior

O Diretor de Departamento	O Presidente
Concordo	A reunião
21.11.2012	21.11.2012

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação e, de acordo com a mesma, proceder à abertura do respetivo procedimento de ajuste direto, aprovando o convite e o caderno de encargos.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

**Ponto 11 - CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE URBANA E SALUBRIDADE PÚBLICA DAS ZONAS URBANAS DE BENAVENTE, SANTO ESTEVÃO E SAMORA CORREIA, INCLUINDO O PORTO ALTO, PELO PERÍODO DE 12 MESES**  
**RELATÓRIO FINAL**

PROCESSO DMAF-SOCA 0958/2012

**RELATÓRIO FINAL**

**(nos termos do artigo 148.º do C.C.P. – D.L. n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação dada pelo D.L. n.º 278/2009, de 2 de outubro)**

Aos **20 de novembro de 2012**, pelas 10 horas, no edifício dos Paços do Município de Benavente, **reuniu o júri do concurso** mencionado em epígrafe, designado através da deliberação tomada em reunião ordinária realizada em 27 de junho de 2012, nos termos do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos (doravante

apenas designado por CCP<sup>1</sup>), com a composição que a seguir se descreve, **a fim de ponderar as observações dos concorrentes, efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia e elaborar o 2.º Relatório Final, nos termos do artigo 148.º:**

- Hermínio Nunes da Fonseca, diretor do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro, que preside;
- Sílvia Freire, técnica superior, área do Ambiente, vogal efetiva;
- Helena Machado, técnica superior, jurista, vogal.

Do conjunto das empresas notificadas, apenas a concorrente **PRAGOSA AMBIENTE, S.A.** se pronunciou sobre o Relatório Final datado de 25 de outubro de 2012 – que aqui se dá por integralmente reproduzido, o que fez dentro do prazo fixado pelo Júri após notificação para o efeito.

### **I - Da pronúncia**

Transcreve-se o essencial do conteúdo da Pronúncia da concorrente, cuja análise se fará por pontos, seguindo-se a numeração do documento, apresentando-se, nos mesmos moldes, as decisões parcelares tomadas e, a final, a deliberação conclusiva do Júri do Procedimento.

Assim,

#### **Do Ponto 1 ao 21**

*“1. De acordo com o programa de procedimento, o critério de adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, de acordo com a fórmula patenteada no artigo 12.º do Programa de Procedimento.*

*2. Nos termos do artigo 41.º do CCP, o Programa do Procedimento é o regulamento que define os termos a que obedece a fase de formação do contrato até à sua celebração, sendo o mesmo elaborado e patenteado pela entidade adjudicante, que aos seus termos se auto vincula.*

*3. Sendo que, nos termos do artigo 132.º, n.º 1, n) do CCP, o Programa de Concurso deve indicar o critério de adjudicação, bem como o modelo de avaliação das propostas, no caso de se adotar o critério da proposta mais vantajosa.*

*4. Sucede que, no caso em apreço o relatório preliminar não efetuou a devida ponderação de todos os fatores submetidos à concorrência das propostas admitidas a concurso, tendo sido atribuída uma pontuação à Pragosa Ambiente S.A., inferior àquela que resultaria de uma análise puramente objetiva. [Negrito nosso.]*

*5. Com efeito, a omissão apontada à memória descritiva e justificativa da Requerente é um elemento de baixo grau de importância, uma vez que o próprio texto, parte integrante do CE, se encontra entre parêntesis.*

*6. Além disso, o texto da mesma é uma cópia integral das especificações técnicas do CE, e a transcrição para a nossa proposta não acrescenta nem retira nada à validade da proposta.*

*7. Até porque, a Requerente declara no Anexo I e na Proposta de preço, documentos em cumprimento das alíneas a) e b), respetivamente, do artigo 8.º do Programa de Procedimento cumprir integralmente, e se reserva, o CE subtido a concurso.*

---

<sup>1</sup> Salvo indicação expressa em contrário todas as normas a que neste Relatório se fizer referência são deste Código.

8. Assim, a omissão apontada constitui um lapso de escrita que conduz a um somatório errado, diferente do indicado nos restantes documentos que constituem a proposta, nomeadamente plano de Mão-de-obra, síntese dos meios e declaração da alínea d) do ponto 1 do art. 8.º do Programa de Concurso (25 cantoneiros).

9. Estamos perante uma discrepância perfeitamente sanável com um pedido de esclarecimentos á proposta conforme art. 72.º do CCP. Até porque o CE indica o número mínimo de cantoneiros afetos à limpeza urbana, 25 cantoneiros, ou seja qualquer um dos valores apresentados está conforme a especificações técnicas do CE não caíndo, assim no disposto no n.º 2 do art. 72.º do CCP.

10. Além disso, a referência à forma como as cópias das fichas técnicas e de segurança dos produtos químicos serão disponibilizadas nas respetivas viaturas, não acrescentava nada à proposta.

11. O ponto 2.6.4 refere a necessidade de colocar em todas as viaturas afetas ao serviço em causa cópias das fichas de segurança de todos os produtos químicos utilizados.

12. Desta forma ao aceitar todas as cláusulas do CE a requerente está também a aceitar o ponto 2.6.4, até porque esta referência não é solicitada em nenhuma peça do processo de procedimento, nem sequer é alvo de avaliação da Qualidade Técnica da Proposta.

13. Pelo exposto, a omissão apontada constitui uma mera irregularidade, que não obsta a que a concorrente pudesse obter a classificação de muito bom, porquanto a memória descritiva constitui um documento detalhado, onde de forma clara, concreta e objetiva são explicitadas e tecnicamente justificadas as condições técnicas para a execução da prestação de serviços, bem como a descrição detalhada das operações de manutenção e conservação respetivas.

14. Aliás, refira-se que para obter a classificação de muito bom, a memória não teria de ser perfeita, sendo admitidos pequenos lapsos como o explicitado supra – só assim se explica que a pontuação de muito bom seja atribuída num intervalo de 20 valores (entre 81 e 100) e não numa escala linear.

15. O que equivale a dizer que, atenta a fórmula do concurso, uma memória descritiva ótima (que numa escala linear seria pontuada com 100) e uma memória descritiva que cumprisse o referido no ponto 13 desta exposição, mas que revelasse alguns lapsos (que numa escala linear teria uma pontuação de 85), perante a fórmula do programa de procedimento teriam a mesma pontuação – 100 pontos – Muito Bom.

16. É esse o caso da memória descritiva apresentada pela Requerente, pelo que, deve, neste item, a sua pontuação ser revista nos termos supra expostos.

17. Além disso, a atribuição de pontuação inferior à concorrente SUMA, neste ponto, acaba por redundar numa violação do princípio da igualdade de tratamento das propostas, reveladora de uma dualidade de critérios na apreciação de propostas, ainda que residual. Vejamos.

18. Na realidade, relativamente à consideração da proposta da concorrente SUMA, esta considera na definição dos circuitos de lavagem de contentores a lavagem de contentores com uma capacidade de 120, 800 e 1100 litros, ao invés dos 1000 litros referidos no ponto 2.6.1 das Especificações Técnicas anexas ao (CE); Além disso, não é feita qualquer referência à forma como as cópias das fichas técnicas e de segurança dos produtos químicos utilizados na lavagem e desinfecção dos contentares serão disponibilizadas nas respetivas viaturas, conforme o constante no ponto 2.6.4 das Especificações Técnicas do CE.

19. Assim, também a memória descritiva daquela concorrente apresenta alguns lapsos, os quais, ainda assim permitiram que estivesse no intervalo de classificação “Muito Bom”.

20. Ora, as deficiências apontadas à memória descritiva da ora Requerente, não são de gravidade superior àquelas verificadas na proposta da concorrente SUMA.

21. Donde, as mesmas situam-se no mesmo intervalo, devendo ter obtido a mesma pontuação.  
(...)”

**Em face do exposto e do transcrito, após ponderação, considerou o Júri o seguinte:**

1. De facto, da Declaração a que se reporta o Anexo I mencionado na al. a) do artigo 8.º/1 do Programa de Concurso, resulta que o representante legal da empresa concorrente “**tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento (...) declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (...) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.**” [Negrito nosso.]

Não obstante, entende-se que aquela Declaração não basta por si só, pelo que fazer-se sistematicamente apelo àquela para suprir “omissões” e/ou “irregularidades” não é argumento suficiente para as justificar, já que de contrário, os restantes documentos seriam desnecessários, não fora o modelo de avaliação que desenvolveu o critério de adjudicação consagrado no artigo 12.º do PC.

2. Nos termos do art. 40.º do CCP a aprovação do programa de concurso é tarefa do órgão competente para a decisão de contratar, no caso a Câmara Municipal.

O júri do concurso, no modelo de avaliação das propostas, esteve vinculado, como não poderia deixar de ser, a critérios de legalidade e de mérito, em integral e estrito respeito de todos os princípios subjacentes à contratação pública, nomeadamente da igualdade e da imparcialidade. Cada proposta admitida foi analisada, pontuada e ordenada segundo os atributos apresentados por cada um dos concorrentes, já que, por força do art. 139.º/4 do CCP, não se podem comparar os atributos das propostas apresentadas.

3. Não será aqui necessário evidenciar que de harmonia com o fixado no Artigo 12.º do Programa de Concurso (PC) o critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, atendendo a fatores e subfactores, valorados numa prestação de 1 a 100. Dispensamo-nos de aqui evidenciar a fórmula a aplicar. A pontuação do subfactor “Qualidade técnica da proposta” (Qtp) que integra o fator “*Características Técnicas da Proposta*” foi fixada entre 20 pontos e 100 pontos, nos seguintes termos: Muito Bom - 100 pontos; Bom - 80 pontos; Satisfaz - 60 pontos; Satisfaz Pouco - 40 pontos; Não Satisfaz - 20 pontos, tudo devidamente balizado.

Ora, à concorrente/requerente foi-lhe atribuída uma pontuação de 80 pontos, o que significa que o júri considerou que, não obstante as “omissões/irregularidades”, se estava na presença de uma Memória Justificativa e Descritiva merecedora de “BOM”, aliás como a própria requerente admite, já que a dado passo reconhece e caracteriza o documento por si apresentado como sendo “... *um documento detalhado, onde de forma clara, concreta e objetiva são explicitadas e tecnicamente justificadas as condições técnicas para a execução da prestação de serviços, bem como a descrição detalhada das operações de manutenção e conservação respetivas.*”



O júri considera que a Memória Justificativa e Descritiva do modo de execução da prestação de serviços não tem de ser – nem deve – mera reprodução das Especificações Técnicas constantes no Caderno de Encargo, ou das restantes peças procedimentais. O que se pretende com aquele documento é que o concorrente demonstre como se propõe executar o serviço posto a concurso, respeitando as necessidades / exigências da entidade adjudicante, tanto mais que em concreto, o concorrente, com a remissão para a Declaração de aceitação do conteúdo do CE como forma de colmatar as ditas omissões/irregularidades, que reconhece, não almeja por si só completar a Memória Descritiva e Justificativa no que respeita aos índices de pontuação previstos na aludida norma do Programa de Concurso.

4. Finalmente, alega a requerente que *“a atribuição de pontuação inferior à concorrente SUMA, neste ponto, acaba por redundar numa violação do princípio da igualdade de tratamento das propostas, reveladora de uma dualidade de critérios na apreciação de propostas, ainda que residual”,* porque, *“... relativamente à consideração da proposta da concorrente SUMA, esta considera na definição dos circuitos de lavagem de contentores a lavagem de contentores com uma capacidade de 120, 800 e 1100 litros, ao invés dos 1000 litros referidos no ponto 2.6.1 das Especificações Técnicas anexas ao (CE); Além disso, não é feita qualquer referência à forma como as cópias das fichas técnicas e de segurança dos produtos químicos utilizados na lavagem e desinfeção dos contentores serão disponibilizadas nas respetivas viaturas, conforme o constante no ponto 2.6.4 das Especificações Técnicas do CE.* (...)*”*

Sobre esta matéria importa então ter em conta que a concorrente SUMA, nas págs. 112 e 71 da Memória Justificativa e Descritiva e do Plano de Trabalhos, respetivamente, refere, no que concerne ao serviço de lavagem e desinfeção de contentores, que o sistema de deposição é constituído por contentores de 1000 litros conforme ponto 2.6.1 da Cláusula 26.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos. Além disso menciona a págs. 109 da Memória Justificativa e Descritiva que *“a lavagem de contentores de resíduos sólidos urbanos será executada em todo o Concelho de Benavente, conforme ponto 2.6. da Cláusula 26.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos”*.

Ao antes aludido alia-se o facto da concorrente SUMA haver efetuado, por iniciativa própria, a georreferenciação de todos os contentores existentes no Concelho, sendo que o Júri entendeu que se trata apenas de uma esquematização de equipamentos, dos quais, a concorrente apenas se compromete a inserir na prestação de serviços a concurso os contentores com capacidade igual a 1000 litros.

No que respeita às fichas de segurança e técnicas, a concorrente SUMA apresenta na sua proposta todos as fichas dos produtos que irão ser utilizados na prestação de serviços.

**Assim sendo, deliberou o Júri dever considerar que não assiste razão à requerente nesta parte da exposição de motivos.**

#### **Do Ponto 22 ao 43**

“(…)

22. No que se refere ao Programa de Trabalhos, o mesmo foi elaborado no software Microsoft Project ferramenta essencial no planeamento de atividades.

23. Os meios humanos e meios técnicos a utilizar estão especificados por zona de intervenção na “memória descritiva e justificativa do modo de execução da prestação de serviços”, documento integrante da proposta. Por exemplo: i) Varredura manual, página 6, 2.º Parágrafo; ii) Varredura mecânica, página 9, segundo quadro; iii) Limpeza de festas, páginas 22 e 23.

24. Basta a leitura simples do plano de trabalhos, nomeadamente na pág. 1 referente à atividade varredura mecânica, para se perceber que serão necessárias um conjunto de duas atividades, com duração de um dia, duas vezes por mês para suprir as necessidades de varredura mecânica.

25. O plano de manutenção das viaturas, máquinas, equipamentos e ferramentas não foi incluído nesta fase, uma vez que não está prevista interferência temporal entre a manutenção indicada pelos fabricantes e a presente prestação de serviços.

26. No entanto esta omissão não constitui motivo de avaliação, uma vez que não é referenciada como fator ou subfactor dos critérios de avaliação.

27. Os materiais e produtos utilizados na prestação de serviços estão indicados na Memória descritiva e justificativa. No caso do herbicida utilizado foi junto em anexo à MDJ a ficha técnica do produto.

Por exemplo: i) Varredura manual, páginas 7 e 8 (sacos de plástico); ii) Varredura Mecânica, página 10 (abastecimento de água); iii) Limpeza de sarjetas e sumidouros, página 12 (desinfetante); iv) Limpeza de ervas nas zonas pedonais e limpeza e manutenção de caldeiras, página 13 (herbicida); v) Lavagem e desinfecção de papeleiras, página 18 (detergente / desengordurante / desinfestante).

28. Além disso, está indicado no plano de trabalhos quais as equipas afetas a cada atividade, o que por si só demonstra quais os meios que serão utilizados em mais do que uma tarefa das descritas nas Especificações técnicas, para além disso a constituição das Equipas está bem descrita na memória descritiva.

29. Mais, na memória descritiva existem ainda alusões a estas situações como por exemplo na página 11, "A limpeza de manutenção de sarjetas e sumidouros será mantida diariamente, de segunda-feira a sábado, pelos cantoneiros do serviço de varredura manual, no horário daquele serviço."

30. Ora, guardado o devido respeito, não se identificou em nenhuma peça do procedimento a necessidade de uma discriminação detalhada de todos os equipamentos nem a avaliação desta discriminação.

31. Sendo assim, os documentos, Plano de Equipamentos, síntese dos meios mecânicos e a declaração conforme alínea f) do ponto 1 do art. 8.º do programa de concurso, cumprem com o especificado no ponto 7.5 das Especificações técnicas anexas ao CE.

32. Pelo exposto, também aqui deveria ter sido atribuída uma pontuação de Muito Bom, seguindo-se aqui o raciocínio supra exposto para o facto de o programa de procedimento ter optado por um critério de avaliação por intervalos onde todos os que se situem no intervalo, independentemente de se situarem mais próximos do limite inferior, ou mais próximos do limite superior, terão a mesma pontuação.

33. Com efeito, a pontuação inferior a Muito Bom, no fator características técnicas da obra, configurará uma violação do princípio da igualdade, uma vez que significará a aplicação de uma dualidade de critérios na apreciação de propostas, como melhor infra se descreverá. Vejamos.

34. Na pág. 8 do Plano de Trabalhos da concorrente SUMA verifica-se que na descrição das tarefas a desenvolver nas áreas de intervenção objeto da presente prestação de serviços, é omitida a tarefa "Lavagem e desinfecção de contentores de RSU", conforme indica o ponto 2.6 do Caderno de Encargos.

35. Além disso, na pág. 9 do Plano de Trabalhos daquela concorrente, na descrição das operações necessárias à remoção e lavagem do pavimento, sempre

que se verifique o derrame de alguma substância, é omitido "(em pequenas quantidades e de baixa perigosidade)".

36. Por seu turno, na pág. 12 do Plano de Trabalhos da mencionada concorrente, a descrição das operações necessárias à remoção de resíduos das papelarias e na indicação da periodicidade da substituição do saco de plástico está omissa que "O fornecimento dos sacos de plástico será da responsabilidade do adjudicatário."

37. Por último, na pág. 64 do Plano de Trabalhos, no quadro 3.12 - Plano de Trabalhos - Calendarização Mensal dos trabalhos, verifica-se que o planeamento mensal é executado para quatro semanas completas o que efetivamente não corresponde a um mês completo. Sendo assim o planeamento do concorrente não está feito para as 52 semanas do ano.

38. Desta forma, guardado o devido respeito, não poderia a proposta da concorrente SUMA ter sido classificada com BOM, enquanto a proposta da ora Requerente obteve um NÃO SATISFAZ.

39. De todo o exposto resulta que, de acordo com os subfactores de avaliação, ambas as propostas apresentam uma memória justificativa e descritiva do modo de execução da prestação de serviços que constitui documento muito detalhado, onde de forma clara, concreta e objetiva, são explicitadas e tecnicamente justificadas as condições técnicas propostas para a execução da prestação de serviços, bem como a descrição muito detalhada das operações de manutenção e conservação respetivos.

40. Assim, a pontuação correta da concorrente Pragosa Ambiente deveria ter sido 100 pontos.

41. O Plano de trabalhos da concorrente Pragosa Ambiente é muito detalhado, traduzindo uma planificação por sub-serviços enquadramentos na prestação de serviços e correspondentes a operações / intervenções / tarefas, com referência de forma clara, concreta, objetiva e cumulativa, às unidades temporais, mês, semana e dia, bem como os respetivos inícios e termos. Desta forma a pontuação a atribuir a este subfactor deveria ter sido de 100 pontos. "

42. O Plano de trabalhos do concorrente SUMA não faz referência às unidades temporais, mês, semana e dia, bem como os respetivos inícios e termos. Desta forma este item deveria ter sido pontuado com 40 pontos.

43. Desta forma as propostas deveriam ter obtido a seguinte pontuação:

Concorrente	Características Técnicas da Proposta (50%)	Características Técnicas da Proposta (pontos)	Fator Preço (pontos)
Qualidade técnica da proposta (60%)		Qualidade do plano de trabalhos (40%)	
Pragosa Ambiente, S.A.	100 x 60%	100 x 40%	100
SUMA	100 x 60%	40 x 40%	76

#### **Em face do exposto e do transcrito, após ponderação, considerou o Júri:**

Também a pontuação a atribuir no que ao subfactor "Qualidade técnica do plano de trabalhos" (Qpt.) diz respeito, foi fixada entre 20 pontos e 100 pontos, nos seguintes termos: Muito Bom - 100 pontos; Bom - 80 pontos; Satisfaz - 60 pontos; Satisfaz Pouco - 40 pontos; Não Satisfaz - 20 pontos, também balizados devidamente.

Nos pontos 7.1. e 7.2. da Cláusula 26.º do CE - Especificações Técnicas - que contém normas específicas quanto ao conteúdo dos Planos de Trabalhos a apresentar - estabelece-se, respetivamente que *“Para cada tipo de prestação, o Adjudicatário deverá apresentar um plano de trabalhos que deverá abranger (...)”*: i) *Meios Humanos*; ii) *Meios Mecânicos* e que ***“Os concorrentes terão de mencionar, explicitamente, o número total de meios humanos e materiais a afetar à prestação de serviços a concurso, bem como a menção de todos os meios que serão utilizados em mais do que uma tarefa das descritas nas Especificações Técnicas e indicá-las.”***

Note-se que a concorrente, para o alcance daqueles elementos, remete-nos sistematicamente para a Memória Justificativa e Descritiva do modo de execução da prestação de serviços. Esta circunstância porém, por haver certamente norteadado a concorrente aquando da elaboração do Plano de Trabalhos - e que por isso é carregada para a exposição de motivos, inserida na tarefa de classificação do documento *Plano de Trabalhos* - que é para aqueles efeitos autónomo dos restantes, teve como resultado haver o júri – confinado como está às regras de avaliação e classificação específicas aplicáveis – considerado, ante diversas omissões, que o documento deveria ser objetivamente classificado como não satisfatório, atribuindo-lhe 20 pontos. Quer dizer, o Plano de Trabalhos apresentado pela concorrente não possuía/possui os elementos integradores de um documento passível de ser classificado como *MUITO BOM* tal como descritos no 1.1.2.2 do artigo 12.º do Programa de Concurso, no que toca à avaliação e classificação do subfactor “Qualidade do plano de trabalhos”.

Mais adiante na sua exposição de motivos considera a requerente que *“Na pág. 8 do Plano de Trabalhos da concorrente SUMA verifica-se que na descrição das tarefas a desenvolver nas áreas de intervenção objeto da presente prestação de serviços, é omitida a tarefa “Lavagem e desinfeção de contentores de RSU, conforme indica o ponto 2.6 do Caderno de Encargos.”*

Acontece que, de facto se verifica que a págs. 8 do Plano de Trabalhos, aquando da descrição das tarefas inseridas na varredura urbana, a concorrente SUMA não referencia a tarefa de lavagem/desinfeção de contentores. No entanto, à frente das págs. 65 à 82 desse mesmo documento, a concorrente apresenta um ponto exclusivo atinente ao estudo e plano de lavagem dos contentores de RSU, onde se inclui a descrição da tarefa, área de intervenção, época, frequência, meios humanos e equipamentos afetos em conformidade com o ponto 7 das Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos.

Mais. Também diz a requerente que a concorrente SUMA, a págs. 9 do Plano de Trabalhos *“... na descrição das operações necessárias à remoção e lavagem do pavimento, sempre que se verifique o derrame de alguma substância” omite “(em pequenas quantidades e de baixa perigosidade)”*.

Já antes se evidenciou que o que se pretendia com o Plano de Trabalhos era que os concorrentes mencionassem *explicitamente, o número total de meios humanos e materiais a afetar à prestação de serviços a concurso, bem como a menção de todos os meios que serão utilizados em mais do que uma tarefa das descritas nas Especificações Técnicas* e as indicassem. Assim, salvo melhor opinião, a omissão apontada pela requerente ao Plano de Trabalhos da concorrente SUMA não se enquadra no que seria expectável constituir o conteúdo daquele documento. E o mesmo se diga quanto à omissão a que a requerente se refere no ponto 36 da sua exposição de motivos.

Mais ainda. Diz a requerente que verificou que a concorrente SUMA apresentou *“... na pág. 64 do Plano de Trabalhos, no quadro 3.12 - Plano de Trabalhos - Calendarização Mensal dos trabalhos (...) planeamento mensal [é] executado para*

*quatro semanas completas o que efetivamente não corresponde a um mês completo. Sendo assim o planeamento do concorrente não está feito para as 52 semanas do ano.”*

No que concerne à calendarização mensal dos trabalhos apresentado pela concorrente SUMA, que contempla a execução do serviço para quatro semanas, o júri entendeu o documento apresentado como meramente exemplificativo do modo como a concorrente se propõe executar as diferentes tarefas integradas na presente prestação de serviços, sendo certo que foi também apresentado um mapa anual discriminando todos os meses do ano.

Por fim, alega a requerente que “*O Plano de trabalhos do concorrente SUMA não faz referência às unidades temporais, mês, semana e dia, bem como os respetivos inícios e termos. Desta forma este item deveria ter sido pontuado com 40 pontos.*”

Note-se que não assiste razão à requerente, uma vez que a págs. 63 e 64 do Plano de Trabalhos apresentado pela concorrente SUMA, são mencionadas as unidades temporais exigidas no ponto 7 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos, tendo inclusive a ora requente feito menção dessas mesmas unidades temporais no ponto 37 da exposição de motivos em análise.

**Nesta circunstância, deliberou o Júri dever considerar que não assiste razão à requerente nestas matérias.**

## **II – Da proposta de decisão/Deliberação Administrativa**

**Ponderadas que foram as observações da concorrente efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, e nos termos do supra excursado no presente Relatório, deliberou o Júri do Procedimento**

1. Manter a pontuação atribuída à concorrente **PRAGOSA AMBIENTE, S.A.** conforme o expendido na resposta à pronúncia da requerente/concorrente para as quais se remete e, para todos os efeitos se têm a este passo reproduzidas na íntegra,
2. Manter tudo o demais excursado no Relatório Final datado de 25 de outubro de 2012, elaborado nos termos do art. 146.º do CCP;
3. Propor a adjudicação da proposta apresentada pelo concorrente SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A., tudo nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 148.º do CCP, apresentando-se no quadro que em anexo se junta a Ordenação das Propostas que reúnem condições para efeitos de adjudicação.

A notificação da deliberação de adjudicação deverá ser efetuada nos termos das disposições conjugadas dos artigos 76.º, n.º 1 e 65.º, ambos do CCP.

**Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade.**

Nada mais havendo a tratar, pelas 17 horas e 30 minutos foram dados por encerrados os trabalhos.

### **Quadro de Classificação e Ordenação Final das Propostas**

N.º de Ordem	Designação do Concorrente	Preço proposto (50%)	Características técnicas da proposta (50%)	Classificação Final
1	SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A	€ 369.000,02 100 pt × 50% = 50 pt	92 pt × 50% = 46 pt	96 pt
4	PRAGOSA AMBIENTE, S.A.	€ 368.151,84 100 pt × 50% = 50 pt	56 pt × 50% = 28 pt	78 pt

Benavente, 20 de novembro de 2012

O júri do concurso,  
Hermínio Nunes da Fonseca, diretor do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro, que preside  
Sílvia Freire, técnica superior, área do Ambiente, vogal efetiva  
Helena Machado, técnica superior, jurista, vogal

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar o relatório final e, em face do mesmo, adjudicar a presente aquisição de serviços à concorrente SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A., pelo valor de 369.000,02 € (trezentos e sessenta e nove mil, e dois centimos), ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, e pelo prazo de execução de 12 (doze) meses.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

## **02.01.10- Subunidade Orgânica de Contabilidade**

### **Ponto 12 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA**

Presente o documento em epígrafe, com o número duzentos e vinte e cinco, referente ao último dia útil anterior ao da reunião, que acusava os seguintes saldos:

Em numerário: sessenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e nove euros e cinquenta e três centimos, sendo oito mil, quatrocentos e vinte e sete euros e vinte e três centimos em dinheiro e cinquenta e nove mil, quarenta e dois euros e trinta centimos em cheques.

Depositado à ordem:

**C.G.D – Benavente**

Conta - 00350156000009843092 – quatrocentos e trinta e sete mil, duzentos e três euros e vinte e cinco centimos;

**C.G.D – Benavente**

Conta - 003501560000280563011 – cento e vinte e cinco mil, duzentos e setenta euros e oitenta e nove centimos;

**C.G.D – Benavente**

Conta - 003501560000061843046 – trezentos e dez mil, seiscentos e quarenta e sete euros e trinta e três centimos;

**C.G.D – Benavente**

Conta - 003501560001470473069 – cento e oitenta e oito mil, quinhentos e setenta e nove euros e oitenta e um centimos;

**C.G.D – Benavente**

Conta - 003501560001496353057 – onze mil, cento e quinze euros e quarenta centimos;

**C.G.D – BNU**

Conta - 003521100001168293027 – trezentos e quatro euros e vinte e três centimos;

**C.G.D – Benavente**

Conta - 003501560000016785430 – mil, setecentos e seis euros e setenta e um centimos;

**C.G.D – Benavente**

Conta - 003501560000016786230 – quatro mil, duzentos e noventa e dois euros e dezanove centimos;

**C.G.D – Benavente**

Conta – 003501560000016788930 – sete mil, quatrocentos e sessenta e oito euros e sessenta e cinco cêntimos;

**C.G.D - Benavente**

Conta – 003501560000016784630 – setecentos e catorze euros e cinquenta e nove cêntimos;

**C.G.D - Benavente**

Conta – 003501560000016789730 – nove mil, oitocentos e trinta e dois euros e noventa e três cêntimos;

**B.C.P. – Benavente**

Conta - 003300000005820087405 – trinta e cinco mil, trinta e sete euros e cinquenta e seis cêntimos;

**BNC – Samora Correia**

Conta - 004602561087080018636 – novecentos e sessenta e três euros e noventa e três cêntimos;

**CCAM – Samora Correia**

Conta - 004552804003737040413 – três mil, cento e quarenta e sete euros e vinte e quatro cêntimos;

**CCAM – Santo Estêvão**

Conta - 004552814003724462602 – novecentos e oitenta e um euros e noventa cêntimos;

**CCAM – Benavente**

Conta - 004550904010946923865 – quatrocentos e vinte e cinco mil, cinquenta e nove euros e setenta e cinco cêntimos;

**BES – Benavente**

Conta - 000703400000923000754 – mil, setenta e seis euros e trinta cêntimos;

**BPI – Samora Correia**

Conta - 002700001383790010130 – sessenta e um mil, oitocentos e oitenta e cinco euros e noventa e quatro cêntimos;

**Banco Santander Totta, SA**

Conta – 001800020289477400181 – duzentos e quarenta e quatro euros e quarenta e quatro cêntimos;

**Balclays Bank, Plc**

Conta – 003204900020787780523 – Barclays Be – cento e cinquenta euros e setenta e quatro cêntimos.

Num total de disponibilidades de um milhão, seiscentos e noventa e sete mil, oitocentos e cinquenta e três euros e trinta e um cêntimos, dos quais um milhão, duzentos e trinta e cinco mil, sessenta e dois euros e dezasseis cêntimos são de Operações Orçamentais e quatrocentos e sessenta e dois mil, setecentos e noventa e um euros e quinze cêntimos de Operações Não Orçamentais.

**Ponto 13 - PROCESSAMENTO DE VENCIMENTOS, SALÁRIOS, PRESTAÇÕES COMPLEMENTARES, ABONOS OU SUBSÍDIOS AO PESSOAL AO SERVIÇO DA AUTARQUIA**

Submete-se a conhecimento da Câmara Municipal os vencimentos do pessoal ao serviço da Autarquia, referentes ao mês de novembro e subsídio de Natal.

<b>ASSEMBLEIA MUNICIPAL</b>		
<b>Abonos variáveis ou eventuais:</b>		
Ajudas de custo		

Senhas de presença		
TOTAL – ASSEMBLEIA MUNICIPAL:		

<b>CÂMARA MUNICIPAL (Membros permanentes):</b>		
<b>Remunerações certas e permanentes:</b>		
Titulares órgãos sober. e memb. órgãos autárquicos	9.475,56	
Representação	2.963,37	
Subsídio de refeição	388,57	
Ajudas de custo	9,07	12.836,57
TOTAL - CÂMARA MUNICIPAL (Membros permanentes):		<b>12.836,57</b>

<b>CÂMARA MUNICIPAL (Membros não permanentes):</b>		
<b>Abonos variáveis ou eventuais:</b>		
Ajudas de custo	64,80	
Senhas de presença	686,80	751,60
TOTAL - CÂMARA MUNICIPAL (Membros não permanentes):		<b>751,60</b>

<b>PESSOAL QUADROS-REGIME CONTRATO INDIV.TRABALHO</b>		
<b>Remunerações certas e permanentes:</b>		
Contratado por tempo indeterminado	268.442,66	
Pessoal aguardando aposentação	996,84	
Representação	828,19	
Subsídio de refeição	26.653,34	
Subsídio de férias e de Natal	114.960,53	
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	8.069,33	419.950,89
<b>Abonos variáveis ou eventuais:</b>		
Horas extraordinárias	5.054,34	
Ajudas de custo	410,47	
Abono para falhas	1.479,03	
Subsídio de trabalho noturno	436,99	
Subsídio de turno	5.331,36	
Senhas de presença	66,28	12.778,47
<b>Segurança social:</b>		
Outros encargos com a saúde	5.136,60	
Subsídio familiar a crianças e jovens	3.733,60	8.870,20
TOTAL - PESSOAL DO QUADRO:		<b>441.599,56</b>

<b>PESSOAL CONTRATADO A TERMO CERTO</b>		
<b>Remunerações certas e permanentes:</b>		
Pessoal em funções	2.785,80	
Subsídio de férias e de Natal	3.719,00	6.504,80



<b>Segurança social:</b>		
Outros encargos com a saúde	242,58	242,58
<b>TOTAL - PESSOAL CONTRATADO:</b>		<b>6.747,38</b>

<b>PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO</b>		
<b>Remunerações certas e permanentes:</b>		
Remuneração base	6.537,08	
Subsídio de refeição	273,28	6.810,36
<b>TOTAL - PESSOAL ALEM QUADRO:</b>		<b>6.810,36</b>

<b>TOTAL GLOBAL:</b>	<b>468.745,47</b>
----------------------	-------------------

Sobre este valor (€ 468.745,47), incidiram descontos no valor de € 83.672,95, juntamente com uma guia de reposição no valor de € 8,54, referente a subsídios de refeição, pagos a mais no mês anterior, fixando-se o valor líquido em € 385.063,98.

«A Câmara Municipal tomou conhecimento.»

### **03- Divisão Municipal de Obras Municipais, Ambiente, Serviços Urbanos e Transportes**

#### **03.01- Apoio Administrativo às Obras Municipais**

#### **Ponto 14 – EMPREITADA DE “EXECUÇÃO DE ARRANJO EXTERIOR NA URBANIZAÇÃO DO BREJO – 3.ª FASE, EM SAMORA CORREIA” RECEÇÃO DEFINITIVA / EXTINÇÃO DE CAUÇÃO**

Processo n.º 4.1.5/7-2009

Adjudicatário: COSTA & LEANDRO, Lda.

#### **Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 271/2012, de 21 de novembro**

Considerada a pretensão formulada pelo adjudicatário através de carta datada de 20-09-2012 (registo de entrada em 26-09-2012, com o n.º 13245), procedeu-se à vistoria dos trabalhos executados no âmbito da empreitada em referência, cumprindo informar:

- 1- Nos termos do artigo 295.º n.º 4 do CCP, nos contratos em que haja obrigações de correção de defeitos pelo cocontratante, designadamente obrigações de garantia, sujeitas a um prazo igual ou inferior a dois anos, o contraente público deve promover a liberação integral da caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais no prazo de 30 dias após o termo do respetivo prazo.
- 2- Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo adjudicatário, foi prestada caução no valor de 5.088,12 €, através de Garantia Bancária da Caixa Geral de Depósitos, S.A. n.º 2541.000932.293, correspondente a 5% do valor da adjudicação.

3- Para reforço de caução, foram deduzidos os montantes de 24,35 €, 32,47 € e 40,59 €, correspondentes, respetivamente, a 5% do valor do Auto de Medição n.º 03/2010, n.º 04/2010 e n.º 05/2012 e foi apresentada a Garantia Bancária n.º 251-504-82 do Banco Popular Portugal, S.A. no valor de 5.233,10 €, correspondente a 5% dos restantes trabalhos faturados e a 10% da Revisão de Preços.

4- Considerando,

- ter já decorrido o prazo de garantia de 2 anos;
- que da vistoria efetuada em 25-10-2012, se verificou que os trabalhos não apresentavam deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez pelos quais deva responsabilizar-se o empreiteiro, pelo que foi elaborado o Auto de Receção Definitiva e que se submete a conhecimento,

julgam-se reunidas as condições que permitem tomar os procedimentos tendentes à extinção da caução e reforço de caução prestados através de:

- ✓ Garantia Bancária n.º 2541.000932.293, no valor de **5.088,12 €** (cinco mil, oitenta e oito euros e doze cêntimos), emitida pela Caixa Geral de Depósitos, S.A.;
- ✓ Garantia Bancária n.º 251.504-82, no valor de **5.233,10 €** (cinco mil, duzentos e trinta e três euros e dez cêntimos), emitida pelo Banco Popular Portugal, S.A.;
- ✓ Desconto efetuado no Auto de Medição n.º 03/2010, no valor **24,35 €**;
- ✓ Desconto efetuado no Auto de Medição n.º 04/2010, no valor **32,47 €**;
- ✓ Desconto efetuado no Auto de Medição n.º 05/2012, no valor **40,59 €**.

À consideração superior.

*Maria Manuel Couto da Silva, eng.ª civil*

### **AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA**

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e doze, no local onde foram executados os trabalhos que constituem a Empreitada de **“Execução de arranjo exterior na Urbanização do Brejo – 3.ª Fase, em Samora Correia”**, adjudicada à firma “COSTA & LEANDRO, Lda.”, no valor **99.216,18 €** (noventa e nove mil, duzentos e dezasseis euros e dezoito cêntimos), excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 60 (sessenta) dias, contados da data do Auto de Consignação por deliberação de Câmara Municipal de Benavente em reunião ordinária realizada em trinta e um de agosto de dois mil e nove, compareceram os srs. Carlos António Pinto Coutinho, vereador, Maria Manuel Couto da Silva, engenheira civil e Fernando Luís da Silva Graça, arquiteto paisagista, na qualidade de representantes do dono da obra, a fim de procederem, na presença do representante do adjudicatário, sr. Fernando Joaquim Melro Leandro, ao exame e vistoria de todos os trabalhos então executados que constituíram a empreitada.

Tendo-se verificado que os mesmos não apresentavam deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez pelos quais deva responsabilizar-se o empreiteiro, deliberam considerar a empreitada em condições de ser recebida definitivamente.

E, reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado este Auto de Receção definitiva, lavrado em cumprimento do disposto do disposto no artigo 398.º do código dos contratos públicos, de 29 de janeiro (*regime jurídico pelo qual decorreu toda a empreitada*) e que vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção.

*Carlos António Pinto Coutinho, vereador – CM Benavente*

*Maria Manuel Couto da Silva, engenheira civil – CM Benavente*

*Fernando Luís da Silva Graça, arquiteto paisagista – CM Benavente*

*Fernando Joaquim Melro Leandro – representante do empreiteiro*

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

## **Ponto 15 – EMPREITADA DE “RECUPERAÇÃO DOS ARRANJOS EXTERIORES MARGINAIS À E.N.10 – PORTO ALTO”**

### **★ RECEÇÃO DEFINITIVA / CANCELAMENTO DE GARANTIAS BANCÁRIAS**

Processo n.º 4.1.5/09-2008

Adjudicatário: Costa & Leandro, Lda.

### **Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 272/2012, de 21 de novembro**

Considerada a pretensão formulada pelo adjudicatário através de carta datada de 2012.09.20 (registo de entrada n.º 13276, de 2012-09-26), procedeu-se à vistoria dos trabalhos executados no âmbito da empreitada em referência, cumprindo informar:

- 1- Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo adjudicatário e no que diz respeito a caução e reforço de caução sobre os trabalhos contratuais, erros e omissões e revisão de preços, foram apresentadas as Garantias Bancárias n.º GAR/08306706, emitida pelo Banco BPI, S.A. no valor de 963,04 € e n.º 2541.001195.593, emitida pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. no valor de 1.030,99 €.
- 2- Nos termos do n.º 1 do artigo 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de março (regime jurídico pelo qual decorreu a empreitada), feita a Receção Definitiva de toda a obra, deverão ser restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito e promover-se-á pela forma própria, a extinção da caução prestada.
- 3- Considerando,
  - ter já decorrido o prazo de garantia de 2 anos
  - que da vistoria efetuada em 2012-10-25, se verificou que os trabalhos não apresentavam deficiências da responsabilidade do empreiteiro, pelo que foi elaborado o Auto de Receção Definitiva e que se submete a conhecimento,

julgam-se reunidas as condições que permitem tomar os procedimentos tendentes à extinção da caução e reforço de caução através do cancelamento das Garantias Bancárias n.º GAR/08306706 no valor de 963,04 € emitida pelo Banco BPI, S.A. e n.º 2541.001195.593 no valor de 1.030,99 € emitida pela Caixa Geral de Depósitos, S.A..

*Maria Manuel Couto da Silva, engenheira civil*

### **AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA**

Aos vinte e cinco de outubro de dois mil e doze onde foram executados os trabalhos que constituem a Empreitada de **“Recuperação de arranjos exteriores marginais à E.N. 10 - Porto Alto”**, adjudicada à firma “COSTA & LEANDRO, Lda.”, no valor 19.260,79 € (dezanove mil, duzentos e sessenta euros e setenta e nove cêntimos), excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 60 (sessenta) dias, contados da data do Auto de Consignação, por despacho superior exarado em cinco de setembro de dois mil e oito compareceram os srs. Carlos António Pinto Coutinho, vereador, Maria Manuel Couto da Silva, engenheira civil e Fernando Luís da Silva Graça, arquiteto paisagista, na qualidade de representantes do dono da obra, a fim de procederem, na presença do representante do adjudicatário, sr. Fernando Joaquim Melro Leandro, ao exame e vistoria de todos os trabalhos então executados que constituíram a empreitada.

Tendo-se verificado que os mesmos não apresentavam deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez pelos quais deva responsabilizar-se o empreiteiro, deliberam considerar a empreitada em condições de ser recebida definitivamente. E, reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado este Auto de Receção definitiva, lavrado em cumprimento do disposto no artigo 227.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de março (*regime jurídico pelo qual decorreu toda a empreitada*) e que vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção.

*Carlos António Pinto Coutinho, vereador – CM Benavente*

*Maria Manuel Couto da Silva, engenheira civil – CM Benavente*

*Fernando Luís da Silva Graça, arquiteto paisagista – CM Benavente*

*Fernando Joaquim Melro Leandro – representante do empreiteiro*

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

### **Ponto 16 – EMPREITADA DE “EXECUÇÃO DE TAPETE DE BETÃO BETUMINOSOS EM CAMADA DE DESGASTE EM ARRUAMENTOS DA FREGUESIA DE BENAVENTE – 1.ª FASE”**

#### **★ LIBERAÇÃO DE 75% DA CAUÇÃO PRESTADA / TERMO DO 3.º ANO DO PRAZO DE GARANTIA**

Processo n.º 4.1.1/03-2009

Adjudicatário: *Consórcio GEOMOV, LDA. / ESTRELA DO NORTE, LDA.*

#### **Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 267/2012, de 15 de novembro**

Considerada a pretensão formulada pelo adjudicatário através de carta com Ref.ª 136/12, datada de 13-09-2012 (registo de entrada n.º 12793, datado de 18-09-2012), procedeu-se à vistoria dos trabalhos executados no âmbito da empreitada em referência, cumprindo informar:

- 1- Com a entrada em vigor no dia 27 de agosto de 2012, do DL n.º 190/2012, de 22 de agosto, que veio aprovar o regime excecional e temporário, a vigorar até 1 de julho de 2016, da liberação das cauções prestadas em garantia da execução de contratos de empreitadas de obras públicas e do exato e pontual cumprimento

de todas as obrigações legais e contratuais que delas decorrem para o empreiteiro, passou a ser possível a liberação das cauções decorrido um ano contado da data da receção provisória da obra, devendo ser feita faseadamente, sempre, durante um período de cinco anos contados daquela mesma receção provisória, conforme art. 3.º, n.º 1 e 2, nos termos seguintes:

Plano de Liberação de Cauções					
Prazo de garantia da obra	Valor a liberar				
	1.º ano – após receção provisória	2.º ano – após receção provisória	3.º ano – após receção provisória	4.º ano – após receção provisória	5.º ano – após receção provisória
<b>5 anos</b>	30%	30%	15%	15%	10%

- 2- Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo adjudicatário, foram prestadas as seguintes cauções:

- no valor de **6.416,10 €** através de Garantia Bancária n.º 071-43.010146-0, emitida pela Caixa Económica Montepio Geral, Instituição de Crédito, correspondente a 5% do valor da adjudicação;

- no valor de **7.117,95 €**, através de Garantia Bancária N.º 0085.025648.593, emitida pela Caixa Geral de Depósitos, sendo 6.288,32 € correspondente a 5% do valor da adjudicação e referente ao reforço da caução, 171,85 € correspondente a 5% do valor da revisão de preços provisória e 657,77 € correspondente a 10% do valor da revisão de preços definitiva.

- 3- Considerando,

- que a receção provisória da obra ocorreu em 12-11-2009;
- as obrigações de garantia sujeitas ao prazo de 5 (cinco) anos;
- terem já decorrido 2 (dois) anos do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia;
- o teor e conclusões do Auto de Vistoria efetuado em 24-10-2012, que se submete a conhecimento,

julgam-se reunidas as condições que permitem tomar os procedimentos tendentes à liberação do valor total da caução em 75% nos seguintes termos:

- redução da Garantia Bancária n.º 071.43.010146-0, emitida pela Caixa Económica Montepio Geral, Instituição de Crédito, na importância de **4.812,08 € (0.75\*6.416,10 €)**, passando a mesma a ter o valor de **1.604,02 € (6.416,10 € - 4.812,08 €)**;

- redução da Garantia Bancária N.º 0085.025648.593, emitida pela Caixa Geral de Depósitos, na importância de **5.338,46 € (0.75\*7.117,95 €)**, passando a mesma a ter o valor de **2.847,18 € (7.117,95 € - 5.338,46 €)**.

À consideração superior.

*José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, eng.º civil*

#### **Auto de Vistoria**

*Liberação da caução nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 agosto*  
**3.º Ano**

Aos catorze dias do mês de novembro de dois mil e doze e no local onde foram executados os trabalhos que constituem a empreitada de: **“Execução de tapete de betão betuminoso em camada de desgaste em arruamentos da freguesia de Benavente – 1.ª fase”**, adjudicada ao Consórcio GEOMOV, LDA/ESTRELA DO NORTE, LDA., no valor de **128.321,93 € (cento e vinte e oito euros, trezentos e vinte cêntimos e noventa e três cêntimos)**, excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 40 (quarenta) dias, contados da data do Auto de Consignação, por deliberação da Câmara Municipal de Benavente em reunião ordinária realizada em vinte e sete de julho de dois mil e nove, compareceram os srs. Carlos Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador e José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, engenheiro civil, na qualidade de representantes do dono da obra, a fim de procederem, na presença do representante da Consorciada GEOMOV, LDA., o sr. Francisco António Teodoro Jorge, e da consorciada ESTRELA DO NORTE, LDA., o sr. Rui Manuel Ferreira Juiz, engenheiro civil, ao exame e vistoria de todos os trabalhos efetuados no âmbito da empreitada, de forma a promover, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, a liberação da caução prestada e destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações então estabelecidas contratualmente.

Nesse sentido e considerando,

- ✓ as obrigações de garantia sujeitas ao prazo de 5 (cinco) anos,
- ✓ ter já decorrido 3 (três) anos do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia,
- ✓ a inexistência de defeitos de obra da responsabilidade do empreiteiro e ainda
- ✓ o estabelecido nos nºs 1 e 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto,

deliberaram os intervenientes dar por reunidas as condições para se proceder à liberação da caução correspondente ao **3.º ano**, ou seja, **75%** do valor total da caução.

Pelo sr. Francisco António Teodoro Jorge, na qualidade de representante do adjudicatário, foi declarado aceitar os termos em que se acha exarado este auto e não ter a apresentar quaisquer reclamações ou reservas a este ato, que consubstancia a liberação da caução nos termos contratuais.

E reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado o presente Auto de Vistoria, o qual lido em voz alta e achado conforme, vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção.

*Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador – C.M. Benavente*  
*José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, engenheiro civil – C.M. Benavente*  
*Francisco António Teodoro Jorge - representante da Consorciada GEOMOV, LDA.*  
*Rui Manuel Ferreira Juiz, engenheiro civil - representante da Consorciada ESTRELA DO NORTE, LDA.*

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

**Ponto 17 – EMPREITADA DE “EXECUÇÃO DE ARRANJOS EXTERIORES – LOTEAMENTO EM NOME DE IDEAL DE FRAVE, ALTO DO CATALÃO – PORTO ALTO”**

**\* RECEÇÃO DEFINITIVA / CANCELAMENTO DE GARANTIAS BANCÁRIAS**

Processo n.º 4.1.5/02-2008

Adjudicatário: Costa & Leandro, Lda.

**Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 273/2012, de 21 de novembro**

Considerada a pretensão formulada pelo adjudicatário através de carta datada de 2012.10.02 (registo de entrada n.º 13676, de 2012-10-04), procedeu-se à vistoria dos trabalhos executados no âmbito da empreitada em referência, cumprindo informar:

- 1- Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo adjudicatário e no que diz respeito a caução e reforço de caução sobre os trabalhos contratuais, trabalhos a mais e a menos e revisão de preços, foram apresentadas as Garantias Bancárias n.º GAR/08302991, emitida pelo Banco BPI, S.A. no valor de 1.374,98 € e n.º 2541.001199.893, emitida pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. no valor de 1.544,26 €.
- 2- Nos termos do n.º 1 do artigo 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de março (regime jurídico pelo qual decorreu a empreitada), feita a Receção Definitiva de toda a obra, deverão ser restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito e promover-se-á pela forma própria, a extinção da caução prestada.
- 3- Considerando,
  - ter já decorrido o prazo de garantia de 2 anos
  - que da vistoria efetuada em 2012-10-25, se verificou que os trabalhos não apresentavam deficiências da responsabilidade do empreiteiro, pelo que foi elaborado o Auto de Receção Definitiva e que se submete a conhecimento,

julgam-se reunidas as condições que permitem tomar os procedimentos tendentes à extinção da caução e reforço de caução através do cancelamento das Garantias Bancárias n.º GAR/08302991 no valor de 1.374,98 € emitida pelo Banco BPI, S.A. e n.º 2541.001199.893 no valor de 1.544,26 € emitida pela Caixa Geral de Depósitos, S.A..

*Maria Manuel Couto da Silva, engenheira civil*

**AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA**

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e doze, no local onde foram executados os trabalhos que constituem a Empreitada de **“Execução de arranjos exteriores - Loteamento em nome de Ideal de Frave, Alto do Catalão - Porto Alto”**, adjudicada à firma “COSTA & LEANDRO, Lda.”, no valor **27 499,50 €** (vinte e sete mil, quatrocentos e noventa e nove euros e cinquenta cêntimos), excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 60 (sessenta) dias, contados da data do Auto de Consignação por despacho superior exarado em onze de abril de dois mil e oito compareceram os srs. Carlos António Pinto Coutinho, vereador, Maria Manuel Couto Silva, engenheira civil e Fernando Luís da Silva Graça, arquiteto paisagista, na

qualidade de representantes do dono da obra, a fim de procederem, na presença do representante do adjudicatário, sr. Fernando Joaquim Melro Leandro, ao exame e vistoria de todos os trabalhos então executados que constituíram a empreitada.

Tendo-se verificado que os mesmos não apresentavam deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez pelos quais deva responsabilizar-se o empreiteiro, deliberam considerar a empreitada em condições de ser recebida definitivamente.

E, reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado este Auto de Receção definitiva, lavrado em cumprimento do disposto no artigo 227.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de março (*regime jurídico pelo qual decorreu toda a empreitada*) e que vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção.

*Carlos António Pinto Coutinho, vereador – CM Benavente*

*Maria Manuel Couto Silva, engenheira civil – CM Benavente*

*Fernando Luís da Silva Graça, arquiteto paisagista – CM Benavente*

*Fernando Joaquim Melro Leandro – representante do empreiteiro*

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

**Ponto 18 – EMPREITADA DE “EXECUÇÃO DE ARRANJOS EXTERIORES NO LOTEAMENTO EM NOME DE JOSÉ JERÓNIMO CANDEIAS DOS SANTOS – VILA DAS AREIAS, EM BENAVENTE”**

**★ RECEÇÃO DEFINITIVA / CANCELAMENTO DE GARANTIAS BANCÁRIAS**

Processo n.º 4.1.5/01-2008

Adjudicatário: Costa & Leandro, Lda.

**Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 274/2012, de 21 de novembro**

Considerada a pretensão formulada pelo adjudicatário através de carta datada de 2012.09.20 (registo de entrada n.º 13275, de 2012-09-26), procedeu-se à vistoria dos trabalhos executados no âmbito da empreitada em referência, cumprindo informar:

- 1- Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo adjudicatário e no que diz respeito a caução e reforço de caução sobre os trabalhos contratuais, trabalhos a mais e a menos e revisão de preços, foram apresentadas as Garantias Bancárias n.º GAR/08302983, emitida pelo Banco BPI, S.A. no valor de 3.899,80 € e n.º 2541.001198.993, emitida pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. no valor de 4.612,46 €.
- 2- Nos termos do n.º 1 do artigo 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de março (regime jurídico pelo qual decorreu a empreitada), feita a Receção Definitiva de toda a obra, deverão ser restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito e promover-se-á pela forma própria, a extinção da caução prestada.
- 3- Considerando,
  - ter já decorrido o prazo de garantia de 2 anos



- que da vistoria efetuada em 2012-10-25, se verificou que os trabalhos não apresentavam deficiências da responsabilidade do empreiteiro, pelo que foi elaborado o Auto de Receção Definitiva e que se submete a conhecimento,

julgam-se reunidas as condições que permitem tomar os procedimentos tendentes à extinção da caução e reforço de caução através do cancelamento das Garantias Bancárias n.º GAR/08302983 no valor de 3.899,80 € emitida pelo Banco BPI, S.A. e n.º 2541.001198.993 no valor de 4.612,46 € emitida pela Caixa Geral de Depósitos, S.A..

*Maria Manuel Couto da Silva, engenheira civil*

### **AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA**

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e doze, no local onde foram executados os trabalhos que constituem a Empreitada de **“Execução de arranjos exteriores no loteamento em nome de José Jerónimo Candeias dos Santos - Vila das Areias, em Benavente”**, adjudicada à firma “COSTA & LEANDRO, Lda.”, no valor **77 996,04 €** (setenta e sete mil, novecentos e noventa e seis euros e quatro centimos), excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 90 (noventa) dias, contados da data do Auto de Consignação por despacho superior exarado em onze de abril de dois mil e oito, compareceram os srs. Carlos António Pinto Coutinho, vereador, Maria Manuel Couto da Silva, engenheira civil e Fernando da Silva Graça, arquiteto paisagista, na qualidade de representantes do dono da obra, a fim de procederem, na presença do representante do adjudicatário, sr. Fernando Joaquim Melro Leandro, ao exame e vistoria de todos os trabalhos então executados que constituíram a empreitada.

Tendo-se verificado que os mesmos não apresentavam deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez pelos quais deva responsabilizar-se o empreiteiro, deliberam considerar a empreitada em condições de ser recebida definitivamente. E, reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado este Auto de Receção definitiva, lavrado em cumprimento do disposto no artigo 227.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de março (*regime jurídico pelo qual decorreu toda a empreitada*) e que vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção.

*Carlos António Pinto Coutinho, vereador – CM Benavente*

*Maria Manuel Couto da Silva, engenheira civil – CM Benavente*

*Fernando da Silva Graça, arquiteto paisagista – CM Benavente*

*Fernando Joaquim Melro Leandro – representante do empreiteiro*

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

### **Ponto 19 – EMPREITADA DE “ARRANJO EXTERIOR NA ESCOLA EB1 DAS ACÁCIAS – SAMORA CORREIA”**

#### **RECEÇÃO DEFINITIVA / CANCELAMENTO DE GARANTIA BANCÁRIA**

Processo n.º 4.1.5/17-2009

Adjudicatário: COSTA & LEANDRO, Lda.

### **Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 275/2012, de 21 de novembro**

Considerada a pretensão formulada pelo adjudicatário através de carta datada de 20-09-2012 (registo de entrada em 26-09-2012, com o n.º 13243), procedeu-se à vistoria dos trabalhos executados no âmbito da empreitada em referência, cumprindo informar:

- 1- Nos termos do artigo 295.º n.º 4 do CCP, nos contratos em que haja obrigações de correção de defeitos pelo cocontratante, designadamente obrigações de garantia, sujeitas a um prazo igual ou inferior a dois anos, o contraente público deve promover a liberação integral da caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais no prazo de 30 dias após o termo do respetivo prazo.
- 2- Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo adjudicatário, foi prestada caução no valor de 3.987,04 €, através de Garantia Bancária da Caixa Geral de Depósitos, S.A. n.º 2541.000953.593, correspondente a 10% do valor da adjudicação.
- 3- Considerando,
  - ter já decorrido o prazo de garantia de 2 anos;
  - que da vistoria efetuada se verificou que os trabalhos não apresentavam deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez pelos quais deva responsabilizar-se o empreiteiro, pelo que foi elaborado o Auto de Receção Definitiva e que se submete a conhecimento,

julgam-se reunidas as condições que permitem tomar os procedimentos tendentes à extinção da caução através do cancelamento da Garantia Bancária da Caixa Geral de Depósitos, S.A. n.º 2541.000953.593 no valor de 3.987,04 €.

À consideração superior.

*Maria Manuel Couto da Silva, eng.ª civil*

### **AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA**

Aos oito dias do mês de junho de dois mil e doze, no local onde foram executados os trabalhos que constituem a Empreitada de **“Arranjo exterior na Escola EB1 das Acácias - Samora Correia”**, adjudicada à firma “COSTA & LEANDRO, Lda.”, no valor **39.870,48 €** (trinta e nove mil, oitocentos e setenta euros e quarenta e oito centimos), excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 15 (quinze) dias, contados da data do Auto de Consignação, por despacho superior, exarado em dez de setembro de dois mil e nove, compareceram os srs. Carlos António Pinto Coutinho, vereador e Maria Manuel Couto da Silva, engenheira civil, na qualidade de representantes do dono da obra, a fim de procederem, na presença do representante do adjudicatário, sr. Fernando Joaquim Melro Leandro, ao exame e vistoria de todos os trabalhos então executados que constituíram a empreitada.

Tendo-se verificado que os mesmos não apresentavam deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez pelos quais deva responsabilizar-se o empreiteiro, deliberam considerar a empreitada em condições de ser recebida definitivamente.

E, reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado este Auto de Receção Definitiva, lavrado em cumprimento do disposto no artigo 398.º do código dos contratos públicos, de 29 de janeiro (*regime jurídico pelo qual decorreu toda a empreitada*) e que vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção.

*Carlos António Pinto Coutinho, vereador – CM Benavente*  
*Maria Manuel Couto da Silva, engenheira civil – CM Benavente*  
*Fernando Joaquim Melro Leandro – representante do empreiteiro*

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

**Ponto 20 – EMPREITADA DE: “AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA EB1 FONTE DOS ESCUDEIROS, EM SAMORA CORREIA”**

**\* PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE / APROVAÇÃO**

Processo n.º 4.1.2/02-2011

Adjudicatário: SECAL – Engenharia e Construções, S.A.

**Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 276/2012, de 21 de novembro**

No sentido de se dar cumprimento ao disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro – *Condições de Segurança e Saúde no Trabalho em Estaleiros Temporários ou Móveis*, cumpre informar:

1. O Plano de Segurança e Saúde apresentado pelo adjudicatário, desenvolvido e especificado para a fase de execução da obra mencionada em epígrafe, após uma prévia apreciação por parte dos Serviços, foi objeto, no âmbito do protocolo celebrado com a CIMLT, de análise técnica por parte do técnico superior de Higiene e Segurança no Trabalho – Dr. Cláudio Alexandre Ferreira Guedes, que assumirá as funções de coordenador de segurança em obra.

Sobre o mesmo e no cumprimento do estipulado pelo n.º 1 do artigo e Diploma referidos anteriormente, foi emitido parecer favorável traduzido no Termo de Validação Técnica, por se adequar à obra em causa e cumprir a legislação em vigor.

2. Nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, que se transcreve,

*“o desenvolvimento e as alterações do plano de segurança e saúde referidos nos n.ºs 1 e 3 do artigo anterior devem ser validados tecnicamente pelo coordenador de segurança em obra e aprovados pelo dono da obra, passando a integrar o plano de segurança e saúde para a execução da obra”*

após validação técnica do Plano de Segurança e Saúde pelo coordenador de segurança em obra deverá o mesmo ser aprovado pelo dono da obra.

3. Face ao exposto anteriormente e consideradas reunidas as condições para o efeito, submete-se à aprovação da Câmara o Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra mencionada em epígrafe, devendo igualmente ser nomeado o diretor de fiscalização da empreitada.

*Maria Manuel Couto da Silva, Engenheira Civil*

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar a presente informação técnica e, nos termos da mesma, aprovar o Plano de Segurança e Saúde da empreitada em epígrafe.

**Ponto 21 – EMPREITADA DE “EXECUÇÃO DE PAVIMENTO E VEDAÇÃO NA ENVOLVENTE AO EDIFÍCIO DA CASA DO POVO DE SAMORA CORREIA”**

**\* LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO PRESTADA / TERMO DO 4.º ANO DO PRAZO DE GARANTIA**

Processo n.º 4.1.5/07-2007

Adjudicatário: COSTA & LEANDRO, LDA.

**Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 277/2012, de 21 de novembro**

Considerada a pretensão formulada pelo adjudicatário através de carta com Ref.ª 2311/12 C/AR RD 0567 6525 1 PT, datada de 20-09-2012 (registo de entrada n.º 13274, de 26-09-2012), procedeu-se à vistoria dos trabalhos executados no âmbito da empreitada em referência, cumprindo informar:

- 1- Com a entrada em vigor no dia 27 de agosto de 2012, do DL n.º 190/2012, de 22 de agosto, que veio aprovar o regime excecional e temporário, a vigorar até 1 de julho de 2016, da liberação das cauções prestadas em garantia da execução de contratos de empreitadas de obras públicas e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que delas decorrem para o empreiteiro, passou a ser possível a liberação das cauções decorrido um ano contado da data da receção provisória da obra, devendo ser feita faseadamente, sempre, durante um período de cinco anos contados daquela mesma receção provisória, conforme art. 3, n.º 1 e 2, nos termos seguintes:

<b>Plano de Liberação de Cauções</b>					
<b>Prazo de garantia da obra</b>	<b>Valor a liberar</b>				
	<b>1.º ano – após receção provisória</b>	<b>2.º ano – após receção provisória</b>	<b>3.º ano – após receção provisória</b>	<b>4.º ano – após receção provisória</b>	<b>5.º ano – após receção provisória</b>
<b>5, 6, 7, 8, 9 ou 10 anos</b>	30%	30%	15%	15%	10%

- 2- Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo adjudicatário, foi prestada caução e reforço de caução, através das Garantias Bancárias n.º GAR/07304722 emitida pelo Banco BPI, S.A. no valor de **664,57 €** e n.º 2541.001202.193 emitida pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. no valor de **740,96 €**, correspondentes a 10% da faturação, considerados que sejam os trabalhos contratuais, trabalhos a mais e revisão de preços.
- 3- Considerando,
  - que a receção provisória da obra ocorreu em 17-04-2008;
  - as obrigações de garantia, sujeitas ao prazo de 5 (cinco) anos;
  - terem já decorrido 4 (quatro) anos, do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia;

- o teor e conclusões do Auto de Vistoria efetuado em 25-10-2012, que se submete a conhecimento,

julgam-se reunidas as condições que permitem tomar os procedimentos tendentes à liberação do valor total da caução em 90%, ou seja, **1.264,98 €**, através

- ✓ da redução do valor da Garantia Bancária n.º GAR/07304722 emitida pelo Banco BPI, S.A. em **598,11 €**, passando a mesma a ter o valor de **66,46 €** (664,57 € - 598,11 €);
- ✓ da redução do valor da Garantia Bancária n.º 2541.001202.193 emitida pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. em **666,87 €**, passando a mesma a ter o valor de **74,09 €** (740,96 € - 666,87 €).

À consideração superior.

*Maria Manuel Couto da Silva, eng.ª civil*

#### **Auto de Vistoria**

*Liberação da caução nos termos do n.º 2 artigo 3.º do D.L. n.º 190/2012, de 22 de agosto  
4.º Ano*

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e doze e no local onde foram executados os trabalhos que constituem a empreitada de: **“Execução de pavimento e vedação na envolvente ao edifício da Casa do Povo de Samora Correia”**, adjudicada à firma “COSTA & LEANDRO, LDA.”, no valor de **13.291,20 € (treze mil, duzentos e noventa e um euros e vinte cêntimos)**, excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 30 (trinta) dias, contados da data do Auto de Consignação, por despacho superior exarado em sete de setembro de dois mil e sete, compareceram os srs. Carlos António Pinto Coutinho, vereador e Maria Manuel Couto da Silva, engenheira civil, na qualidade de representantes do dono da obra, a fim de procederem na presença do representante do adjudicatário, o sr. Fernando Joaquim Melro Leandro, ao exame e vistoria de todos os trabalhos efetuados no âmbito da empreitada, de forma a promover, nos termos do n.º 2 artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, a liberação da caução prestada e destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações então estabelecidas contratualmente.

Nesse sentido e considerando,

- ✓ as obrigações de garantia sujeitas ao prazo de 5 anos,
- ✓ ter já decorrido 4 (quatro) anos do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia,
- ✓ a inexistência de defeitos de obra da responsabilidade do empreiteiro

e ainda

- ✓ o estabelecido nos nºs 1 e 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto,

deliberaram os intervenientes dar por reunidas as condições para se proceder à liberação da caução correspondente ao **4.º ano**, ou seja, **90%** do valor total da caução.

Pelo sr. Fernando Joaquim Melro Leandro, na qualidade de representante do adjudicatário, foi declarado aceitar os termos em que se acha exarado este auto e não ter a apresentar quaisquer reclamações ou reservas a este ato, que consubstancia a liberação da caução nos termos contratuais.

E reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado o presente Auto de Vistoria, o qual lido em voz alta e achado conforme, vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção.

*Carlos António Pinto Coutinho, vereador – C.M. Benavente*

*Maria Manuel Couto da Silva, engenheira civil – C.M. Benavente*

*Fernando Joaquim Melro Leandro – representante do empreiteiro*

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

## **05- Divisão Municipal da Cultura, Educação e Turismo**

### **05.02- Educação**

#### **Ponto 35 - REFEIÇÕES SERVIDAS AOS ALUNOS DA ESCOLA E.B.1 DAS ACÁCIAS - MÊS DE SETEMBRO**

Requerente: Agrupamento de Escolas de Samora Correia

#### **Informação D.M.C.E.T. n.º 107/2012, de 12 de novembro**

Com o objetivo de garantir o fornecimento de refeições escolares a todos os alunos que frequentam as escolas básicas do 1.º Ciclo e Jardins de Infância do Município de Benavente, procedeu-se à elaboração de parcerias, numa primeira fase com as EB 2,3 e posteriormente, foram assinados protocolos com outras entidades.

Face ao exposto, compete à Câmara Municipal de Benavente, no fim de cada mês, proceder ao pagamento das refeições servidas aos alunos do 1.º Ciclo e Jardins de Infância, nos termos do Despacho n.º 11886-A/2012, de 6 de setembro, do Ministério de Educação, e de acordo com as propostas de auxílios económicos, para o ano letivo 2012/ 2013, aprovadas nas reuniões de Câmara de 17 e 24 de setembro e 15 de outubro 2012.

Em 08-11-2012, deu entrada um ofício registado com o n.º 15354 - SOASE, solicitando o pagamento referente às refeições servidas, durante o mês de setembro.

Refeições		EB1 - Setembro		
Escalões	Valores	Total Alunos	Total Ref. Forn.	Total
Escalão A	1,46 €	73	734	1.071,64 €
Escalão B	0,73 €	62	494	360,62 €
Escalão N	- €	76	671	0,00 €
TOTAL:		211	1.899	1.432,26 €
COMPARTICIPAÇÃO	0,22 €			417,78 €
				1.850,04 €

Com base nos dados apresentados e depois de conferidos, propõe-se a transferência de **1.850,04 €** (mil, oitocentos e cinquenta euros e quatro cêntimos) para o Agrupamento de Escolas Samora Correia.

À consideração superior.

A técnica superior, Ana Luísa Henriques

**INTERVENÇÕES:** Deliberado por unanimidade homologar a presente informação e, nos termos da mesma, transferir a verba de 1.850,04 € (mil oitocentos e cinquenta euros e quatro cêntimos) para o Agrupamento de Escolas de Samora Correia.

## **06- Divisão Municipal de Desporto, Ação Social e Juventude**

### **06.03- Intervenção Social e Saúde**

#### **Ponto 36 – DENÚNCIA DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO E DE SUBARRENDAMENTO / PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE NOVO CONTRATO DE ARRENDAMENTO E SUBARRENDAMENTO**

##### **Informação Social n.º 193/12**

##### **1- BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO**

Ao longo dos tempos, tem o Município de Benavente vindo a prestar apoio às famílias socialmente desfavorecidas, nomeadamente no que se refere ao apoio à renda apoiada e, para tal, foram efetuados alguns contratos de arrendamento com particulares e consequentemente, contratos de subarrendamento com essas famílias.

Apesar da atual conjuntura económica vivida e dos cortes orçamentais governamentais, tem o Município de Benavente sentido cada vez mais dificuldade em continuar a prestar estes apoios, tornando-se bastante oneroso para o mesmo. Todavia, algumas dessas famílias continuam a viver em situação de precariedade económica, necessitando, ainda assim, do imprescindível apoio do Município de Benavente.

Foi nesse sentido e por imposição das condicionantes de mobilidade física da inquilina em referência, que foi elaborada Informação Social n.º 84/12, de 25 de julho de 2012, presente a reunião do Executivo Camarário, dia 13 de agosto de 2012, onde foi deliberado *“por unanimidade homologar e aprovar a presente informação social, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados”*.

Assim, o SISS procedeu à visita domiciliária, a fim de verificar *in loco* as condições de habitabilidade e de proceder ao registo fotográfico.

**RESIDÊNCIA:** Urbanização Arneiro dos Corvos, Rua Alfredo Keill, lote 36, 1.º dto. – 2135 Samora Correia

Submete-se à consideração de V. Exa. a informação.

Benavente, 05 de novembro de 2012

A técnica superior  
Maria do Carmo Francisco

A técnica superior jurista  
Ana Carla Gonçalves

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar a presente informação e, visando o realojamento, intentar as necessárias comunicações escritas quer à senhoria, quer à subarrendatária, para efeitos de denúncia do contrato de arrendamento e do correspondente contrato de subarrendamento, nos termos do clausulado contratual.

Mais foi deliberado, igualmente por unanimidade, aprovar as minutas dos novos contrato de arrendamento e subarrendamento a celebrar, e autorizar o senhor presidente da Câmara Municipal a outorgar nos mesmos.

### **Ponto 37 – AUXÍLIOS ECONÓMICOS / REAVALIAÇÃO**

#### **Informação Social n.º 198/12**

##### **Ponto de Situação:**

A encarregada de educação da aluna identificada, com proc.º EDUCA n.º 5045, veio ao atendimento solicitar a revisão de escalão, no âmbito dos auxílios económicos, uma vez que ambos os progenitores estão desempregados.

Em termos de abono de família, a aluna tem escalão 3.

Face a essa situação, a encarregada de educação da aluna vem solicitar a atribuição de escalão A.

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: ESCOLA EB 1, N.º 2 - **1.º Ano de Escolaridade**

##### **Parecer Social/Proposta**

Portanto, face ao exposto e ao abrigo da legislação em vigor (despacho n.º 18987/2009, com as alterações introduzidas pelo despacho n.º 14368-A/2010, pelo despacho n.º 12284/2011 e pelo despacho n.º 11886/2012), **a aluna deverá passar para o escalão A dos Auxílios Económicos**, uma vez que o rendimento de referência, de acordo com o art. 14.º do Decreto-Lei n.º 176/2003, com as alterações entretanto introduzidas, determina essa alteração e a inclusão no escalão 1 do abono de família.

Assim, **propomos a integração da aluna no Escalão A.**

Submete-se à consideração superior a proposta.

Benavente, 12 de novembro de 2012

A técnica superior, Vera Silva

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar a presente informação social e, nos termos da mesma, atribuir o escalão A à aluna nela referenciada.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.



## **Ponto 38 – AUXÍLIOS ECONÓMICOS / REAVALIAÇÃO**

**Informação Social n.º 199/12**

### **Ponto de Situação:**

O encarregado de educação do aluno identificado, com proc.º EDUCA n.º 15014, veio ao atendimento solicitar a revisão de escalão, no âmbito dos auxílios económicos, uma vez que ambos os progenitores estão desempregados.

Em termos de abono de família, o aluno tem escalão 3.

Face a essa situação, o encarregado de educação do aluno vem solicitar a atribuição de escalão B.

**ESTABELECIMENTO DE ENSINO: CENTRO ESCOLAR DE SAMORA CORREIA, 2.º Ano de Escolaridade**

### **Parecer Social/Proposta**

Portanto, face ao exposto e ao abrigo da legislação em vigor (despacho n.º 18987/2009, com as alterações introduzidas pelo despacho n.º 14368-A/2010, pelo despacho n.º 12284/2011 e pelo despacho n.º 11886/2012), o aluno deverá passar para o **escalão B dos Auxílios Económicos**, uma vez que o rendimento de referência, de acordo com o art. 14.º do Decreto-lei n.º 176/2003, com as alterações entretanto introduzidas, determina que passe para o escalão B.

Assim, **propomos a integração do aluno no escalão B.**

Submete-se à consideração superior a proposta.

Benavente, 12 de novembro de 2012

A técnica superior, Vera Silva

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar a presente informação social e, nos termos da mesma, atribuir o escalão B ao aluno nela referenciado.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

## **Ponto 39 – PROPOSTA DE VALOR DE RENDA / REALOJAMENTO NA HABITAÇÃO, SITA, NA RIBASSOR, LOTE 11-A, R/C. FRENTE - BENAVENTE**

**Informação Social n.º 202/12**

### **DIAGNÓSTICO FAMILIAR E HABITACIONAL:**

**RESIDÊNCIA:** Rua Joaquim Rodrigues Parracho, lote 11-A, r/c frente – Ribassor – 2130-060 Benavente

### **DESCRIÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE**

- O casal foi realojado em 2010, numa habitação camarária por a habitação onde residiam estar em ruínas. Foram habitar o 3.º andar frente, no prédio sito na Rua Joaquim Rodrigues Parracho, Ribassor, lote 11-A, até vagar outra habitação, em r/c de preferência, dada a situação de saúde do munícipe.

Ocorreu neste ano de 2012 possibilidade de realojar o sr. e esposa no r/c frente, tendo ocorrido a alteração de morada no passado mês de outubro, não estando ainda definida qual a renda a pagar por esta habitação e sem contrato de arrendamento.

### **Proposta/Parecer Social**

Face ao exposto, e aplicando a taxa de esforço de 25%, propõe-se que o valor da renda seja atualizado **para 68,48 €**, atendendo a que a tipologia da fração é um T2 e que seja celebrado contrato de arrendamento.

Submete-se à consideração superior a proposta de renda ora apresentada.

Benavente, 16 de novembro de 2012

A técnica superior  
Maria Laura Carvalho

A coordenadora de equipa  
Maria do Carmo Francisco

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a presente informação social e, nos termos da mesma, aprovar a renda mensal de 68,48 € (sessenta e oito euros e quarenta e oito cêntimos) e autorizar a celebração do respetivo contrato de arrendamento.

## **Ponto 40 – PROPOSTA DE RENDA E CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO**

### **Informação Social n.º 204/12**

Em sequência da deliberação tomada pelo Executivo Camarário, em reunião ordinária realizada dia 27 de julho, foi realojada em habitação camarária a munícipe, sita na Rua Joaquim Rodrigues Parracho, lote 11-A, 1.º frente, em Benavente.

RESIDENCIA: Rua Joaquim Rodrigues Parracho, lote 11-A, 1.º Frente - 2130-060 Benavente

### **PROPOSTA/PARECER**

Assim, propõe-se a celebração do contrato de arrendamento entre o Município e a sra., e **uma renda mensal no valor de 44,93 €**. Para o cálculo da renda proposta, foi considerado como valor de referência uma taxa de esforço de 25% sobre o rendimento líquido mensal.

Submete-se à consideração de V. Exa. a informação.

Benavente, 19 de novembro de 2012

A técnica superior  
Maria Laura Carvalho

A coordenadora de equipa  
Maria do Carmo Francisco

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar a presente informação social e, nos termos da mesma, aprovar a renda mensal de 44,93 € (quarenta e quatro euros e noventa e três cêntimos) e autorizar a celebração do respetivo contrato de arrendamento.

**Ponto 41 – PROPOSTA DE VALOR DE RENDA / REALOJAMENTO NA HABITAÇÃO, SITA, NO BAIRRO DA SOLIDARIEDADE, N.º 11 - BENAVENTE**

**Informação Social n.º 205/12**

**DIAGNÓSTICO FAMILIAR E HABITACIONAL:**

RESIDÊNCIA: Bairro da Solidariedade, n.º 11– 2130 Benavente

**Proposta/Parecer Social**

Face ao exposto, e aplicando a taxa de esforço de 30%, propõe-se que o valor da renda seja atualizado para **69,98 €** e que seja celebrado contrato de arrendamento.

Submete-se à consideração superior a proposta de renda ora apresentada.

Benavente, 19 de novembro de 2012

A técnica superior  
Maria Laura Carvalho

A coordenadora de equipa  
Maria do Carmo Francisco

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar a presente informação social e, nos termos da mesma, aprovar a renda mensal de 69,98 € (sessenta e nove euros e noventa e oito cêntimos) e autorizar a celebração do respetivo contrato de arrendamento.

**Ponto 42 – FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES DIÁRIAS / PEDIDO DE PAGAMENTO**

**Informação Social n.º 206/12**

Em sequência da assinatura de Protocolo celebrado entre Município de Benavente, Santa Casa da Misericórdia de Benavente, Centro de Bem-Estar Social Padre Tobias e Centro de Bem-Estar Social de Santo Estêvão, ao nível do fornecimento de refeições a famílias carenciadas, serve o presente para solicitar a V. Exa. o **pagamento de 1.110 €** (mil, cento e dez euros), ao Centro de Bem-Estar Social Padre Tobias, em resultado do fornecimento de refeições diárias a quatro famílias beneficiárias da medida/Protocolo, durante o mês de outubro de 2012.

Submete-se à consideração de V. Exa. a informação

Benavente, 19 de novembro de 2012

A técnica superior, Maria do Carmo Francisco

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar a presente informação social e, nos termos da mesma, transferir para o Centro de Bem-Estar Social Padre Tobias a

verba de 1.110,00 € (mil, cento e dez euros), respeitante às refeições servidas no mês de outubro de dois mil e doze.

**Ponto 43 – PROPOSTA DE VALOR DE RENDA / REALOJAMENTO NA HABITAÇÃO, SITA, NA RUA JOAQUIM RODRIGUES PARRACHO, LOTE 11-A, 3.º FRENTE - BENAVENTE**

**Informação Social n.º 207/12**

**DIAGNÓSTICO FAMILIAR E HABITACIONAL:**

RESIDÊNCIA: Rua Joaquim Rodrigues Parracho, lote 11-A, 3.º Frente – 2130 Benavente

**Proposta/Parecer Social**

Face ao exposto, e aplicando a taxa de esforço de 30%, propõe-se que o valor da renda seja atualizado para **93,95 €**.

Submete-se à consideração superior a proposta de renda ora apresentada.

Benavente, 20 de novembro de 2012

A técnica superior  
Maria Laura Carvalho

A coordenadora de equipa  
Maria do Carmo Francisco

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a presente informação social e, nos termos da mesma, aprovar a atualização da renda mensal para 93,95 € (noventa e três euros e noventa e cinco centimos).

**Ponto 44 – INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA CÂMARA**

**SENHOR VEREADOR CARLOS COUTINHO**

**1- AÇÃO DE FORMAÇÃO PROMOVIDA PELO GAMA – GABINETE DE APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO**

Informou da realização de uma ação de formação promovida pelo GAMA – Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo, que contou com a colaboração da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, dedicada à fiscalidade e contabilidade associativa, área que causa alguma apreensão aos dirigentes associativos e que contou com a participação de cerca de trinta e cinco dirigentes.

**2- V.ª EDIÇÃO DA PROVA DE BTT “TERRAS DE TOIRO”**

Deu nota da realização da V.ª edição da prova de BTT “Terras de Toiro”, iniciativa organizada pela AREPA e pelo clube Trilhos da Lezíria e que embora não seja muito do conhecimento geral, tem uma grande dimensão, contando com a participação de mais de seiscentos praticantes numa modalidade que é emergente. Observou que aquelas duas entidades deram uma vez mais provas da sua capacidade de organização, porquanto não é fácil receber e enquadrar um tão elevado número de praticantes.

### **3- REUNIÃO DA RETCORK**

Transmitiu que teve lugar no Observatório do Sobreiro e da Cortiça, em Coruche, uma reunião da RETCORK direcionada para os cerca de dezassete sócios portugueses, entre câmaras municipais e outras entidades, e que contou também com a presença do presidente da RETCORK, de nacionalidade espanhola.

Referiu que o objetivo da reunião se prendeu com o facto de se notar alguma falta de dinâmica da RETCORK em Portugal, porquanto os serviços administrativos estão sediados em Espanha, sendo que naquele país tem vindo a decorrer um conjunto de iniciativas e projetos, alguns financiados pelo governo espanhol e outros com apoios comunitários, projetos esses que não têm incidência na promoção, dinamização e defesa do montado de sobreiro quer em Portugal, Espanha e França.

Disse ter-se concluído da necessidade de implementação duma secção a funcionar em Portugal, que possa ter a capacidade de desenvolver aquelas iniciativas, sendo que, nesse sentido, foi analisada a possibilidade de se começar a desenvolver algum trabalho com os técnicos dos sócios portugueses, de forma a preparar a próxima Assembleia.

Seguidamente, o **SENHOR PRESIDENTE** prestou a seguinte informação:

#### **1- ASSEMBLEIA-GERAL DA AR – ÁGUAS DO RIBATEJO**

Informou da realização da Assembleia-Geral da AR – Águas do Ribatejo, que aprovou os documentos de gestão para o próximo ano, bem como a proposta de tarifário a submeter às câmaras municipais e o contrato de gestão delegada, que teve que ser alterado em função da nova lei que enquadra o setor empresarial local e foi sujeito à análise prévia da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos.

Acrescentou que foi igualmente aprovada a alteração dos Estatutos, que resulta também da nova lei que referiu anteriormente.

Transmitiu que disponibilizará aqueles documentos aos senhores vereadores, para que possam ser discutidos na próxima reunião do Executivo e submetidos à apreciação da Assembleia Municipal, que provavelmente terá lugar no dia vinte e um de dezembro próximo.

#### **Ponto 45 – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA**

Ao abrigo do preceituado no número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, foi deliberado, para que produzam efeitos imediatos, aprovar em minuta as seguintes deliberações:

- Proposta de atribuição de subsídio à Santa Casa da Misericórdia de Benavente para aquisição de equipamento do bloco operativo do hospital;
- Proposta de Tarifário para 2013;
- Autorização de Alteração ao Uso para consultório de oftalmologia;
- Reclamação / Construção de galinheiro;
- Constituição de arruamento / Cedências ao domínio público;
- 7.ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2012;
- Proposta de abertura de procedimento de Ajuste Direto tendo em vista o fornecimento de Combustíveis Rodoviários através de cartão eletrónico de abastecimento, designadamente Gasolina, Gasóleo e Gás de Petróleo Liquefeito

- (GPL) – Concursos Públicos da Central de Compras Eletrónicas da CIMLT - Acordo Quadro;
- Proposta de abertura de procedimento de Ajuste Direto tendo em vista a aquisição de Combustíveis Rodoviários, designadamente Gasóleo a granel – Concursos Públicos da Central de Compras Eletrónicas da CIMLT – Acordo Quadro;
  - Concurso Público Internacional da prestação de Serviços de Higiene Urbana e Salubridade Pública das Zonas Urbanas de Benavente, Santo Estevão e Samora Correia, incluindo o Porto Alto, pelo período de 12 meses – Relatório final;
  - Auxílios económicos / Reavaliação;
  - Auxílios económicos / Reclamação.

Não havendo mais nada a tratar, o senhor presidente declarou encerrada a reunião às dezassete horas e trinta e sete minutos.

Para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada, vai ser assinada.

E eu,

Hermínio Nunes da Fonseca, diretor do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro, a subscrevi e assino.



# **Município de Benavente**

## **ANEXO**

- **VII Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2012** (6 páginas)

**Reunião da Câmara Municipal de 26 de novembro de 2012**

# **7.ª Alteração ao Orçamento**

**da RECEITA e da DESPESA  
para o ano financeiro de**



**APROVAÇÃO**

Câmara Municipal .. Reunião de 26/11/2012





## Município de Benavente

### Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2012

Despesa

Alteração Nº 7

Classificação Económica		Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas	Observações
Código	Designação		Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
<b>02</b>	<b>Câmara Municipal e Serviços Municipais</b>					
02 02	Aquisição de bens e serviços					
02 0201	Aquisição de bens					
02 020102	Combustíveis e lubrificantes					
02 02010204	Óleos lubrificantes	12.500,00	1.600,00		14.100,00	
02 020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	102.390,00		16.000,00	86.390,00	
02 020112	Material de transporte-Peças	35.000,00	1.000,00		36.000,00	
02 020121	Outros bens	199.850,00	500,00		200.350,00	
02 0202	Aquisição de serviços					
02 020201	Encargos das instalações	790.000,00	13.604,00		803.604,00	
02 020203	Conservação de bens	458.682,00		6.000,00	452.682,00	
02 020208	Locação de outros bens	25.300,00	400,00		25.700,00	
02 020210	Transportes					
02 02021001	Transportes escolares	291.400,00	27.000,00		318.400,00	
02 020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	142.300,00		18.000,00	124.300,00	
02 020217	Publicidade	48.000,00		5.000,00	43.000,00	
02 020219	Assistência técnica	50.000,00	3.500,00		53.500,00	
02 020220	Outros trabalhos especializados	61.400,00	5.000,00		66.400,00	
02 04	Transferências correntes					
02 0405	Administração local					
02 040501	Continente					
02 04050102	Freguesias	44.650,00	2.190,00		46.840,00	
02 0407	Instituições sem fins lucrativos					
02 040701	Instituições sem fins lucrativos	1.151.444,00	8.591,00		1.160.035,00	
02 0408	Famílias					
02 040802	Outras	146.880,00		6.900,00	139.980,00	
	<b>Despesas Correntes:</b>	<b>3.559.796,00</b>	<b>63.385,00</b>	<b>51.900,00</b>	<b>3.571.281,00</b>	
02 07	Aquisição de bens de capital					
02 0701	Investimentos					
02 070103	Edifícios					
02 07010305	Escolas					
02 0701030502	Reparação e beneficiação	128.977,00	15,00		128.992,00	
02 070104	Construções diversas					
02 07010405	Parques e jardins	611.300,00	1.500,00		612.800,00	



## Município de Benavente

### Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2012

Despesa

Alteração Nº 7

Classificação Económica		Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas	Observações
Código	Designação		Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
02 08	Transferências de capital					
02 0805	Administração local					
02 080501	Continente					
02 08050102	Freguesias	466.863,00		41.000,00	425.863,00	
02 0807	Instituições sem fins lucrativos					
02 080701	Instituições sem fins lucrativos	424.805,00	28.000,00		452.805,00	
Despesas de Capital:		1.631.945,00	29.515,00	41.000,00	1.620.460,00	
Total do Orgão 02:		5.191.741,00	92.900,00	92.900,00	5.191.741,00	
Total de despesas correntes:		3.559.796,00	63.385,00	51.900,00	3.571.281,00	
Total de despesas de capital:		1.631.945,00	29.515,00	41.000,00	1.620.460,00	
Total de outras despesas:		0,00	0,00	0,00	0,00	
Totais:		5.191.741,00	92.900,00	92.900,00	5.191.741,00	

#### ORGÃO EXECUTIVO

Em ..... de ..... de .....

.....

#### ORGÃO DELIBERATIVO

Em ..... de ..... de .....

.....



# **7.ª Alteração**



## **GRANDES OPÇÕES DO PLANO**

**para o ano financeiro de**

# **2012**

**APROVAÇÃO**

Câmara Municipal ... Reunião de 26/11/2012



## Município de Benavente

# MODIFICAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)

Ano de 2012

Alteração Nº 7

Obj.	Prog.	Projeto		Aç.	Sub ac.	Designação	Classificação Orçamental		Resp.	Datas (Mês/Ano)		Despesas						Anos Seguintes					
		Org.	Económica				Início	Fim		Dotação Atual			Modificação		Dotação Corrigida			2013	2014	2015	2016 e seguintes		
										Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total						
01						EDUCAÇÃO						1.854.017,00	0,00	1.854.017,00	2.015,00		1.856.032,00	0,00	1.856.032,00				
01	001					Educação pré-escolar						65.730,00	0,00	65.730,00	-7.000,00		58.730,00	0,00	58.730,00				
01	001	20125001				Manutenção / Conservação de escolas pré-primárias						23.500,00	0,00	23.500,00	-7.000,00		16.500,00	0,00	16.500,00				
01	001	20125001	1			Conservação	02	020203	03	01/12/12/12		20.000,00	0,00	20.000,00	-7.000,00		13.000,00	0,00	13.000,00				
01	002					Ensino básico						1.716.137,00	0,00	1.716.137,00	4.015,00		1.720.152,00	0,00	1.720.152,00				
01	002	2010	31			Arranjos exteriores escolas primárias						15.634,00	0,00	15.634,00	15,00		15.649,00	0,00	15.649,00				
01	002	2010	31	4		Escola Primária da Barrosa	02	0701030502	03	01/10/12/12		1.604,00	0,00	1.604,00	15,00		1.619,00	0,00	1.619,00				
01	002	20125004				Ação Social Escolar						638.590,00	0,00	638.590,00	4.000,00		642.590,00	0,00	642.590,00				
01	002	20125004	2			Sub. equip. chuva alunos carenciados residam a + 1,5 Km da escola	02	040802	04	01/12/12/12		7.500,00	0,00	7.500,00	-7.000,00		500,00	0,00	500,00				
01	002	20125004	4			Transporte escolar gratuito e 50% passe escolar dos alunos do ensino secundário	02	02021001	04	01/12/12/12		291.400,00	0,00	291.400,00	27.000,00		318.400,00	0,00	318.400,00				
01	002	20125004	8			Fornecimento Refeições nas cantinas escolares	02	020105	04	01/12/12/12		102.390,00	0,00	102.390,00	-16.000,00		86.390,00	0,00	86.390,00				
01	004					Ensino Especial						42.350,00	0,00	42.350,00	5.000,00		47.350,00	0,00	47.350,00				
01	004	20125007				Apoio técnico ao nível da terapia de reabilitação da fala, educação física e expressão dramática	02	040701	02	01/12/12/12		42.350,00	0,00	42.350,00	5.000,00		47.350,00	0,00	47.350,00				
03						TEMPOS LIVRES E DESPORTO						552.493,00	0,00	552.493,00	500,00		552.993,00	0,00	552.993,00				
03	001					Desporto, recreio e lazer						552.493,00	0,00	552.493,00	500,00		552.993,00	0,00	552.993,00				
03	001	20125023				Reparação/Conservação de equipamentos Desportivos e Piscinas Municipais						19.000,00	0,00	19.000,00	500,00		19.500,00	0,00	19.500,00				
03	001	20125023	1			Aquisição bens	02	020121	03	01/12/12/12		9.000,00	0,00	9.000,00	500,00		9.500,00	0,00	9.500,00				
04						ACÇÃO SOCIAL						413.295,00	0,00	413.295,00	1.091,00		414.386,00	0,00	414.386,00				
04	001					Solidariedade Social						413.295,00	0,00	413.295,00	1.091,00		414.386,00	0,00	414.386,00				
04	001	20125027				Apoio à associação de Socorros Mútuos de 02 Benavente	040701	02	01/12/12/12			2.591,00	0,00	2.591,00	1.091,00		3.682,00	0,00	3.682,00				
11						EQUIPAMENTO RURAL E URBANO						1.280.082,00	150.000,00	1.430.082,00	-39.500,00		1.240.582,00	150.000,00	1.390.582,00				
11	001					Espaços verdes						1.021.458,00	150.000,00	1.171.458,00	1.500,00		1.022.958,00	150.000,00	1.172.958,00				
11	001	2012	24			Execução de arranjos exteriores no loteamento em nome de Filigaspas	02	07010405	03	11/12/12/12		53.000,00	0,00	53.000,00	1.500,00		54.500,00	0,00	54.500,00				
11	004					Cemitérios						98.961,00	0,00	98.961,00	-41.000,00		57.961,00	0,00	57.961,00				



**MODIFICAÇÕES  
ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)**

**Ano de 2012**  
**Alteração Nº 7**

Obj.	Prog.	Projeto		Aç.	Sub ac.	Designação	Classificação Orçamental		Resp.	Datas (Mês/Ano)		Despesas										Anos Seguintes			
		Ano	Nº				Org.	Económica		Início	Fim	Dotação Atual			Ano Corrente - 2012 Modificação		Dotação Corrigida			Total	2013	2014	2015	2016 e seguintes	
												Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total						
11	004	2009	5005			Apoio à construção de Casa Mortuária em Samora Correia	02	08050102	01	01/09	12/12	41.011,00	0,00	41.011,00	-41.000,00			11,00	0,00	11,00					
Totais da modificação às Grandes Opções do Plano - GOP												570.846,00	0,00	570.846,00	-35.894,00	0,00	534.952,00	0,00	534.952,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

ORGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

ORGÃO DELIBERATIVO

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_